

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E SUSTENTABILIDADE

ELEMAR DO NASCIMENTO CEZIMBRA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DO
ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO
2013

ELEMAR DO NASCIMENTO CEZIMBRA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DO
ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona

PATO BRANCO
2013

C425d Cezimbra, Elemar do Nascimento
Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho/Elemar do Nascimento Cezimbra. – Pato Branco: UTFPR, 2013.
112 f.; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Hieda Maria Pagliosa Corona

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional , Pato Branco, 2013.
Bibliografia p. 96-100

1.Desenvolvimento regional.2. Capitalismo.. 3. Campesinato. 4. Assentamento
5. Reforma Agrária I. Corona, Hieda Maria Pagliosa, orient.. II. Título. III.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional.

CDD 22ª ed. 330



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 40

Título da Dissertação

Desenvolvimento Socioambiental do Assentamento Oito de Junho

Autor

Elemar do Nascimento Cezimbra

Esta dissertação foi apresentada às 15 horas do dia 30 de agosto de 2013, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof.^a Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona
Orientadora

UTFPR

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi
Examinador

UTFPR

Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli
Examinador

UFFS

Visto da Coordenação

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes Bernartt
Coordenadora Substituta do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR

Dedico este trabalho aos camponeses da Via Campesina, em especial do MST, organização à qual faço a minha militância desde o ano de 1982. Com este movimento aprendi a importância da luta, da firmeza, da resistência e da emoção de lutar por uma causa. Mas dentre os camponeses a dedicação especial vai aos meus pais, trabalhadores incansáveis, de visão comunitária, franqueza, hospitalidade e exemplo de fidelidade a sua classe. Dedico aos que me animam diariamente com sua ternura e carinho, minha esposa e meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial à professora Hieda Pagliosa que se dispôs a orientar o trabalho de dissertação. Um agradecimento e reconhecimento a toda a equipe de professores, funcionários do PPGDR da UTFPR campus de Pato Branco por ter proporcionado um excelente espaço democrático de debate, estudo, reflexão e convivência.

Também quero manifestar um agradecimento ao MST, em especial aos companheiros e companheiras da região centro do Paraná, que são muitos e que apoiaram e incentivaram para que fizesse esse mestrado em meio às atividades de militância, sendo que alguns deram apoio técnico na elaboração da dissertação. Quero destacar as lideranças e assentados do Assentamento Oito de Junho, que por sua acolhida, abertura a estudantes, pesquisadores e demais pessoas que os procuram é digna de menção e reconhecimento. Aos estudantes da UFFS assentados e não assentados no Oito de Junho, que auxiliaram na aplicação dos questionários, caso contrário, seria difícil no limitado tempo conseguir a aplicação dos mesmos.

Destaco o carinho e abnegação de minha companheira em apoiar e incentivar para que fizesse o mestrado, e agradecer aos meus três filhos pela paciência e ternura, mesmo nas ausências frequentes fora de casa para a realização desse mestrado e para as lutas da reforma agrária.

Por fim, um agradecimento e reconhecimento aos amigos e professores do campus da UFFS de Laranjeiras do Sul pelo incentivo e apoio. Obrigado a todos, sozinhos não somos nada.

“A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de lutas no lugar das antigas.”

“A burguesia [...] Transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem de ciências em trabalhadores assalariados.

“A burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária.”

“A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte, todas as relações sociais. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são obrigadas finalmente a encarar sua posição social e suas relações recíprocas.”

“Mas a burguesia não forjou apenas as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão estas armas: os trabalhadores modernos, os *proletários*.” (MARX, K. e ENGELS, F. 1997).

RESUMO

CEZIMBRA, Elemar do Nascimento. Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho. 2013. 112 f. Dissertação. (Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, 2013.

No Brasil já existem vários estudos sobre impactos de assentamentos da reforma agrária de diferentes regiões do país. Este estudo visa perceber os resultados sociais econômicos e ambientais de um assentamento de reforma agrária, na segunda região considerada mais pobre do Paraná, a região da Cantuquiriguaçu, situada no centro sul do Estado e que tem Laranjeiras do Sul como cidade polo. Uma região considerada pouco desenvolvida, por isso incluída nas políticas de desenvolvimento do governo federal como território da cidadania, onde deve-se efetuar mais investimentos públicos para equilibrar com o desenvolvimento das demais regiões. Começa-se por fazer um breve recorrido histórico sobre a ideia de desenvolvimento que surge após a segunda Guerra Mundial, como preocupação com a situação do não desenvolvimento dos países do terceiro mundo. É um conceito formulado nos países ricos, em especial nos EUA e desde esta percepção se articula todo um conjunto de instituições e políticas para levar o desenvolvimento aos países pobres. São feitas críticas a essa proposição, e a maneira como se percebe o desenvolvimento e a pobreza nos países do terceiro mundo, de onde surgem teorias que mostram e desnudam os laços entre desenvolvimento e subdesenvolvimento ou pobreza ou até da impossibilidade de desenvolvimento nos marcos dos controles do imperialismo, que surge com a concentração e centralização de capitais após o desenvolvimento industrial em grandes empresas dos países centrais do capitalismo, que subordinam os demais países. Busca-se mostrar como o desenvolvimento, na lógica proposta, chegou ao campo, no que se convencionou chamar Revolução Verde, com todos os problemas sociais, ambientais e econômicos, que provocou, modernizando e esvaziando o campo de forma “dolorosa”. Na atual fase da modernização, com as crescentes crises do capitalismo de forma generalizada, o termo desenvolvimento adquire formatos diversos e é proposto em diferentes escalas, evoca participação democrática, abre-se para as questões ambientais e sociais, etc. Os críticos em geral não avalizam estas proposições que querem controlar os processos sociais, mas põem-se do lado do multivariado campesinato e agricultura familiar, que emergiram nos últimos anos como sujeitos importantes, resistindo à exclusão, buscando alternativas ao projeto do capital. Para poder dialogar e definir posições ou caminhos, foi escolhido o Assentamento Oito de Junho, em Laranjeiras do Sul, para ver os resultados da reforma agrária nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. E desde os resultados apurados tecer uma reflexão sobre as condições em que vivem as pessoas, se estão satisfeitas e se se pode tomar esta situação como uma perspectiva para o desenvolvimento do campo na ótica do campesinato. Também se procura inferir da situação apresentada, sobre a importância da reforma agrária e sua atualidade como solução para os pobres do campo e a contribuição social para o desenvolvimento do entorno municipal e regional e como tal para o país.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Capitalismo. Desenvolvimento regional. Campesinato/agricultura familiar. Assentamento. Resultado da reforma agrária.

ABSTRACT

CEZIMBRA, Elemar do Nascimento. Socio-environmental development in the rural 8 de Junho. 2013. 112 f. Dissertation. (Master's Degree). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Graduate Program in Regional Development, 2013.

In Brazil there are many studies on the impacts of land reform settlements in different regions of the country. This study aims to understand the social, economic and environmental impacts of a land reform settlement, considered the second poorest region of Paraná, Cantuquiriguaçu region, located in the center south of the state and has Laranjeiras do Sul as a hub city. A region considered undeveloped, so included in the development policies of the federal government as a territory of citizenship, which should make more public investment to balance the development of other regions. First a brief overview on the idea of historical development that arises after the Second World War it is made, as concern about the situation of non-development of third world countries. It is a concept formulated in rich countries, especially the United States and since this perception is articulated around a set of institutions and policies to bring development to poor countries. Critical are made to this proposition and the way the development and poverty are perceived in third world countries, where theories that arise address and show the links between development and underdevelopment or poverty or even the impossibility of development within the landmarks of the controls of imperialism, that comes with the concentration and centralization of capital after the industrial development in large companies in the core countries of capitalism that subordinate other countries. Seeks to show how the development in the proposed logic, arrived in the camp, the so-called Green Revolution, with all the social, environmental and economic factors that caused upgrading and emptying the field "painfully." In the current phase of modernization, with the growing crises of capitalism across the board, the term development takes many shapes and is offered at different scales, evokes democratic participation, opens to the environmental and social issues, etc. Critics generally do not endorse these propositions that want to control social processes, but they put up on the side of multivariate peasants and family farmers, which have emerged in recent years as an important subject, resisting exclusion, seeking alternatives to the project's capital. To discuss and define positions or paths was chosen Settlement Oito de Junho in Laranjeiras do Sul to see the results of agrarian reform in the economic, social and environmental. And since the results obtained weave a reflection on the conditions in which people live, whether they are satisfied and if we can take this as a perspective for the development of the field in the view of the peasantry or the family farm. Also seeks to infer from the situation presented on the importance of agrarian reform and its relevance as a solution to the rural poor and social contribution for the development of the surrounding city and region and as such for the country.

Keywords: Development. Capitalism. Regional development. Peasants / family farmers. Settlement. A result of the agrarian reform.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Ass. 8 Junho: Renda Bruta Total (em R\$/família/ano).....	77
GRÁFICO 2	Assentamento 8 Junho: Grau de Escolaridade.....	81
GRÁFICO 3	Ass. 8 Junho: Participação social das famílias (em %)......	82
GRÁFICO 4	Renda média anual.....	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Áreas líquidas.....	73
TABELA 2	Produção de leite no Assentamento 8 de Junho (em litros/produtor/ano)..	74
TABELA 3	Ass. 8 Junho: Ocorrência de Renda Não Agrícola (em R\$/família/ano)....	76
TABELA 4	Ass. 8 de Junho: Renda proveniente de aposentadorias e pensões (R\$/ano)	76
TABELA 5	Ass. 8 Junho: Razões porque valeu à pena lutar pela terra.....	83
TABELA 6	Práticas conservacionistas adotadas pelos entrevistados.....	85
TABELA 7	Renda total anual.....	86
TABELA 8	Renda total e área do lote.....	88
TABELA 9	Renda total anual e arrenda de lote de terceiros.....	88
TABELA 10	Renda total anual e arrenda o lote para terceiros.....	89
TABELA 11	Renda total anual – alguém trabalha fora do assentamento.....	89
TABELA 12	Renda total anual – mudança no uso de insumos e agrotóxicos.....	90
TABELA 13	Renda total anual – mudança no uso de insumos orgânicos e verdes.....	91

LISTA DE SIGLAS

ASSESSOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAGRO	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Índice de Exclusão Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
JAC	Juventude Agrária Católica
MASTER	Movimento dos Agricultores sem Terra
MASTRECO	Movimento dos Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
ONGs	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PROCERA	Programa de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PRV	Pastoreio Racional Voisin
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SARN	Serviço de Apoio no Rio Grande do Norte
SCA	Sistema de Cooperativas dos Assentamentos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SORPE	Serviço de Apoio no Pernambuco
STRs	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
SUS	Sistema Único de Saúde
UFFS	Universidade Federal Fronteira Sul
ULTABs	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNICENTRO	Universidade do Centro-Oeste do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	16
1.2 BASE TEÓRICA E AS CONSTATAÇÕES SOBRE O ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO.....	19
2 DESENVOLVIMENTO	24
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO.....	24
2.2 O DESENVOLVIMENTO COM A REVOLUÇÃO VERDE E SEUS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	32
2.3 O DESENVOLVIMENTO AGORA É SOCIAL, AMBIENTAL, LOCAL, TERRITORIAL E PARTICIPATIVO.....	41
2.4 A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO NO BRASIL.....	46
3 O MST E O ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO	62
3.1 O MOVIMENTO DOS SEM TERRA NO BRASIL E NO PARANÁ.....	62
3.2 O MST NA REGIÃO CENTRO SUL E NA CANTUQUIRIGUAÇU.....	65
3.3 O ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO.....	69
4 CONDIÇÕES SÓCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICAS DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO	73
4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	73
4.2 ASPECTOS SOCIAIS.....	79
4.3 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	83
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS SOCIOAMBIENTAIS VERIFICADOS NA PESQUISA.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	101
ANEXO 1 – Doenças graves relatadas pelos entrevistados.....	102
ANEXO 2 – Motivos pelos quais as famílias avaliam ter valido a pena lutar pela terra.....	104
ANEXO 3 – Questionário para pesquisa de campo.....	105

APRESENTAÇÃO

Cabe ressaltar que a opção por este mestrado, o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), e o trabalho dissertativo para além de cumprir com um requisito do programa, o objetivo principal diz respeito ao próprio trabalho profissional, e acima de tudo militante, em prol da reforma agrária e de mudanças sociais mais amplas de cunho popular classista, que este pesquisador tem como perspectiva de vida. Por isso tem uma atuação no Movimento dos Sem Terra (MST) desde o ano de 1982, quando este estava em fase embrionária. Segue-se que são mais de 32 anos de dedicação praticamente exclusiva a essa luta e à organização do MST. E continua ainda hoje com tarefas de direção, com participação direta nas decisões de ocupação do próprio latifúndio, onde hoje está o assentamento Oito de Junho, objeto desta dissertação. Está em conjunção não só o envolvimento direto no processo de realização do assentamento e na continuidade atual de sua organização, mas uma opção de vida, onde implica muita ação direta nas lutas e também estudo, debate, não só nos espaços internos do MST, mas também nas instituições universitárias, com cursos que contemplem a temática da reforma agrária. É uma prática do MST articular o estudo e a ação direta de seus militantes. Então fazer o mestrado em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), de Pato Branco, no sudoeste do Paraná, uma região de lutas emblemáticas contra a grilagem de terras, lutas duras que marcaram história da região por parte dos camponeses, mais ainda, por ser uma região importantíssima na constituição do MST, ganha relevância numa região que está refletindo sobre essa temática. Foi uma escolha por todos estes significados e uma oportunidade de diálogo num curso que assume esta história regional, estuda-a, pesquisa-a, vincula-se com a região enfim. Esta reflexão e elaboração já feitas no Sudoeste aporta elementos importantes para o trabalho a que me proponho no Assentamento Oito de Junho no município de Laranjeiras do Sul, pois há elementos semelhantes e outros distintos. Para um trabalho acadêmico, as condições de militância e trabalho cotidiano que remetem a um forte ativismo, neste caso do próprio pesquisador, e que já vem de mais de três décadas, apresentou dificuldades desafios para responder as exigências e formalidades próprios da academia. É até possível que os mesmos, podem não ter sido plenamente atingidos. Mas fica a convicção que para as atividades vivenciadas e para a reflexão em torno do envolvimento nas luta da reforma agrária e construção do MST, para

atuação nos colegiados territoriais de desenvolvimento regional, os ganhos estão sendo de enorme valia, mesmo na módica contribuição que um militante possa aportar a todo este processo. Daí que considerações metodológicas vão além de passos de um trabalho acadêmico, importantes, não só para cumprir os rituais necessários da academia, mas que transferem um disciplinamento do pensamento para refletir sobre a ação direta na militância política social. Pois cabe a um militante com tarefas de direção, ajudar a formar o pensamento e a prática dos demais militantes com rigor de pensamento.

1 INTRODUÇÃO

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo que orientou a pesquisa desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UTFPR foi o de analisar os resultados do desenvolvimento socioambiental do assentamento Oito de Junho, localizado em Laranjeiras do Sul, Paraná. A opção visa contribuir com as reflexões sobre a importância da reforma agrária para os pobres do campo e para o desenvolvimento socioambiental do Brasil porque se supõe que essa experiência possa se caracterizar como uma alternativa de desenvolvimento que vincula as questões sociais e ambientais, no sentido da sustentabilidade. Para tal foi realizado um estudo de caso do assentamento Oito de Junho, que é composto de 71 famílias, das quais foram entrevistadas 49 famílias, com base em um formulário com questões fechadas e abertas, buscando informações quantitativas e qualitativas. Não foi possível entrevistar todas as famílias, pois algumas não quiseram responder o questionário e outras cujos responsáveis dos domicílios, em vários momentos em que foram visitados, encontravam-se trabalhando fora do assentamento, o que sugere que há presença razoável de trabalho não agrícola no assentamento. Entendeu-se que com 49 famílias já teríamos uma ampla amostra da realidade do assentamento. Nesse sentido os resultados da pesquisa devem ser analisados numa perspectiva qualitativa, ainda que tenham sido utilizadas ferramentas com base na estatística descritiva. Ou seja, os resultados não foram e nem podem ser extrapolados para o conjunto do assentamento, contudo contribuem para a leitura da realidade do assentamento, pois permitem um olhar mais aprofundado sobre os diversos aspectos analisados.

O questionário foi desenvolvido pelo grupo de doutorando da turma 2002 do MADE/UFPR (CORONA *et. al.*, 2006), com algumas questões adaptadas para a realidade do assentamento, que tem diferenciações em relação aos agricultores familiares que habitam o rural brasileiro. Contém, também, questões voltadas para temas ligados aos aspectos de lazer no assentamento, porque a pesquisa foi feita em conjunto com um colega de mestrado que trabalhou o tema do lazer no assentamento. Contou-se com o auxílio importantíssimo de um grupo de estudantes universitários da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) de Laranjeiras do Sul que na maioria são filhos das famílias do assentamento, os quais

entrevistaram a maioria das famílias.

A aplicação do questionário foi precedida de uma reunião com a comunidade do assentamento para informar sobre a pesquisa, tirar dúvidas e para ter o consentimento das famílias e também para informar que, após ter concluído o trabalho, voltar-se-ia ao assentamento para expor uma síntese das conclusões. Foi feita uma simulação demonstrativa de alguns questionários como exercício para os estudantes se familiarizarem com as questões, tirarem as dúvidas, e definir a forma de como deveriam conduzir a pesquisa junto às famílias. Parte da pesquisa foi feita em outubro e novembro de 2011 e parte em fevereiro de 2013. Durante este período foi mantido um contato permanente com os estudantes encarregados da pesquisa para estar informado sobre o andamento, esclarecer e reorientar em caso de dúvidas. Em alguns casos foi necessário conversar com algumas famílias que ficavam hesitantes quanto aos objetivos da pesquisa, pois temiam que as informações pudessem trazer problemas perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no sentido de usar as informações para possíveis retaliações, como a perda do lote, etc. Tal aproximação com as famílias foi possível, pelo fato já mencionado de acompanhar o processo das lutas por reforma agrária na região e conviver cotidianamente com os assentados.

O lançamento dos dados no programa ficou a cargo de um colega de mestrado que também trabalhou com o mesmo questionário. Algumas entrevistas foram feitas com algumas lideranças e a aplicação do questionário foi feito em conjunto entre os dois pesquisadores. Também foi visitado e percorrido todo assentamento observando as suas reservas legais de florestas, áreas de preservação permanente, produção de grãos, áreas de pastagens, áreas de produção de hortigranjeiros, situação das casas, situação da infraestrutura produtiva, situação das estradas principais e acessos às propriedades, os riachos e nascentes, o campus da UFFS, a cozinha e a padaria industrial, os serviços de restaurante, o laticínio que está em obras, etc.

Foi utilizado um questionário para se obter informações, mesmo que nem todas fossem ser usadas na pesquisa de dissertação proposta, a fim de que ficasse como uma espécie de banco de dados para outros trabalhos e informações úteis para o assentamento, para o MST ou a quem queira usar no futuro para atividades, projetos, programas voltados para as questões relativas ao assentamento e a reforma agrária.

Foi usado o programa Excel e SPSS para tabulação dos dados e para a elaboração de gráficos e de tabelas.

Considerando, como explicitado na apresentação deste trabalho, o envolvimento afetivo, emocional e militância política do autor com o assentamento, que é o objeto de estudo, os cuidados e preocupações metodológicas foram constantes para que isso não

interferisse nos resultados do trabalho acadêmico. Por maior envolvimento que se tenha com a realidade, há um esforço para deixar que esta apareça, surpreenda e critique convicções construídas, pois a realidade será sempre maior que os conhecimentos que temos dela, conforme nos aponta a filosofia. A consciência deriva da realidade e nunca dará conta de sua totalidade, pois a mesma nunca se revela imediatamente, exige um esforço permanente de apreensão do seu movimento.

Analisar o desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho é importante para verificar se houve melhorias sociais e econômicas das famílias e se os aspectos ambientais atendem as prescrições das leis ambientais, como a observância por parte dos assentados dos requisitos legais de 20% de área de reserva legal e de áreas de preservação permanente. Também para verificar como é realizado o manejo do solo, se está de acordo com os aspectos tecnológicos menos agressivos ao meio ambiente e de acordo com a agroecologia. Além dessas observações, verificar também o nível organizativo da comunidade do assentamento em termos econômicos nas formas associativas e cooperativas para a agregação de renda e valor à produção. E por fim, constatar a dinâmica da vida comunitária interna e das relações com a sociedade circundante na qual a comunidade está inserida.

Entende-se que os objetivos deste trabalho vêm ao encontro das preocupações do Programa de Mestrado que são o desenvolvimento regional e a sustentabilidade, com uma perspectiva interdisciplinar. Esses objetivos também contemplam as perspectivas dos sem terra, que ao lutar pela terra, mais do que a reprodução familiar, também buscam o desenvolvimento econômico, político, cultural e social. Esse compromisso está contido no processo de luta que politiza e chama ao compromisso mais amplo de transformações sociais mais profundas, como postula o MST. Essa organização é que mobilizou as famílias do atual assentamento Oito de Junho para lutar pela terra e depois pelo desenvolvimento das famílias. Assim, o debate da reforma agrária, a partir da análise dos resultados socioambientais, diz respeito à temática do desenvolvimento, que é o foco principal do PPGDR:

Construir um espaço para a práxis relativa à teorização e a práticas que ocorrem na interface entre sociedade e natureza, através da produção e difusão de conhecimento científico, na perspectiva interdisciplinar, contribuindo com a formação de profissionais capazes de atuar na pesquisa, no ensino e como agentes de desenvolvimento regional em bases sustentáveis, com habilidades para dialogar com os diferentes campos do conhecimento (PPGDR, 2010, p.1).

Foi escolhido o Assentamento Oito de Junho pelas facilidades de acesso pela rodovia

158 que perpassa o assentamento e devido a proximidade com a cidade de Laranjeiras do Sul.

Falar do assentamento significa falar da reforma agrária, da reprodução do campesinato e da agricultura familiar, falar da produção de alimentos, da ocupação de antigos latifúndios, de famílias que podem permanecer no campo e não sujeitar-se aos problemas sociais das favelas urbanas, onde há desemprego e desagregação familiar. Só esses aspectos são de grande relevância prática num país de êxodo rural e de consequente exclusão social.

Analisar a situação das famílias num assentamento, no caso do Oito de Junho, tem importância teórica frente ao embate social de posições teóricas e práticas contrárias e a favor da reforma agrária. A Constituição Brasileira no artigo 186, afirma a função social da terra. O assentamento em um latifúndio é a realização ampla da função social da terra, ao passo que o latifúndio é o despovoamento da terra, é a expulsão e a negação do acesso a mesma e uma violação ou algo próximo, do princípio constitucional. Poder confrontar com o que se produzia antes e depois do assentamento, verificar a situação anterior e posterior ao assentamento, possibilita constatar a comprovação ou a negação das teses contrárias e a favor a reforma agrária, tendo em conta a proposição constitucional da função social da terra.

1.2 BASE TEÓRICA E AS CONSTATAÇÕES SOBRE O ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO

Ao verificar os resultados socioambientais do Assentamento Oito de Junho, em Laranjeiras do Sul, é possível constatar a importância da reforma agrária para um desenvolvimento social no Brasil, que inclui milhões de brasileiros na dinâmica econômica e melhoria da qualidade de vida. Além do que, a reforma agrária pode proporcionar um desenvolvimento rural mais equitativo com a redistribuição de parte dos latifúndios, tal é a magnitude das áreas consideradas improdutivas e, portanto, passíveis da reforma agrária, frente a demanda social de famílias sem terras a serem beneficiadas. E como sugere Alentejano (2010), mesmo uma reforma agrária ampla e com limitações no tamanho das propriedades de no máximo 35 módulos fiscais, não acabaria com o latifúndio no Brasil, no entanto, resolveria amplamente os problemas sociais no campo e amenizaria a pressão urbana.

Para fundamentar as reflexões foram mobilizados conhecimentos de autores com abordagem crítica à lógica do desenvolvimento do capitalismo. No primeiro item do segundo capítulo, faz-se uma abordagem em torno do tema do desenvolvimento, identificando o

momento histórico das preocupações e proposições sobre o desenvolvimento, no Pós Segunda Guerra Mundial nos anos finais de 1940, quando o mundo sai desse grande conflito dividido entre dois campos ideológicos distintos e contraditórios disputando sobre quem teria mais influência mundial. Os Estados Unidos da América (EUA) lideravam o bloco capitalista de um lado e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), liderava o bloco socialista de outro lado. Os EUA saem da guerra como a principal potência capitalista e assume o comando da expansão imperialista no mundo.

Na África e Ásia cresce de forma irreversível o processo de independência dos países colônias do imperialismo Europeu, que enfraquecido pela Segunda Guerra Mundial que o atingiu diretamente, tem dificuldade de controlar os movimentos independentistas. Na América Latina parcelas das classes dominantes, alavancavam processos nacionalistas populistas de industrialização com forte ingrediente anti-imperialista, principalmente em relação ao imperialismo norte-americano. Após a Primeira Guerra Mundial, que foi de 1914 a 1918, os EUA saem como nação imperialista fortalecida e impondo-se como nação hegemônica nos rumos do capitalismo, tendo a América Latina como zona de influência dos seus interesses econômicos e políticos. As nações capitalistas europeias industrializadas, estão disputando ferozmente os mercados, desencadeiam uma segunda corrida colonialista rumo à Ásia e à África, principalmente. Paralela e complementar, a disputa de mercados e de controle geopolítico, desenvolve-se a corrida armamentista, o que levou as nações industrializadas a focarem a produção industrial para o setor militar, pois se avizinhava um grande conflito que foi a Segunda Guerra Mundial. Essas nações diminuíram a oferta de produtos industriais ao terceiro mundo, o que obrigou estas nações a começarem um processo de industrialização de substituição de importações. Ao mesmo tempo, as nações de capitalismo central preocupados com as disputas entre si, “descuidaram” de suas regiões de influência geopolítica. Na América Latina surgiram parcelas das classes dominantes que com apelo ao apoio popular, ousaram pensar projetos mais autônomos de desenvolvimento capitalista, que a história e a ciência política definiu como populistas. Estes projetos tinham contradições com os interesses das nações imperialistas, e na América Latina, este fenômeno político apresentou-se, com suas especificidades próprias, em países como Argentina, Brasil, Chile, México, para citar alguns. E manifestou-se em contradição maior com relação aos EUA, pois esta região está mais próxima da sua área de influência geopolítica.

Mas não só os nacionalismos são motivos de preocupação ao imperialismo norte-americano, havia agitação política e mobilização da classe trabalhadora urbana e rural em vários países que começavam o processo subordinado de industrialização, mas que lutavam

por reformas sociais profundas, com forte viés socialista, o que os afastaria da influência norte americana. Para enfrentar o bloco socialista, os EUA elaboraram a “ideologia” do desenvolvimento voltada para atrelar os países do terceiro mundo, e nesta perspectiva o Brasil, para o seu campo de influência. Esforço este que precisou recorrer a medidas ditatoriais, tais como golpes civis e militares, para conter os avanços populares e nacionalistas.

Na linha do desenvolvimento nacional capitalista destacou-se a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que fazia uma crítica severa à lógica da dependência, com destaque para as análises de Celso Furtado, um dos expoentes desta corrente de pensamento. Mas que a rigor não propunha uma ruptura com os pressupostos do desenvolvimento do capitalismo, no entanto, pela sua perspectiva nacionalista, afrontava interesses imperialistas das nações sedes dos grupos multinacionais monopolistas e de seus sócios do capitalismo periférico, porém, já integrados nessa lógica de subordinação aos centros mais desenvolvidos do sistema.

Na perspectiva socialista, havia uma corrente de pensamento extremamente crítica ao imperialismo que denunciava a impossibilidade de um desenvolvimento autônomo no terceiro mundo, sem que se rompesse com as amarras do imperialismo. São vários autores de diferentes áreas do conhecimento que são acionados para explicitar tais posicionamentos, tais como Rui Mauro Marini, Gunder Frank, Vânia Bambirra.

No segundo item do capítulo dois, será vista a modernização tecnológica da agricultura, com suas dramáticas consequências sociais, econômicas e ambientais, que promoveram o esvaziamento do campo brasileiro e negou a bandeira histórica dos trabalhadores pela reforma agrária, gerando milhões de excluídos, a par de um moderno processo empresarial com base no latifúndio, concentrador de riqueza, de renda e de terras, como nos demonstram Martins (1986), Leite e Medeiros (1998), Fernandes (1998, 2000). Stédile e Fernandes (1999), Oliveira (1981).

Segue-se discorrendo sobre os problemas mais amplos do desenvolvimento e suas consequências socioambientais, internacionalmente conhecidos pelos riscos e problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento, o que tem levado a sociedade e suas instituições, algumas internacionais a realizarem eventos e formularem documentos propondo que as autoridades adotem medidas para enfrentar esses problemas. Esse capítulo no terceiro item também trata das críticas e proposições de vários autores que postulam outro sentido para o desenvolvimento que não só o econômico, mas que inclua o social, o ambiental, o cultural e o comunitário. Mostra as proposições mudanças escalares para tratar do tema do

desenvolvimento, como a escala regional, a escala territorial e a escala local. Trata ainda das proposições para que seja levada em conta a participação dos diversos setores da população. O capítulo expõe ainda, neste item, a crítica de alguns autores sobre a abordagem do desenvolvimento sustentável, apontando que este estaria muito influenciado pela própria lógica do capital neoliberal, globalizado e em crise, e que responde as críticas chamando a população para a participação nas decisões mais periféricas do social, do econômico, do cultural e do ambiental, mas que não afetam os rumos centrais da lógica do desenvolvimento capitalista. Apenas divide o ônus do desenvolvimento, sem partilhar o bônus, e ainda busca legitimidade para os rumos que toma, numa situação de crise generalizada e prolongada do capital.

No terceiro capítulo faz-se um breve histórico da formação do MST nos níveis nacional, estadual e na região da Cantuquiriguaçu, onde se situa o município de Laranjeiras do Sul e o assentamento Oito de Junho. Essa região foi incluída, na política do governo para o desenvolvimento de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como um território da cidadania. Na segunda parte deste capítulo, buscar-se-á na literatura identificar e trazer à tona o debate entre os setores contrários à reforma agrária e à agricultura familiar e que defendem o modelo da revolução verde, excludente e concentradora de terras e riqueza no campo, em confrontação com o posicionamento dos setores do campesinato e seus aliados na defesa de um outro mundo rural, com democratização do acesso à terra, à renda, à dignidade de vida e com todos os benefícios do progresso técnico, social, cultural e educacional, para quem vive no campo, com desenvolvimento sustentável e com soberania, com um modelo alternativo ao da fase atual do capitalismo no campo, dominado pelo capitalismo financeiro .

No quarto capítulo serão descritos e analisados os dados e informações relativas aos aspectos econômicos, sociais, organizativos, comunitários e ambientais das famílias pesquisadas à luz dos conceitos e argumentos teóricos vistos nos capítulos primeiro e segundo, onde aparece um desempenho econômico e de renda de uma faixa significativa de famílias, bem acima da média dos assentamentos de reforma agrária. Fica evidente também os avanços obtidos nas demais áreas sociais de ampla participação de instituições cooperativas, associativas e comunitárias. Melhor acesso à educação, inclusive de nível superior e aos serviços de saúde. Em relação ao meio ambiente, verifica-se como está o respeito aos 20% de reservas legais e áreas de preservação permanente, mas também constatando aspectos a refazer nas áreas de preservação permanente em beiras de rio e morros. Verifica-se a necessidade de maiores ações quanto a conservação de solos, cuidados com o lixo não orgânico e com manejo de agrotóxicos. E se constata que a agroecologia começa a ter

avanços, mas ainda é um desafio para se obter maior massificação e resultados no assentamento.

Por fim, serão apresentadas as reflexões a guisa de possíveis considerações quanto a atualidade e pertinência da reforma agrária a partir dos resultados vistos no assentamento Oito de Junho, e que mesmo nas condições limitadas da reforma agrária atual é possível começar a desafiar-se para se obter um desenvolvimento mais sustentável no campo, com a reprodução do campesinato. Que é possível revitalizar a economia dos pequenos municípios, das comunidades rurais, fortalecendo a vida social e política, dinamizando não só a vida comunitária, mas também todo o entorno.

Entendendo o desenvolvimento como conquistas econômicas, sociais e ambientais, e isto se verificou no assentamento Oito de Junho, podemos reafirmar que reforma agrária segue atual, contempla amplamente os diversos aspectos do desenvolvimento, realiza o indicativo constitucional da função social da terra (art. 186 da Constituição de 1988), pois há concentração iníqua da propriedade da terra no Brasil, há muita terra improdutiva, há muita terra pública sem destino social e há milhões de famílias sem terras.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo será feito um rápido apanhado histórico sobre o tema do desenvolvimento, que na atual fase de expansão globalizante capitalista, adquire relevância que vai desde as conversas do senso comum, passando pelo debate político e adentra na academia, como um conceito teórico nem sempre com uma definição consensual.

Será dado maior destaque ao debate brasileiro, procurando levar em consideração os nexos com o desenvolvimento do capitalismo imperialista global, em expansão e que subordina necessariamente os demais formatos de capitalismo. Seja o desenvolvimento do capitalismo brasileiro ou do terceiro mundo em geral.

Não se pretende como preocupação central propor uma conceituação do que seja o desenvolvimento, mas numa perspectiva histórica, identificar os diferentes usos do termo por diferentes autores. Primeiro de modo mais geral como uma proposição durante a fase imperialista do capitalismo e seguindo de forma mais específica no que concerne a temática do meio rural, em que se fala de desenvolvimento regional, desenvolvimento local e mais recentemente desenvolvimento territorial, ambiental e sustentável.

Procurar-se-á identificar o debate em andamento sobre a questão do rural, tendo como parâmetros interpretativos, ora complementares, ora contrapostos, o paradigma da questão agrária e do desenvolvimento do capitalismo agrário. Entende-se que esses dois ângulos de visão da questão do rural nos fornecem uma rica reflexão sobre o campesinato e agricultura familiar e então buscar os liames e vínculos com o debate da reforma agrária e os assentamentos de reforma agrária, objeto principal deste trabalho.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO

Logo após a revolução industrial no século XVIII, os economistas clássicos passaram a abordar o termo desenvolvimento, vinculado a noção de crescimento econômico, como algo importante para o aumento da riqueza das nações, como bem apresenta Adam Smith em sua obra “A Riqueza das Nações” de 1776. Os países recém-industrializados como a Inglaterra, por exemplo, vivia o auge do crescimento de suas cidades. Nesta fase, predomina o paradigma de que o mundo se desenvolve por ciclos e que o devir histórico capitalista evoluiria

necessariamente rumo a um crescimento econômico das nações de forma natural. Que uma força invisível reguladora do mercado qual demiurgo estaria fazendo o jogo do equilíbrio. No entanto, o termo desenvolvimento, por um longo período do capitalismo das nações, quase cai em desuso, não vira um conceito. Desenvolvimento e crescimento econômico eram praticamente sinônimos.

Em meados do século XX, então o termo desenvolvimento foi incorporado nos discursos sobre a superação do atraso dos países do terceiro mundo, quando o capitalismo já estava em sua fase imperialista, que conforme Lênin o caracteriza pelo “incremento enorme da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores, constituem uma das particularidades mais características do capitalismo” (LENIN, 1961, p. 701). Esse período de manifestações das crises econômicas cíclicas, das disputas entre as nações industrializadas da Europa do entre guerras mundiais, num contexto de lutas de resistências anticolonialistas de países africanos e asiáticos, que em situações de extrema pobreza, causadas pela espoliação colonialista, organizavam-se dispostos a conquistar a sua independência. Na América Latina, as lutas já são por caminhos próprios para o seu desenvolvimento de cunho nacionalista, alimentadas por movimentos políticos populistas.

Todos estes acontecimentos mundiais que abalaram o capitalismo, leva a crer que, se deixados por sua lógica, levaria o sistema capitalista a um equilíbrio entre as nações, por isso a necessidade de intervenções políticas para conduzir o desenvolvimento de forma a evitar choques oriundos dos desníveis muito grandes entre as nações, conforme salienta Gomes (2002). Neste contexto, as ideias do economista Keynes ganham força e postulavam que o Estado deve intervir com políticas firmes para regular o mercado e orientar o desenvolvimento.

No discurso do presidente Truman, norte-americano de 1949, ao assumir o poder do país, menciona pela primeira vez o termo “áreas subdesenvolvidas” e inaugura a largada da corrida desenvolvimentista, com farto uso do termo desenvolvimento na política, sinalizando a relevância ideológica que passa a ter esse termo, posteriormente, passando também para o debate acadêmico. Com isto os EUA tomam a frente num mundo bipolarizado Pós-Segunda Guerra, fazendo com que os organismos internacionais ligados a Organização das Nações Unidas (ONU), coloque-os como vanguarda dirigente dos rumos do desenvolvimento em quase todo mundo, vinculando este processo aos seus interesses econômicos, políticos, culturais, científicos e militares.

Seguindo este percurso de raciocínio, Gomes (2002) traz a análise de Illich (2000) e

Escobar (2000), que apontam três fases do desenvolvimentismo. Na primeira etapa, que se inicia nos anos 50 e vai até inícios dos anos 60, desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico. Em 1962, a ONU define o Produto Nacional Bruto (PNB) como o índice e parâmetro de medida do nível de desenvolvimento entre os países. A segunda etapa vai do início anos 60 ao início dos anos 70, onde verifica-se que o índice PNB levou a disparidades maiores ainda entre os países centrais do capitalismo e os do terceiro mundo, e mesmo dentro dos próprios países ricos, como assinalou o presidente do Banco Mundial, McNamara (ILLICH, 2000, p.161). Mas após esse período o que aconteceu foi um distanciamento maior entre ricos e pobres, com concentração crescente da riqueza. Só crescimento econômico não leva automaticamente ao desenvolvimento das populações, pois foram os aspectos qualitativos das condições de vida das populações que continuaram em situação de pobreza que se agravaram.

Cabe trazer aqui o pensamento de Florestan Fernandes que entende que “as nações latino-americanas são frutos da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático” (FERNANDES, 1998, p.95). Diz o autor que é um colonialismo persistente sistemático que continua tenaz mesmo após a emancipação nacional dos países, visto que o sistema evolui e adapta-se rapidamente a cada nova condição histórica e essas nações são incapazes de impedir sua incorporação dependente nos vários aspectos da vida econômica, política, social, cultural, etc. Segue afirmando que, mesmo com as mudanças do capitalismo no mundo que faz emergir os EUA como principal nação dominante, aprofunda-se a dependência de forma inexorável por conta dos formatos políticos sociais de uma “organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade que sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em seus extratos privilegiados” (Idem, p. 95). O povo foi o excluído permanente e sistematicamente, a democracia não era reconhecida, deste modo, a “integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento, econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível” (Idem, p. 95). Assim os interesses dos extratos dominantes sempre foram tratados como os interesses da nação, o que facilitou todo tipo de manipulação dos interesses externos.

Recorrendo a pensadores americanos, pode-se ver a análise ser reforçada quanto ao caráter da burguesia nacional e a relação de dependência para com o mesmo país e a impossibilidade de uma revolução burguesa nacionalista:

A noção de que existe uma poderosa burguesia nacional nesses países da América Latina, ansiosa para romper com o domínio dos EUA, e também preparada para isso, mesmo com prejuízo, infelizmente é um mito. A influência do capital norte-americano no setor privado dessas economias é grande e não se limita, de forma alguma, às relações de propriedade diretas (no mundo de hoje, o controle da tecnologia é por vezes mais importante do que a propriedade), e o setor público, relativamente grande em alguns países, é operado naturalmente pelas classes dominantes em seu benefício próprio. Os choques de interesse entre capitalistas nativos e estrangeiros existem, naturalmente, mas estão subordinados aos interesses comuns de ambos os grupos na exploração dos recursos humanos e naturais da região. E a esse laço poderoso une-se outro, o receio comum de uma revolução vinda de baixo. As burguesias latino-americanas gostariam de ser tratadas em pé de igualdade pelos seus irmãos norte-americanos, mas não vão pôr em risco suas riquezas e privilégios – que, incidentalmente, são grandes, quaisquer que sejam os padrões de comparação – numa luta quixotesca pela independência nacional. Mas sem independência nacional, os países latino-americanos continuarão, na realidade, apêndices coloniais da metrópole norte-americana. E suas dificuldades básicas e insolúveis surgem precisamente de sua história passada e de sua posição atual de apêndices coloniais (SWEETZ e HUBERMAN, 1963, pp. 12 e 13).

Assim também se vê que nos países centrais do capitalismo, como no caso dos EUA, que o pensamento crítico marxista aponta para teses semelhantes às dos pensadores dos países tidos como dependentes. Assinalam a subordinação econômica e tecnológica e a plena concordância quanto ao caráter das classes dominantes em sintonia de propósitos para a dominação e a exploração do povo.

Ainda não seria demasiado trazer as ideias de Caio Prado Jr, que desde um estudo histórico do Brasil mostra que a síntese de três séculos de colônia aponta a dependência e a subordinação econômica, combinada com uma dominação de classe completamente articulada, antes, aos interesses coloniais, agora, aos interesses imperialistas, e que é vantajosa e necessária para ambas as partes dominantes, de lá e daqui, para garantir a continuidade do sistema. Com seu estudo histórico, o autor mostra como se estende para a formação contemporânea do Brasil (CAIO PRADO, 2010), e sugere a perspectiva da revolução brasileira como caminho possível para a ruptura da dominação e da dependência, apontando um desenvolvimento de caráter socialista e classista.

Na teoria econômica é pertinente trazer Mauro Marini, que, com o ponto de vista da teoria econômica crítica, vai falar de dependência e imperialismo vindo ao encontro do pensamento sociológico de Fernandes, que mostra o modo das elites internas articularem seus interesses com os interesses externos imperialistas. Portanto, dependentes no que diz respeito ao desenvolvimento, que, reiteradamente na lógica da dependência, jamais permitirá que o Brasil, ou qualquer outro país latino-americano, alcance o nível dos países desenvolvidos imperialistas. “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do

desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 1969, p. 113). E isso é fundamental compreender para desmascarar a ideologia do desenvolvimentismo ou do subdesenvolvimento, integrado e dependente, tão necessárias ao imperialismo e desde aí colocada como questão aos países latino-americanos, como caminho necessário a seguir para se desenvolver.

Marini (1969) mostra que no sistema colonial os países centrais do capitalismo em expansão, garantiram que as colônias abastecessem as demandas dos centros colonizadores desenvolvendo uma economia basicamente agroexportadora, só depois de três séculos de colônia, houve permissão para o desenvolvimento da indústria artesanal nos países coloniais mais dinâmicos nas exportações. Após a independência política, as mudanças no cenário dos países centrais do capitalismo, como a Inglaterra com a revolução industrial e graças ao acúmulo maior de capital, ocupa o lugar das antigas potências coloniais, como Portugal e Espanha, e sente necessidade de expandir os investimentos nos novos países em formação, onde alguns já tinham um grau maior de dinamismo econômico como era o caso de Brasil, Argentina, Chile e México.

Vemos também que na América Latina começa a ocorrer o fenômeno da acumulação secundária de capital sob o controle das oligarquias locais. E é com essas oligarquias, ávidas para obterem o máximo de ganhos, que se articulam os interesses externos dos monopólios capitalistas dos países centrais. Além da Inglaterra, na medida em que se expande a revolução industrial pela Europa e pelos os EUA, outros países entram na disputa pelo controle da economia das novas nações.

A partir de 1875 ocorrem certas transformações no capitalismo internacional. Novas potências se projetam para o exterior, sobretudo Alemanha e EUA, já que estes últimos começam a desenvolver uma política própria para o continente latino-americano, que colide muitas vezes com os interesses britânicos (MARINI, 1969, p.114).

O desenvolvimento do imperialismo não acontece sem contradições, tanto no nível interno, como no nível externo. No primeiro terço do século XX, acontecem duas guerras mundiais de disputas interimperialistas, separadas por uma grande crise econômica, a crise de 1929.

A economia que emerge deste processo restabelece a tendência integradora do

imperialismo a um nível mais elevado que o precedente em que afirma definitivamente a integração na esfera de mercado e estimula a etapa desta integração nos sistemas de produção de seu raio de ação (MARINI, 1969, p. 117).

Os EUA impõem-se neste quadrante da expansão do imperialismo mundial como a grande nação líder pelo seu poderio econômico, tecnológico e principalmente militar. O militar está destinado de modo especial a enfrentar o principal opositor que emerge neste processo que é o campo socialista, onde o trabalho é central e não o capital, ao mesmo tempo, em que torna-se o setor mais dinâmico da economia nesta fase imperialista, muito mais aprofundada e integrada, sendo capitaneada de perto por uma hipertrofia do Estado garantidor do processo como demonstra Marini (1969).

Faz-se necessário ressaltar que no processo de dependência dos países subdesenvolvidos, onde as elites locais de modo geral se comprazem em manter esta dependência, quando diminui os seus ganhos, e por não terem força perante o imperialismo, Marini faz ver que para não diminuírem os seus ganhos, as elites locais aumentam a exploração do trabalho em níveis quase semelhantes à situação de escravidão colonial, e que esse autor vai falar em super exploração do trabalho, como um fenômeno estrutural e recorrente nos países de economia subdesenvolvida. Amplia-se a extração da mais valia absoluta, e mesmo posteriormente e mais modernamente com o desenvolvimento da indústria pesada em alguns países subdesenvolvidos. A super exploração do trabalho se verifica mesmo em setores de alta tecnologia na mais valia relativa. Isso reforça o fato da super exploração do trabalho como uma necessidade do subdesenvolvimento atrelado ao imperialismo, com todas as suas características que “implica em baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (MARINI, 1969, p.116).

Mesmo no auge do desenvolvimentismo, no pós Segunda Guerra quando o imperialismo sente a necessidade de transplantar uma indústria pesada nos países subdesenvolvidos mais dinâmicos, como foi o caso do Brasil e outros países latino-americanos, isto se processa de forma subordinada e completamente integrada ao imperialismo, principalmente americano. Essa fase da industrialização pesada acalentou o sonho em alguns setores das burguesias locais, de tentarem um desenvolvimento capitalista autônomo com apoio das classes médias urbanas já mais massivas com o processo acelerado de urbanização e acenando com medidas populistas para a classe trabalhadora, na tentativa de alianças que dessem base social de sustentação para o empreendimento de um capitalismo autônomo, que permitiria a essa burguesia apropriar-se com mais gula da mais valia resultante

do trabalho e que escorria para os monopólios estrangeiros dominantes da economia local.

O imperialismo aliado à oligarquia rural e outras frações da burguesia, sócias nos seus negócios, portanto confiáveis, quando crises sociais e políticas apontavam para processos de ruptura, não teve dúvidas quanto ao uso da força militar e patrocinou golpes civis-militares por toda a América Latina. E quando necessário, o mesmo imperialismo não hesitou em invasões militares diretas, com derrubada dos governos legítimos e instalação de governantes títeres e aliados confiáveis.

Nesse processo é importante ressaltar que a classe trabalhadora operária vinha não só crescendo, como adquirindo experiência política, com insatisfação pela super exploração do trabalho que a reduzia a situações de extrema miserabilidade. Essa politização dos trabalhadores também chega ao campesinato, que, aliás, sempre lutou e resistiu a sua maneira, assim como resistiram os indígenas e os negros escravos durante o período colonial, passando pelo início da República. Com as pretensões populistas de frações da burguesia, que por vezes se abasteciam nas ideias da CEPAL, que em geral preconiza ideias de um desenvolvimento nacionalista autônomo e aceno de alianças reformistas com os trabalhadores, o imperialismo tratou de se resguardar com golpes civis-militares generalizados pela América Latina.

Também autores como Teotônio dos Santos na revista eletrônica Carta Maior, mostra as contradições entre oligarquia exportadora, setores empresariais modernos e outras camadas sociais na atualidade da América Latina, governos de cunho nacionalista, como segue:

As oligarquias exportadoras ou aquelas ligadas ao capital internacional que percebem os Estados Unidos como um aliado quase incondicional, mas os povos da região se sentem muito mais identificados com a visão bolivariana. Assim também se sentiram os novos empresários, sobretudo industriais, voltados para o mercado interno da região. Continuam atuando assim forças regionais que aspiram uma maior integração da mesma. Foram elas que, em 1947, se uniram em torno da ideia de formar nas Nações Unidas uma Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), contra a qual se colocou inutilmente o governo norte-americano. A CEPAL não somente serviu de base para mobilizações diplomáticas, mas converteu-se no centro de um pensamento alternativo que se diferenciava teórica e doutrinariamente da Organização dos Estados Americanos (OEA), do FMI e do Banco Mundial. Foi sob sua inspiração que se criou a ALALC em 1960. Iniciativa que os Estados Unidos responderam com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a Aliança para o Progresso, a USAID e outras iniciativas diplomáticas e de segurança (anti insurreição). A partir deste momento podemos contar uma história muito interessante da resistência mais ou menos radical latino-americana. Vários estudos nos contam boa parte desta história ao levantar de maneira didática os antecedentes e as perspectivas de um esforço integracionista regional que avança a passos largos apesar da tentativa sistemática de um pensamento dependente e subordinado insistir em ignorar todos estes passos que formam uma interessantíssima acumulação de experiências que ganhou uma intensidade extremamente rica nestes últimos anos, consequência em parte da degradação da hegemonia dos Estados Unidos sobre a economia mundial. É assim que assistimos,

inclusive, uma presença constante de outras regiões antes totalmente ausentes de nossa história como a China que vem se convertendo no principal parceiro comercial e mesmo de investimentos de quase todos países da região (TEOTÔNIO DOS SANTOS, 2013).

Podemos ver na citação acima como segue o processo de subordinação imperialista, mesmo que com contradições de toda ordem, secundariamente por parte da própria burguesia dos países subordinados, bem como, de projetos alternativos de setores nacionalistas com perspectiva socializante, que durante o capitalismo de substituição de importações, já buscava alternativa e elaborava teoria contrária aos objetivos do imperialismo, como foi o caso da CEPAL. E que serviram de guias aos movimentos alternativos com projetos políticos diferentes, de caráter nacionalista e alguns que rumaram para perspectivas socialistas como é o caso cubano que sai vitorioso. E também de outros movimentos que não obtiveram sucesso político ao serem derrotados, e, mais recentemente, reacendidos no projeto bolivariano, com destaque maior ao processo venezuelano de caráter nacionalista, estendido para toda América Latina como perspectiva, rumando a uma orientação para o socialismo.

Uma vez demonstrado o tipo de capitalismo de substituição de importações e subordinado aos imperialismos dos países centrais europeus e principalmente americano, faz-se necessário mencionar as mudanças internas da evolução capitalista, que após os anos 60, com o aumento da concentração e centralização da riqueza, graças a enorme produção industrial, torna-se cada vez mais dominando pelo setor financeiro, como faz ver Maria da Conceição Tavares (TAVARES, 1982). Nos países centrais do capitalismo o processo de industrialização já tinha atingido um alto grau de acúmulo e centralização de riquezas, que elevou os bancos, o setor financeiro, à condição de motor e dinamizador do sistema capitalista. Nos países de desenvolvimento industrial mais atrasado, como é o caso do Brasil, o fenômeno da financeirização verifica-se mais tarde, no entanto, continua articulado e dependente do capitalismo central da mesma forma. Como nos mostra Tavares, nos tempos atuais é muito mais visível o domínio do capital financeiro que subordina todos os setores da economia, ditando o ritmo do desenvolvimento, bem como das crises que provoca no sistema capitalista e da condução das saídas da mesma, com consequências cada vez mais dramáticas para o trabalho, como pode ser verificado atualmente após a maior das crises do capitalismo a partir do de 2008, iniciada nos EUA e rapidamente alastrada pela Europa, com impactos no mundo inteiro.

2.2 O DESENVOLVIMENTO COM A REVOLUÇÃO VERDE E SEUS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS

Ainda de um ponto de vista histórico, faz-se necessário identificar a perspectiva da Revolução Verde, trazida desde os Estados Unidos, como proposição de desenvolvimento para o campo e foi aplicada após os anos de 1960, com muita articulação de forças institucionais estatais e privadas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina e em outras partes do globo terrestre. Essa política também veio acompanhada do paradigma cientificista dando todo respaldo ao modelo, pois a ciência é apresentada na modernidade como a única detentora das últimas verdades e com o que tem de melhor da tecnologia. Simplesmente ignoraram o que havia de práticas e conhecimentos milenares que os povos nativos, no nosso caso latino-americano, vinham desenvolvendo.

O Brasil foi um fiel seguidor da “doutrina” da modernização tendo como base técnica o pacote da Revolução Verde para a agricultura, que ganha amplitude a partir dos anos de 1970, devido aos fortes incentivos governamentais, especialmente crédito farto e subsidiado. Conforme Silva (1981), citado por Sauer e Balestro (2009), implicou em uma grande modificação tecnológica na base da agropecuária brasileira, contendo um pacote de técnicas e lógicas produtivas, baseados na química, mecânica e genética. É um paradigma técnico econômico que busca seguir os mesmos princípios da manufatura no processo de produção agrícola. Há grande artificialização da agricultura independente dos biomas onde ela acontece.

A Revolução Verde encaixou-se na estrutura da formação agrária e agrícola que historicamente vem se constituindo no Brasil, no sentido de servir aos padrões estabelecidos pelo capitalismo dos grandes centros imperialistas. O grande latifúndio da monocultura ampliou a concentração de terras e de riquezas de um lado, gerando uma massa de camponeses empobrecidos e excluídos, do outro lado, no Brasil. A modernização agrícola da Revolução Verde fez com que o Brasil se tornasse um dos maiores países agrícolas do planeta, exportador de *commodities*, com um permanente crescimento das exportações agropecuárias. O Brasil constituiu-se com a Revolução Verde em um país de economia primária forte. Está cumprindo uma função na divisão internacional do trabalho, que reserva aos países do terceiro mundo, o papel de exportadores de produtos primários, quando muito, exportadores de produtos industriais complementares aos interesses dos centros de economia imperialista.

O êxodo rural promovido pelo capitalismo no campo brasileiro desde os anos de

1960, seja para as fronteiras agrícolas, seja para as periferias das cidades, alterou a população do campo que em 1960 chegava a 70% da população brasileira. Nos anos de 1990, baixou para menos de 30%, e o inverso aconteceu na cidade (SAUER, 2009). O quadro de agravamento da crise social só fez piorar, pois vem aumentando crescentemente o número de miseráveis, de favelados, de ocupações de morros, encostas, áreas de preservação ambiental nas periferias urbanas, a criminalidade, enfim, a violência urbana e rural nas regiões de expansão do capital, principalmente. São milhões os brasileiros que vivem em condições de pobreza. Até há pouco tempo, no começo da década de 1990, o Brasil tinha 39,9 milhões de pessoas em condições de pobreza (ALBUQUERQUE, 1995). O que contesta a argumentação política dos signatários da defesa da Revolução Verde, pois no Brasil a população pobre, já alta nos anos 60, não diminuiu, posteriormente, com toda modernização agrícola. O argumento político ao implantar o modelo da Revolução Verde era o de que precisava aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome do povo brasileiro. Nos últimos anos, dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostram que o Brasil ainda tem 23 milhões de miseráveis, ficando muito acima de qualquer país com renda per capita semelhante, tais como Chile e México, por exemplo. Fabiana Futema (2010) destaca o Brasil na 109ª posição no ranking de exclusão social medido pelo Índice de Exclusão Social (IES). Este índice deixa o país em pior situação que o IDH da ONU.

A modernização da agricultura da forma como foi feita tinha como uma das grandes bandeiras dos seus ideólogos, garantir a produção de alimentos para acabar com a fome. Pois a população vinha crescendo muito e precisaria ser alimentada. Esses eram os argumentos nos anos de 1960. E são os mesmos argumentos atualmente para legitimar a legalização das novas tecnologias para a agricultura como das sementes transgênicas, as quais estão sob controle quase total das multinacionais, o que vem pôr em cheque a soberania alimentar dos povos, devido ao monopólio dessas sementes. E não contentes, os defensores do modelo ainda querem o relaxamento do código florestal, que está sendo atacado em disposições legais protetoras do meio ambiente e punitiva aos violadores das leis ambientais. E os argumentos são os mesmos da primeira fase da Revolução Verde: produzir mais alimentos para combater a fome, agora na cifra de centenas de milhões no mundo. A modernização da agricultura elevou a já altíssima concentração das terras e das riquezas no campo, aumentando consequentemente a exclusão e miséria. O que mostra que os objetivos da modernização foram outros que não a solução dos problemas sociais.

A concentração da riqueza e da terra são de tal forma iníquas, que colocam o país no topo da desigualdade social, sendo um dos piores do mundo. Fica em penúltimo lugar no

ranking mundial da distribuição da riqueza e na concentração de terras. E vem crescendo sistematicamente desde o início dos anos de 1960, tendo pequena alteração após a última década no fator renda. Mas no aspecto fundiário, em recente estudo a partir dos dados fornecidos pelo INCRA, Gerson Teixeira (2010) verifica que além da ampliação da concentração das terras, houve o aumento de áreas improdutivas entre os anos de 2003 a 2010. Mostra que atualmente 130 mil proprietários de terras concentram 318 milhões de hectares (56,1% da área total dos imóveis) e em 2003 eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares (51,6% da área total dos imóveis). Em sete anos, mais de 100 milhões de hectares passaram para as mãos do latifúndio. Já quanto à produtividade e o não cumprimento da função social da terra, os dados não deixam dúvidas, em 2003 havia 58 mil proprietários que controlavam 133 milhões de hectares improdutivos. Em 2010 são 69 mil proprietários com 228 milhões de hectares de terras abaixo da produtividade média. E isto levando em conta os índices de medição da produtividade de 1975, que estão mais de 30 anos desatualizados e que por lei deviam ser atualizados a cada 10 anos, mas o desequilíbrio de forças políticas no congresso nacional, favorável ao latifúndio, não permite que se vote a atualização dos índices de produtividade. No que diz respeito à questão ambiental, o pacote da Revolução Verde também causou danos em grande escala, pois se conjuga com os danos ambientais, derivados do processo de industrialização e da urbanização acelerada, resultantes do êxodo rural.

Leff (2001) assinala os anos 1960, como o momento do despertar da consciência ambiental e do discurso da sustentabilidade, que se estendem para as décadas seguintes. Segundo este autor vários fatos vão contribuir, tais como a obra Primavera Silenciosa de Rachel Carson, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo, Suécia, em 1972. Depois a ECO 92 no Rio de Janeiro, que talvez seja a que mais despertou a sensibilidade da população brasileira pelos temas ambientais e por ser em nosso país. Entende Leff que a crise ambiental põe em cheque as bases da civilização moderna da racionalidade científica e do produtivismo ilimitado que se choca contra a natureza, a qual põe evidentes limites à produção sem fim, desnecessária e em velocidade alucinante que rompe os círculos naturais de auto reposição.

Voltando para o cenário brasileiro, pode-se falar de crimes ambientais de grande monta provocados pelo produtivismo da Revolução Verde. O código florestal brasileiro é desrespeitado de norte a sul acintosamente. Em todos os Estados, mais agrícolas ou menos agrícolas do país, nas regiões Sul, Centro-Oeste, Sudeste, principalmente, a cobertura vegetal está longe do que prevê a lei da reserva legal de 20% e mais as áreas de preservação

permanente. São Paulo, por exemplo, possivelmente na região dos canaviais, não tenha mais do que 2,5% por cento de cobertura vegetal, no restante do estado talvez chegue a algo em torno de 6% (PIRES; FEIJÓ, 2009). A região do cerrado, segundo apurou Sspihuan (1998) com estudos fotográficos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ainda permanecem florestados somente um terço da região, visto que foi rapidamente devastado com o avanço da agropecuária. E agora o desmatamento avança vorazmente sobre a região amazônica e sobre o pantanal principalmente com as *commodities* da soja e derivados da cana-de-açúcar.

No mesmo ritmo que o agronegócio, agora na segunda fase da Revolução Verde, a transgeníase avança pelo país, também avança a degradação das condições de trabalho, o aumento do trabalho escravo, do trabalho infantil e o trabalho estafante que tem levado à morte muitos trabalhadores, como tem se verificado no corte da cana em vários estados. No caso do trabalho escravo cada vez mais crescente no país, o governo brasileiro reconhece perante a ONU o problema, e em 1995 cria um grupo móvel de fiscalização, que conforme relatório atualizado em 2008, de 1995 a 2008 foram feitas 649 operações com o resgate de 28.786 trabalhadores em situação de escravidão, e quase todos em fazendas pelo interior do país, resultantes dessa expansão do agronegócio.

Outro fator intimamente vinculado a expansão da modernização do campo, denominada na atualidade como agronegócio, são os conflitos principalmente fundiários na disputa pela terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem denunciando o aumento do número de assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças, defensores e apoiadores das lutas pela terra. O número de conflitos, de ameaçados e de envolvidos vem aumentando nos últimos anos. Segundo o relatório “Conflitos no Campo Brasil 2010”, aumentou em 30% o número de assassinatos em relação a 2009, e acusa o modelo agrícola do agronegócio, violento, excludente e danoso ao meio ambiente, como responsável.

Os teóricos e analistas críticos dessa sociabilidade, falam do fim ou esgotamento de um paradigma e da busca sôfrega de outro paradigma. É o mundo moderno em crise, e quanto a isto há um consenso generalizado, ficando dúvidas menores de interpretação que se enfrentam quanto ao conceito de moderno. Alguns questionam se já fomos além do moderno, se estamos no pós-moderno ou no contemporâneo. Talvez para efeito de não enredar-se no cipó das muitas opiniões, convém optar pela perspectiva da obra de Marx que analisa o modo de produção capitalista como sendo a forma principal como se materializou na modernidade e subordinou todas as outras formas de organização socioeconômicas, num largo processo histórico e que atingiu na atualidade sua maturidade e que, segundo alguns

estudiosos desta corrente (FOSTER, 2010; O'CONNOR, 2003; SACHS, 2007; MENEGAT, 2006), entendem que o sistema já esgotou suas possibilidades de emancipação humana, civilizatória e está jogando a humanidade numa crise sempre maior e mais grave, ou como preferem alguns, de risco, de ameaça da sua continuidade. E o risco aponta no sentido ambiental, mas também da barbárie social, como alerta Giddens (1991) sobre o risco de um desastre nuclear, por exemplo.

Os vários estudiosos da crise enfocam mais um ou outro sentido da mesma conforme suas opções teóricas e ideológicas. No entanto, há um consenso de que a crise é ambiental, social, econômica e de paradigma científico. A sociedade do conhecimento racional, instrumental, científica, aparelhada para os interesses do lucro a qualquer custo, do afastamento da natureza, da confiança plena na capacidade da razão científica, criou um mundo perigoso, destrutivo, de dominação e que está num beco sem saída. Para onde voltar-se? Certamente pode-se buscar no passado aquilo que foi desprezado, não para lá estacionar no tempo, mas para trazer o que continua válido ao futuro, para servir de inspiração para o que deverá ser diferente e com outros valores, a fim de que se tenha futuro. Antropólogos como Arturo Escobar (1992, 2002 e 2005), além de questionar a imposição de um tipo de desenvolvimento para os periféricos do capitalismo, questiona o próprio desenvolvimento como eurocêntrico e reivindica um lugar de destaque, nos seus estudos e pesquisas etnográficas, aos povos originários e aos movimentos sociais, como inspiração para repensar as relações com a natureza e entre os povos e para pensar o pós desenvolvimento.

Para a perspectiva marxista, o futuro tem de apontar para uma sociedade distributiva, de abundância e mais igualitária e isso é possível, graças a impressionante capacidade de produzir riquezas, devido ao desenvolvimento das forças produtivas, que para Marx, em última instância, não visa a produção infinita de bens, como é na lógica capitalista. Mas visa a redução da jornada de trabalho e para sobrar mais tempo livre para as pessoas poderem desenvolver-se nas qualidades verdadeiramente humanas (LOWY, 2003). Já outros críticos dessa modernidade defendem que deve haver mudanças profundas e reivindicam de modo geral a participação das pessoas nas decisões, ou seja, o aprofundamento, a radicalização da democracia (GIDDENS, 1991; TOURAINE, 1994; LEFF, 2001). Não entram muito no debate relativo às classes sociais, à luta de classes, à revolução socialista, etc., caros ao pensamento marxista. A participação das pessoas vai definir o tipo de sociedade que se construirá. Entendem que não pode ser conforme os paradigmas da modernidade racionalista instrumental e científica. Há que se levar em conta as diferenças, as particularidades, as decisões das maiorias, as vivências, os saberes, ao referir-se aos diversos setores populares

normalmente marginalizados dos processos decisórios (LEFF, 2001).

Sobre o paradigma alternativo, vale a pena lembrar Morin (2003), que desde a epistemologia, entende o momento atual como de crise global, mas que também começa uma reação contra a lógica geral do paradigma da modernidade. E justamente por ser um paradigma, não se pode tirá-lo da cartola, visto que para formulá-lo, como por exemplo, o cartesiano, que marca a modernidade, ele é no fundo o “produto de todo um desenvolvimento cultural, histórico e civilizacional”. Faz a crítica do cartesianismo como simplificador, disjuntivo e racionalista. Ele propõe o paradigma da complexidade e entende que este “surgirá do conjunto das novas concepções, de novas visões, de novas descobertas e de novas reflexões que vão conciliar-se e juntar-se. Estamos na batalha incerta e não sabemos ainda quem ganhará” (MORIN, 2003, p. 112).

Os autores do campo marxista tratam a crise de paradigmas, como decorrentes da lógica do próprio desenvolvimento capitalista que periodicamente produz crises. Mészáros aponta para a superação total do sistema do capital, pois nesta fase histórica reformá-lo não soluciona as crises cada vez mais profundas, por se basearem estruturalmente na dominação de pessoas. Este autor entende que o sistema é irreformável, incontrolável e destrutivo. “A crise estrutural é cada vez mais profunda, com seus perigos para a própria sobrevivência da humanidade o que coloca em acentuado relevo a sua incontrolabilidade” (MÉSZARÓS, 2007, p. 59).

Combina-se no desenvolvimento do capitalismo, seja brasileiro como em outras regiões, como atestam vários autores, em especial O'Connor (2003), lugares de forte dinamismo econômico, que estão necessariamente imbricados, com regiões de estagnação econômica. O capitalismo brasileiro e o capitalismo do terceiro mundo de modo geral são marcados pela super exploração do trabalho, inclusive em regiões de dinamismo econômico, chegando ao cúmulo de atualizar formas de exploração do trabalho historicamente superadas, tais como o trabalho escravo que vem crescendo assustadoramente, bem como, o trabalho infantil, como já explicitado anteriormente, porém não só no campo, mas também no meio urbano.

Frente a essas contradições sociambientais provocadas pelas crises do capitalismo, cresce o discurso do desenvolvimento regional da sustentabilidade pelo viés tecnicista, com empoderamento local pela participação política dos setores sociais envolvidos, etc. Sobre a sustentabilidade há muitas definições e aqui vamos adotar alguns elementos mais essenciais deste debate tirados de Sauer e Balestro (2009) que são o controle consciente sobre os processos sociais e econômicos. E os mesmos autores, buscam Mészáros (2007) para reforçar

a ideia da sustentabilidade que implica a passagem de “um processo de reprodução social completamente insustentável no longo prazo para um outro que não carregue o fardo das tendências destrutivas do nosso tempo” (SAUER; BALESTRO, 2009, p. 8). Mas em muitas situações ainda o conceito está muito carente de uma crítica mais aprofundada das causas estruturais da lógica do sistema capitalista que levam a estagnação do desenvolvimento em muitas regiões do Brasil. Esta combinação, entre o atraso e o desenvolvimento, polariza-se cada vez mais e isto em âmbitos regionais, internamente nos países, e entre continentes. Essa distância parece cada vez mais intransponível, gerando fortes contradições e instabilidades que tendem a alastrar-se enquanto vigorar a lógica do capitalismo.

Para Sachs (2007), mesmo dentro das relações sociais capitalistas, é possível obter avanços aproveitando os fatores favoráveis de cada situação, enquanto não seja possível atuar com uma realidade de cunho socialista. Países como o Brasil, nesta conjuntura histórica, tem muitos elementos favoráveis que mesmo na atual correlação de forças, permitem avanços, tais como grandes bancos estatais para elaboração de políticas indutivas de formatos de desenvolvimento com sustentabilidade social, ambiental e econômica, como o Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), etc.; empresa pública de pesquisa agropecuária a EMBRAPA, biomassa e energia solar abundante nos trópicos, abundância de água doce, biodiversidade extraordinária, grandes quantidades de terras improdutivas nas mãos do latifúndio, milhões de pequenos agricultores e de sem terras que querem reforma agrária.

Esta situação tem levado os organismos internacionais mais vinculados aos problemas políticos sociais, também intelectuais, Organização Não Governamental (ONGs) e governos, principalmente os com caráter mais popular, a que proponham elaborar propostas e políticas públicas que busquem amenizar ou superar esta situação. Porém, pouco questiona em relação à estrutura fundiária brasileira que é uma das mais iníquas do mundo, tal é o seu grau de concentração e que leva conseqüentemente à concentração da renda no campo e a exclusão de grande parte do campesinato dos benefícios sociais do desenvolvimento.

E no caso concreto brasileiro, os governos têm adotado fortes políticas de compensação social e também políticas que visam corrigir as distorções acumuladas historicamente pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo como marca estrutural do sistema (O'CONNOR, 2003; OLIVEIRA, 1986). Tudo isto sob a consigna do combate à pobreza, propugnando-se acabar com a fome. No entanto, o limite das políticas públicas talvez seja esta capitulação frente à correlação de forças amplamente favorável aos setores capitalistas, e talvez somente busquem apenas uma outra sociabilidade capitalista

incluindo mais alguns setores pelo vícios do mercado, mas sem alterar a estrutura fundiária e sem resolver o problema da pobreza no campo.

Não usam as políticas públicas de forma mais decisiva para empoderar a governança popular, há um certo temor que parece pairar no ar em relação à crítica dos setores conservadores de dentro e de fora do governo. Certamente que as contradições entre políticas de governo e as funções do Estado e mais as forças em luta dentro e fora do Estado, criam dificuldades para o governo. No entanto, há que se fazer opções frente aos enormes problemas sociais, como os da sociedade brasileira, sem o que não se conseguirá sem um desequilíbrio no jogo de forças, favoráveis aos setores sociais populares. Pois ao não saber aproveitar e ou não querer aproveitar momentos históricos de crise e abertura de possibilidades, tendem a crescer os setores sociais que sempre se beneficiaram da sociedade e do Estado. Na perspectiva marxista, a ideia de sujeito social que faz história pela luta dos contrários ou pela luta de classes, é muito cara. Assim que, um governo que em parte vem de uma trajetória popular, como é o caso brasileiro atual, não se pode renunciar a essas injunções históricas e adotar apenas a perspectiva de administrar a lógica do capital com algumas políticas públicas de caráter mais popular, bastante tímidas se consideramos o fosso social entre as classes sociais em termos de renda, aspectos culturais, educacionais, etc.

Os setores desfavorecidos socialmente organizam-se e lutam por um lugar no desenvolvimento social. E aproveitam dessas situações favoráveis das políticas governamentais para potencializar as lutas e as ações para levar avante o desenvolvimento local e regional, mas mais do que isto, lutam por direitos sociais, os quais supõem reformas sociais profundas, como é o caso da reforma agrária. Sem as políticas públicas voltadas para que determinadas regiões saiam da situação de estagnação em que estão, é impossível alcançar um melhor equilíbrio e paridade com outras regiões mais dinâmicas. Pois transferem além de riqueza para outras regiões, também mão-de-obra jovem e barata, o que as coloca em desvantagem cada vez maior e mais permanente. Assim, dificilmente alcançarão níveis de desenvolvimento semelhante ao de outras regiões, pois nestas acabam se concentrando e centralizando mais as riquezas produzidas socialmente, como indicam autores acima mencionados.

Também os responsáveis maiores pelos problemas ambientais, não são os setores vinculados à agricultura familiar e à reforma agrária. Já vimos que os setores ligados ao agronegócio são os maiores violadores das leis ambientais em vários aspectos: no desmatamento das fronteiras agrícolas e de áreas de preservação permanente como margens dos rios e topos de morros. São os maiores contaminadores do meio ambiente com venenos,

inclusive muitos já proibidos, levando Brasil ao *status* de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, numa proporção de 5,2 litros por pessoa em média, como tem denunciado as organizações populares ligadas à Via Campesina, que está fazendo uma campanha permanente de denúncia contra os agrotóxicos.

Certamente a reforma agrária, que altera a estrutura fundiária, pode ser um fator decisivo para o desenvolvimento regional sustentável em muitos rincões desse país, onde vigora o latifúndio como causa de atraso e entrave para um efetivo e factível desenvolvimento sustentável. A simples distribuição da terra já é um grande avanço pelo fato de possibilitar o acesso a mesma, de modo a poder começar a produzir, por piores que venham a ser as condições. Pois o fato de acessar à terra, já dá um pequeno grau de autonomia aos trabalhadores rurais, que quando sem terras, mantêm dependência total do patronato rural. Como demonstra José de Souza Martins (1986), terra no Brasil é sinônimo de poder político. E desde o poder político tem-se acesso às instituições públicas e aos cofres públicos.

Leite e Medeiros (1998) mostram que a distribuição de terras acompanhadas de outras políticas de desenvolvimento econômico, cultural, educacional, profissional, ambiental e social, com certeza poderá pôr em outro patamar humano e de sociabilidade as populações rurais, que, além de saírem da situação de dependência completa, passam a produzir sua subsistência e podem inserir-se no mercado. As políticas de desenvolvimento implicam na transferência de recursos federais para essas regiões reformadas, que antes, sem a reforma agrária, jamais viriam e potencializariam todo o mercado local e regional.

E quando feita em volume expressivo, passam a causar um grande impacto em todos os aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos, como assinala Leite (2001) e Sparovek (2003). Há um fomento nas trocas mercantis e na circulação da riqueza regionalmente. Provocam o repovoamento do interior criando muitas comunidades o que vai demandar muitos investimentos em infraestrutura e com recursos federais, isto é, há uma grande transferência de riquezas para essas regiões, que permitem uma forte estruturação produtiva por parte dos assentados, como já se verificou em outros trabalhos sobre a reforma agrária, feitos por Leite e Medeiros (1998) que mostram os assentamentos dinamizando o desenvolvimento econômico local e regional, num embate entre forças sociais que lutam por reformas, portanto, na lógica do capital, mas que, ao mesmo tempo, podem tentar pular para além dessa lógica.

2.3 O DESENVOLVIMENTO AGORA É SOCIAL, AMBIENTAL, LOCAL, TERRITORIAL E PARTICIPATIVO

Seguindo a exposição sobre o desenvolvimento, vimos que dos anos 80 em diante, já sob hegemonia do capital financeiro, com os sinais das crises começando a emergir, que o discurso do desenvolvimento começa a incluir as novas questões colocadas na pauta do debate pelos movimentos sociais, povos originários, ONGs e intelectuais. Os direitos sociais, os direitos ambientais, o direito das populações e dos povos poderem decidir sobre o seu futuro, passam a ser temas obrigatórios dos eventos governamentais, dos programas, dos acordos internacionais, etc. Também se estabelece uma disputa quanto ao tipo de desenvolvimento, o que o capital quer, certamente entra em choque com o que os sujeitos dos diferentes lugares querem, diferente do que os povos originários querem, diferente do que os movimentos sociais querem. E essas diferenças vão para o campo da prática, dos processos sociais em andamento. Disputa-se rumos e controle, governos querem controlar, representantes do capital querem controlar, os sujeitos sociais locais querem controlar. Nos discursos oficiais passa-se a levar em conta a situação da população, há que se ter preocupação com os recursos naturais, fala-se em capital humano, responsabilidade social e ambiental das empresas. Faz-se uma espécie de pregação em torno de interesses comuns e que todos devem somar-se, articular-se entre si para se obter o desenvolvimento, ao qual não tem consenso sobre o seu conteúdo. Nos discursos sobre o desenvolvimento há um esforço de formulação de consensos entre contrários, por parte dos governos, dos organismos públicos, do capital, como se não houvesse mais classes sociais, nem contradições sociais.

Retomando um dos temas mais sensíveis no momento que é a consciência em torno dos problemas ambientais, como nos mostra Sachs, que já vem se desenvolvendo desde os anos 70 e em grandes eventos organizados pela ONU, como é o caso Conferência das Nações Unidas para o meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo, na Suécia, em 1972; do relatório “Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Brundtland entre 1982 e 1987; a Conferência da Terra no Rio de Janeiro; a Eco 92, etc.; (SACHS, 2007). Os impactos decorrentes do avanço industrial, da expansão da agricultura, do extrativismo e da urbanização, já não podem mais ser ignorados. O que faz com que o tema ambiental comece a fazer parte, ao menos formalmente, das políticas de desenvolvimento, tanto dos organismos internacionais, como dos diversos países. O que não quer dizer que soluções práticas sejam eficientemente implantadas e desenvolvidas, pois há muitas contradições e interesses

principalmente econômicos e geopolíticos envolvidos.

A sustentabilidade passa a ser a palavra obrigatória nos planos, programas e projetos de desenvolvimento de governos, de empresas, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, no debate acadêmico e até nos círculos de conversas do senso comum. Mas é um conceito de difícil definição tal é sua abrangência e diferentes usos. Sachs (2007), por sua inserção nos grandes debates e pela postura militante e acadêmica frente às questões socioambientais, traz uma contribuição importante na compreensão do tema da sustentabilidade quando tratada nos planejamentos de desenvolvimento. Propõe que os esforços de planejamento busquem articular as cinco dimensões da sustentabilidade: sustentabilidade social, no sentido buscar reduzir o abismo entre pobres e ricos; sustentabilidade econômica, na gestão mais eficiente dos recursos, da distribuição, dos fluxos, das normas de comércio desiguais, etc.; sustentabilidade ecológica que potencialize os ecossistemas, diminua o consumismo, melhore a eficiência energética, menos uso de combustíveis fósseis e mais atenção à biomassa, menos poluição e lixo, normatização ambiental e cumprimento das mesmas; sustentabilidade espacial que reconfigure o urbano e o rural, resguardando os ecossistemas frágeis e a biodiversidade; e, por fim, a sustentabilidade cultural, pois aí estão muitas raízes da atualidade moderna, da diversidade de modos de vida adaptados a ecossistemas que precisam ser preservados com direito a existir e se desenvolver.

Segue-se, que já tendo o social e o ambiental como inclusivo ao desenvolvimento, agora o foco está na escala, do global e nacional das fases anteriores vai reduzindo a escala para o regional e agora territorial e ao local, por conta da emergência dos novos sujeitos sociais que ganham visibilidade pelas suas lutas. Diminui mais ainda a escala, começa a mirar nos novos sujeitos dos públicos específicos, tais como mulheres, na questão de gênero, na juventude, nas populações locais, nas comunidades enfim, como os portadores de elementos importantes a serem considerados nas políticas de desenvolvimento. Com o discurso da participação, os sujeitos locais passam a ter atributos e responsabilidades no desenvolvimento, isto sempre ligado à lógica do mercado, é a inclusão pelo mercado conforme Sachs (2007). É a lógica do desenvolvimento do capital estendendo-se a todos os lugares e disputando o controle dos processos sociais com os novos sujeitos. As populações são chamadas a discutir a sua integração ao mercado, à civilização do capital, onde talvez participem muito mais do seu ônus do que do bônus, e deste último, apenas marginalmente, pois a lógica do capital é a da concentração e da centralização da riqueza produzida pelo trabalho social em geral. Ficam nas regiões e nos locais, na maioria das vezes, o subproduto das indústrias ou empresas de extração ou produção agrícola, que é a destruição ambiental e as mazelas sociais dos que

ficam à margem dos benefícios, como afirma O'Connor (2003). E é exatamente aí, que de fato, a sociedade, as populações locais são convidadas a participarem das soluções dos problemas deixados, na maioria das vezes. E Montenegro Gomes (2002) trazendo Escobar, informa que os planejadores do desenvolvimento vendo que não é possível trazer todos os serviços sociais e gerar trabalho para todos, na lógica excludente do capital, fomentam o setor informal da economia, as trocas mútuas dos setores tradicionais da economia como forma de buscar o autossustento, etc.

Na sequência, após os anos 90, o discurso do desenvolvimento local, passa a fomentar a participação nos planos de desenvolvimento e na gestão das iniciativas da população, os quais vão ganhando mais força e até outras características já mencionadas que são a inclusão do tema do ambiente e da sustentabilidade. Fomentam-se instituições sociais amplas em termos de representação social, convidadas a decidir sobre os rumos do seu desenvolvimento, em que são criados pequenos atrativos financeiros de investimentos e custeio de eventos de vários tipos, com gestão local, como forma de atrair e envolver as forças sociais mais dinâmicas que aí entretêm-se em pensar o desenvolvimento e o seu futuro através desses mecanismos pré-determinados, todos de alcance pequeno. Como se as articulações do local estivessem no mesmo patamar de decisão e influência que as escalas mais amplas dos rumos sociais do desenvolvimento, como se estas não fossem muito mais decisivas, por aí estarem as decisões mais totalizadoras e impactantes nos locais, subordinando-os aos ditames gerais da lógica do capital.

E no plano local também é evocado o território como o espaço dos processos econômicos, sociais e políticos. As abordagens em que só o econômico foi considerado como elemento central, gerou mais pobreza e maior distanciamento entre ricos e pobres em cada país e entre os países ricos e os subdesenvolvidos, sendo que nestes, ampliou-se a distância entre as classes sociais de forma abismal. Montenegro Gomes (2002) traz as proposições de Reyes (2001), em que as correções vão no sentido não de mudar a lógica econômica, mas de assumir o discurso de que só o crescimento econômico não é suficiente para o desenvolvimento, haverá que se preocupar agora com o social, tendo a educação, a saúde, a cultura, as tradições, a moradia, a alimentação, a preservação dos recursos naturais, etc., como elementos indicadores de qualidade de vida e de desenvolvimento. Que no econômico haja emprego digno, que garanta o mínimo das condições de vida, que se ampliem as atividades produtivas. E no plano político deve-se buscar a legitimidade chamando a população à participação, à mobilização nos seus locais, nas suas comunidades. A população é chamada a atuar em prol da qualidade de vida, de buscar alternativas produtivas diversas e

poder decidir sobre os rumos a tomar no desenvolvimento e o território é o aglutinador destas novas faces de outro desenvolvimento.

Montenegro Gomes (2001) aponta em sua crítica que essa nova configuração do paradigma de desenvolvimento ocorre dentro das proposições do neoliberalismo, por isso é unilateral, e implica em concordar com as regras do jogo. As políticas e programas de desenvolvimento dos governos chamam à participação, fazendo de conta que o conflito de classe, a contradição capital x trabalho, esteja superada, num patamar de consensos entre as partes sociais, que em prol de uma qualidade de vida, de melhorias gerais, somando esforços, obterão as conquistas necessárias para ter um local mais desenvolvido. Tudo se dá nos marcos do mercado, potencializando ao máximo as qualidades humanas, o uso dos recursos naturais, a racionalidade a fim de estarem na altura da concorrência com os outros locais ou territórios. As proposições do novo tipo de desenvolvimento não pulam fora da lógica social dada pela sociedade das relações de mercado. Nesta fase do capitalismo neoliberal, que chega aos últimos recantos, a globalização praticamente se completa e, portanto, também globaliza as contradições e segue acirrando a crise por conta da concentração e centralização das riquezas. Mas a fim de que continue se reproduzindo, é fundamental o controle ideológico dos processos sociais resultantes de sua dinâmica de expansão. Fernandes Dias (1996), ao debater o conceito de hegemonia em Gramsci vai dizer que isso se faz por dois mecanismos de controle, pela coesão, na qual entra a ideologia do consenso, e pela coerção, em que entra a repressão e que normalmente é operada pelo Estado.

O Neoliberalismo, como fase atual do capitalismo, onde se articulam os discursos de desenvolvimento que estamos vendo, vem da imposição a uma derrota ideológica ao trabalho e aos socialistas com o fim do socialismo real do leste europeu. Por isso tem pressa, quer recuperar os ganhos sociais impostos pelo keynesianismo, que colocou o modelo da sociedade de bem estar social, no Pós Segunda Guerra Mundial, e pelo socialismo, que frearam a fúria da liberdade de mercado total, por décadas no mundo. A vitória ideológica dos neoliberais, leva a que se insista num discurso do consenso nos territórios, com o desenvolvimento local, fazendo uma espécie de assepsia das contradições e conflitos. Já não é mais o Estado que atua em prol do desenvolvimento como nos modelos anteriores de influência keynesiana, agora o Estado “promove” através das políticas de governo a participação de todos, desde os locais, tanto para superar os males ambientais do desenvolvimento, como para engendrar as novas formas de desenvolvimento, agora com a participação social nas decisões locais, nas redomas territoriais. As pessoas passam a ter uma sensação de importância, de serem sujeitas dos seus processos, pois estão decidindo os rumos locais do desenvolvimento social, comunitário.

O Estado vai saindo do espaço público, e cada vez mais a iniciativa privada assume decisões, principalmente aquelas mais lucrativas. Com o Estado segue ainda questões como a de garantir a lógica e a segurança do capital e investimentos mais pesados e caros em infraestrutura, onde a iniciativa privada não obtém lucros rápidos. É a ideia do Estado mínimo, que, se visto a rigor, também é mínimo no que concerne à sua ação no desenvolvimento territorial, pois o objetivo central é estabelecer o controle social, chamando à participação nos processos que avançam a lógica do capital na periferia. Mas nas questões centrais das comunidades, os sujeitos aí envolvidos não têm capacidade alguma ou muito pouco de poder de decisão, pois isto está reservado aos sujeitos globais do capital. Nos locais ou nos territórios onde as organizações sociais se fazem presente com mais força e este perde parte do controle dos processos sociais, logo trata de esvaziá-los ou de retardar ao máximo o seu desenvolvimento por diversos mecanismos, principalmente desde a própria máquina do Estado controlada pelos governos, que no geral administram esta lógica.

Vimos vários aspectos críticos à lógica de desenvolvimento territorial e local, propostos na atualidade, e quase que amplamente enquadrados na ideologia neoliberal. O que não quer dizer que todas as visões desenvolvidas no debate político e teórico defendem esta lógica neoliberal, há diferenças que propõem desenvolvimento territorial ou local, onde as preocupações não são as do capitalismo neoliberal, mas reivindicam um salto para fora do sistema e pedagogicamente aproveitam os movimentos do capital nesta perspectiva para disputar e propor outras visões. E Montenegro Gomes, traz Musyck (1995) para concordar com o mesmo, que sempre as proposições vêm ao encontro das perspectivas da lógica “do mercado do modo de produção capitalista neoliberal” (MONTENEGRO GOMES, p.171, 2001). Cabe aos setores populares politizados e conscientes desse processo em andamento fazerem a luta e as disputas, não para imprimir a lógica proposta, mas buscar outra perspectiva popular classista. Busca essa que de fato já está sendo forjada entre os trabalhadores de diversas categorias, que vai da resistência dos povos originários indígenas, negros, passando pelos camponeses, diversas formas de comunidades e pelo proletariado. Aí estão as muitas iniciativas da economia solidária e autogestionária, das associações, das cooperativas rurais e urbanas em fábricas recuperadas, catadores de papel, etc. Um exemplo de experiências mais locais outras de abrangência maior, mais global, em redes, que retratam o esforço na busca de alternativas à lógica do capital globalizante neoliberal. Sousa Santos (2002) reúne várias experiências alternativas de vários continentes e estabelece um debate entre intelectuais sobre o sentido emancipatório dessas várias iniciativas, como de fato de uma construção alternativa à exclusão produzida pela globalização neoliberal em andamento.

2.4 A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO NO BRASIL

Vamos trazer um breve resumo de como Stédile (2011) apresenta a questão agrária e o debate da reforma agrária baseado em vários pensadores sobre o tema.

“A questão agrária adquire importância quando os clássicos da economia política passam a analisar como o capitalismo se desenvolvia na agricultura” (STÈDILE, 2011, p. 12), em que um dos problemas vinha a ser a concentração da propriedade da terra, que restringia o consumo dos produtos industriais, devido a concentração da renda decorrente da concentração da terra. Depois o conceito vai evoluindo, com novos significados, passando a ser a forma como a sociedade organiza a propriedade da terra, uso e posse ao longo da história. Entra a forma de produzir na agricultura para atender as suas necessidades e o desenvolvimento econômico e social de toda a sociedade.

No Brasil, a forma como foi organizada a questão fundiária desde as suas origens foi um empecilho para o desenvolvimento social. Devido a concentração da terra a poucos proprietários, desde a origem, o crescimento da produção agropecuária não se constituiu em fator de progresso para as grandes maiorias. Sempre um pequeno grupo foi o beneficiário da produção da riqueza advinda do trabalho na terra. A expansão do capitalismo europeu levou a descoberta e a invasão militar das Américas com a destruição sistemática dos povos que a habitavam e a tomada de suas terras. Os portugueses, ao ocuparem o Brasil, declaram a posse de todas as terras à Coroa portuguesa. O Brasil tornou-se colônia de Portugal e a forma de como as terras foram sendo ocupadas foi com grandes propriedades, denominadas capitânicas hereditárias e depois sesmarias, doadas a empreendedores ligados à corte, a fim de irem ocupando e fazendo produzir essas terras. E somente quem já tivesse posses poderia beneficiar-se das novas terras e ninguém mais que por essas terras viesse. Os índios habitantes eram escravizados e/ou eliminados, e na medida em que os empreendimentos agrícolas evoluíam e a não adaptação e resistência dos índios ao trabalho forçado, os colonizadores passam a traficar escravos negros da África para trabalharem na colônia. Esse formato de ocupação territorial durou mais de três séculos. Período em que se deslocam para as novas terras muitos homens livres, sem posses que vão constituindo uma espécie de campesinato vivendo de favores nas terras dos grandes proprietários ou ocupando regiões, avançando sertão a dentro, mas sem que tivessem a propriedade das terras. As grandes propriedades doadas aos nobres da corte dedicaram-se à produção de monoculturas (cana-de-açúcar, algodão, café, cacau, etc.) em grandes extensões, que alguns autores denominaram de

plantation para exportação, com mão-de-obra escrava (STÉDILE, 2011). Cerca de 90% de tudo o que por aqui se produzia era exportado para a Europa e a maioria dos produtos de subsistência que se produzia aqui era trazido de fora. É importante atentar para o fato de que aqui no Brasil, diferente do que foi o processo de formação da propriedade da terra que foi dividida em parcelas pequenas e médias e distribuídas aos que chegavam, pois a terra só era concedida aos amigos do rei e com posses para iniciar empreendimentos. Mesmo na Europa, os feudos foram sendo divididos cada vez mais em propriedades menores e em muitas situações distribuídas aos camponeses que já trabalhavam nas terras secularmente como servos.

A partir do século XVIII, a revolução industrial na Europa se expande cada vez mais e necessita vender as mercadorias produzidas em abundância cada vez maior. Por isso não era mais interessante a continuidade do trabalho escravo, pois agora era necessário compradores para essas mercadorias. O trabalho escravo começa a ser banido nas colônias, primeiro com a proibição do tráfico, depois, forçando a libertação. Então a situação da terra “livre” e o trabalho escravo começa a se inverter, as classes dominantes do período colonial, que já a essa altura da história, após a revolução industrial e a difusão das ideias políticas libertárias e o processo de independência em andamento nas colônias, começam a legislar sobre a propriedade das terras. E aqui no Brasil essa questão transcorre num sentido diferente de outros países que industrializavam e democratizavam o acesso às terras, aqui se legisla para assegurar o domínio da propriedade da terra na forma de latifúndios. É assim que em 1850 se cria a Lei de Terras para que nas transformações que vinham ocorrendo no país, com a libertação dos escravos e vinda de imigrantes europeus, se restringisse bastante o acesso às terras. E “Dom Pedro II promulgou a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a ‘Primeira Lei de Terras’, que definiu a forma como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil” (STÉDILE, 2011, p. 16). Com esta lei só poderia ter propriedade de terras quem comprasse, pagasse e registrasse nos cartórios. Dá para imaginar que os camponeses que adentraram pelo interior do país nas terras devolutas nem ficaram sabendo dessa lei e se soubessem possivelmente tampouco teriam recursos para comprá-las e registrá-las conforme a nova lei o exigia. A terra vira uma mercadoria especial que pode ser negociada a qualquer momento entre compradores e vendedores.

Com a Lei Áurea de 1888 que oficializou a libertação dos escravos, a grande maioria dos negros, sem o acesso à terra, migram para as cidades portuárias principalmente, o que ocasionou a falta de mão-de-obra na agricultura, obrigando o governo brasileiro a atrair colonos europeus. Assim, uma parte dos milhares de colonos que nos Estados do sul recebem

uma colônia de terras (um módulo de mais ou menos 25 hectares) foram pagando em determinadas condições ao governo da Coroa, e a outra parte vai substituir os escravos num regime conhecido como “colonato” nos cafezais do sudeste, em São Paulo principalmente, onde o migrante ia abrindo o mato, plantando cultivos de subsistência, entre o cafezal que tinha por obrigação de ir formando para o patrão. E após cinco anos, tinha que abrir novas áreas de cultivos no mesmo regime. Também havia o assalariamento e arrendamento de terras (STÉDILE, 2011). Esses migrantes, como se pode ver, num primeiro momento não tiveram acesso à terra. Só com o tempo, com as economias feitas, iam adquirindo parcelas de terras.

A restrição do acesso à propriedade da terra, devido a Lei de Terras, levou a que no final do século XIX e início do século XX houvesse grandes conflitos decorrentes do não acesso às terras, como foi o caso de Canudos na Bahia e o Contestado em Santa Catarina, para citar os principais. O Brasil passa a ser República em 1889, e nada muda no regime da propriedade das terras. Começa então a industrializar e urbanizar-se no começo do século XX, marcadamente com a Revolução de 1930, capitaneada por Getúlio Vargas, ancorada na classe industrial emergente e que quer participar do poder. No entanto, nada se altera no regime da propriedade de terras, visto que os cafeicultores do sudeste que obtiveram grandes lucros, são os que fazem investimentos no recente parque industrial em vias de formação. Assim se forma uma burguesia industrial que em grande parte advém da própria oligarquia rural, o que explica suas articulações com essa oligarquia e compromissos frente a manutenção da estrutura fundiária concentrada das terras.

Em 1946 a Constituição Brasileira foi reformulada, quando o mundo acabou de derrotar o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial e o povo pendia mais democracia. O PCB (Partido Comunista Brasileiro) elege a terceira maior bancada entre deputados e senadores e a reforma agrária é pautada nos debates, com a apresentação de um projeto do senador comunista Luís Carlos Prestes. Mesmo a esquerda sendo minoritária, consegue aprovar aspectos importantes sobre a função social da terra, onde o governo pode desapropriar terras por interesse social. O debate e as propostas apresentadas pela esquerda é muito mais aprofundado e as lutas sociais em andamento repercutiam pelo país. São criadas as ligas camponesas em Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo (STÉDILE, 2011). Em Minas Gerais, Teófilo Otoni, surge um conflito de posseiros, e em vários lugares acirram-se conflitos em escala menor entre posseiros e supostos proprietários. O governo cria empresas de colonização para ocupar o Centro-Oeste e a Amazônia, incentivando as migrações rumo ao Oeste, onde levadas de camponeses nordestinos migram para o Maranhão e vão até o Acre, na esperança de serem legalizados nas suas posses pelas empresas colonizadoras. Do sul do

Brasil inicia-se um fluxo de migrações que vai ocupando o oeste de Santa Catarina, oeste e sudoeste do Paraná e vai pelo Mato Grosso do Sul rumo à região Amazônica.

Do debate que houve na época, vale à pena trazer uma síntese desenvolvida por Josué de Castro, proposta por Stédile (2011) como sugestão sintética:

Josué de Castro (1908- 1973), foi médico, biólogo, geógrafo e um homem de ação. Ele sabia que muitas vezes era necessário simplificar propostas para que elas pudessem ser debatidas por um público maior e ganhar mais divulgação. Em 1953, quando era presidente do comitê da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), divulgou o ‘Programa de dez pontos para vencer a fome’, que em termos de concisão, não poderia ser melhor. Veja o que ele escreveu:

1. Combate ao latifúndio.
 2. Combate à monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados.
 3. Aproveitamento nacional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para a agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis, como frutas, verduras e legumes que não resistem, a longos transportes sem os recursos técnicos de refrigeração.
 4. Intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de policultura nas pequenas propriedades.
 5. Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola.
 6. Financiamento bancário adequado e suficiente para a agricultura, assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo.
 7. Progressiva diminuição, até a absoluta isenção de impostos, da terra destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação.
 8. Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares.
 9. Intensificação dos estudos técnicos de bromatologia [estudos dos alimentos] e de nutriologia [ramo da medicina que se ocupa da nutrição em todos seus aspectos: normais, patológicos e terapêuticos] no sentido de que obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares.
 10. Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para a formação de bons hábitos alimentares, o que envolve não só conhecimento dos princípios históricos de higiene como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica e os fundamentos da luta técnica contra a erosão.
- “Programa de dez pontos para vencer a fome”. Rio de Janeiro, Mundo Ilustrado, 21 mar. 1953 (*apud* STÉDILE, 2011, p.20).

No início dos anos de 1960 aumentam as mobilizações sociais urbanas e rurais por reformas de base e em especial por reforma agrária, ocasionando grande tensão social. O tema agrário ganha destaque, os movimentos camponeses se fortalecem e ganham apoio e articulação com organizações políticas defensoras da reforma agrária. Desenvolve-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTABs) sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Rio Grande do Sul surge o Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER) dirigidos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Também no Nordeste

crecem as Ligas Camponesas influenciadas pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e por outras forças políticas de esquerda. Com a legalização sindical no campo crescem os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) por todo o país. Na Igreja católica surgem pastorais sociais voltadas para a educação e organização dos trabalhadores rurais, algumas mais progressistas como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Juventude Agrária Católica (JAC), já outras organizações têm influência mais conservadoras, contra os comunistas, como a FAG (Frente Agrária Gaúcha), o Serviço de Apoio no Pernambuco (SORPE) e o Serviço de Apoio no Rio Grande do Norte (SARN) (STÉDILE, 2011).

No meio político e acadêmico, o debate se fortalece em torno de algumas correntes de pensamento. Em torno do PCB destacam-se nomes como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Mário Vinhas, que defendiam uma reforma agrária antifeudal, pois segundo os autores, no Brasil permaneciam resquícios feudais muito fortes e a reforma agrária deveria destruir os grandes latifúndios e buscar apoio aos camponeses na burguesia comercial. Já um outro grupo de intelectuais mais ligados a CEPAL, buscava uma reforma agrária para o desenvolvimento de um mercado interno e uma economia nacional. Celso Furtado, então ministro da economia do governo João Goulart, liderava essa corrente. Entendiam que o Brasil era subdesenvolvido por não ter um mercado interno forte capaz de sustentar um amplo processo de industrialização de produtos e bens duráveis. Daí que uma das saídas era a de criar milhões de camponeses proprietários e consumidores de produtos industriais. A Igreja com as encíclicas papais de doutrina social tomou a defesa do trabalho, alguns membros do PSB (Partido Socialista Brasileiro), tendo em Paul Singer como um dos representantes intelectuais, que também defendiam uma reforma agrária que levasse avante valores cristãos de solidariedade. E com uma reforma agrária que proporcionasse meio de vida para milhões de pequenos agricultores, com fomento ao cooperativismo de base. Por fim, havia uma corrente política que defendia uma reforma agrária libertadora, na qual se inscrevem intelectuais como Caio Prado Júnior que divergiu do PCB, estudou o campo, e entendia que as relações sociais de produção eram de cunho capitalista e não feudais, e que, portanto, uma reforma agrária tinha que democratizar a propriedade da terra e levar ao rompimento da economia brasileira com o capitalismo estrangeiro. Essa corrente de pensamento ficou conhecida como Teoria da Dependência, liderados por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Vânia Bambirra. A aliança principal seria dos camponeses com a classe operária urbana (STÉDILE, 2011).

A grande efervescência social empurrou o governo Goulart, em 1962, a criar a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) com a finalidade distribuir terras e

desencadear a reforma agrária. E no histórico comício político de 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, anunciou que enviaria ao Congresso uma lei de reforma agrária para começar a desapropriar os latifúndios até 100 quilômetros nas margens das rodovias federais. E em 31 de março de 1964 o governo Goulart é derrubado com um golpe militar, implantando-se uma ditadura que põe fim a qualquer esperança de uma reforma agrária.

A repressão, a perseguição e a destruição das organizações camponesas, no entanto não significou a solução das contradições no campo e dos conflitos em torno da posse da terra. Os militares são obrigados a criar uma lei de reforma agrária, a Lei 4.504 do Estatuto da Terra para acalmar os ânimos, mesmo que não concretizem de fato a reforma agrária. Apoiam maciçamente um programa de modernização da agricultura brasileira, excludente e conservador, concentrador da terra e da renda, que expulsa milhões de camponeses da terra, com um pacote tecnológico conhecido como Revolução Verde, já mencionado anteriormente. A agricultura desenvolveu-se muito nos aspectos produtivos e tecnológicos a ponto dos setores do patronato rural e urbano dispensar a reforma agrária e afirmarem a sua obsolescência. No entanto, apesar de todo desenvolvimento agrícola e agroindustrial brasileiro, o problema agrário segue pendente. No atual estágio do desenvolvimento do capitalismo brasileiro no campo, os setores ligados ao patronato dominante e seus defensores, seja na política, como a senadora Kátia Abreu (Partido Social Democrático - PSD- TO) e os demais deputados e senadores, identificados como da bancada ruralista de modo geral, seja na academia (GRAZIANO NETO, 1994), continuam a difundir insistentemente a ideia de que não há mais um problema agrário no Brasil e a reforma agrária não é mais necessária. Desta forma, tentam esvaziar as políticas públicas voltadas para a reforma agrária e agricultura familiar, conquistadas com longos anos de luta pelos movimentos sociais e pelo movimento sindical.

Sabourin (2008) lembra que esses setores insistem que o desenvolvimento no campo e a conseqüente produção de alimentos já estão resolvidos no âmbito do agronegócio, na forma da grande propriedade latifundiária, nacional e multinacional, através da monocultura e tecnologias modernas para a agricultura. Segundo os defensores desta tese, o nível de competitividade e de inserção do capitalismo brasileiro na globalização mostra que criou condições de produzir alimentos a ponto de dispensar a reforma agrária e a agricultura camponesa ou familiar, pois garantem a produção de alimentos de forma barata e abundante. Sendo assim, não seria mais necessária a reforma agrária no contexto do capitalismo brasileiro. As atuais proposições de uma reforma agrária para constituir agricultores familiares produtivos chegaram tarde e estaria dispensada se dependesse da opinião deste setor do

patronato, conforme critica Sabourin (2008).

O patronato brasileiro, ao invés de proporcionar o acesso à terra aos os pobres do campo, tais como os sem terras ou com pouca terra e demais extratos sociais excluídos - o que seria mais racional e econômico - e atendê-los com as políticas de compensação social, leva-os para as periferias das cidades. Entende que a atividade agrícola hoje demanda uma visão empresarial e vocação para esta. Quem não se estabeleceu é por que não está vocacionado para atividade e, portanto, não é racional que fiquem na atividade agrícola (GRAZIANO NETO, 1994).

Este despreza em grande medida os conhecimentos tradicionais, as técnicas das populações rurais camponesas, indígenas, quilombolas, da agricultura familiar, julgando-os como atrasados e ineficientes. Já não mais condizentes com a atual fase da modernidade, portanto, que ficaram para trás, não sendo mais necessários. O campo já está e continuaria sendo desenvolvido pelas modernas empresas rurais com tecnologias avançadas e preparadas pra atender a produção de alimentos e matéria prima para a indústria. São dispensáveis todos os que não estão mais neste estágio de desenvolvimento, portanto, terão que mudar de atividade e nas situações de pobreza devem ser atendidos pelas políticas sociais noutros espaços, ou qualificados para outras atividades (GRAZIANO NETO, 1994).

Essas teses tendem a formar um mundo rural vazio de gente, de monótonas paisagens, com monoculturas a perder de vista, em grande parte da agricultura brasileira. De modo geral afirma que o capital, na forma da grande propriedade, produz de forma mais barata e com mais eficiência, de forma que não haveria mais problema agrário e agrícola no Brasil. O setor empresarial do campo dá conta de cumprir com a função da produção de alimentos.

Superado o regime militar na década de 1980, graças à retomada das lutas sociais no campo e na cidade, na luta pela democratização que abarcou amplamente a sociedade brasileira, tem-se também a retomada da luta pela reforma agrária. Ressurgiram os movimentos de camponeses que com suas lutas recolocaram a reforma agrária no debate político e acadêmico, com reações contrárias dos setores latifundiários dominantes no campo, que também se organizaram para enfrentar os movimentos camponeses no nível prático, político e também nos debates acadêmicos. Há nesse momento um amplo reconhecimento na sociedade brasileira quanto à necessidade da reforma agrária. O problema está em como fazê-la, que terras desapropriar. Na década seguinte, o capitalismo entra em uma nova fase de domínio do capital financeiro e das grandes corporações. É o neoliberalismo como se convencionou chamar, e o Brasil foi afetado fortemente por este processo também no campo,

“empresas transnacionais vieram para o Brasil e começaram a controlar primeiro as agroindústrias de insumos, como fertilizantes e agrotóxicos, depois as fábricas de máquinas agrícolas, e, concomitantemente, as agroindústrias de alimentos nos diferentes setores. Tomaram o controle no mundo das chamadas “*commodities* agrícolas” (STÉDILE, 2011, p.27). Também essas corporações introduziram as sementes transgênicas, impuseram o reconhecimento da lei de patentes sobre organismos vivos ou modificados, pela qual o país paga impostos pelo uso. Neste período, gigantes do setor da celulose transferem-se para o Brasil comprando grandes extensões de terras e iniciam “plantações industriais homogêneas”, como pínus e eucalipto, com grandes impactos ambientais sobre a biodiversidade, água e solo. E por fim, também grandes empresas e fundos de investimentos estrangeiros passam a fazer aquisições das usinas de etanol para controlar essa fonte de energia renovável e as terras das imediações, onde se estima que esses grupos empresariais multinacionais controlem mais de 40 milhões de hectares de terras brasileiras (STÉDILE, 2011).

O MST como um dos movimentos mais representativos na retomada das lutas pela reforma agrária, ciente das modificações do campo com a modernização agrícola conservadora e excludente, entende que para o capitalismo brasileiro não precisou de reforma agrária para sua modernização e aumento da produção e da produtividade agrícola, no entanto, continua a defender que o problema agrário brasileiro continua insolúvel e que a reforma agrária é uma necessidade para milhões de camponeses excluídos socialmente, para a soberania alimentar do país e para o desenvolvimento dos pequenos municípios do interior do Brasil. Há ainda uma grande quantidade de terras ociosas como nos informa Stédile que traz estudo encomendado pelo governo Collor em (1990 a 1992), na ordem de 81 milhões de hectares totalmente ociosas, sem nenhuma utilidade (STÉDILE, 2011). Pela nova Lei Agrária de 1993 (Lei Complementar nº 8.624), que determina a desapropriação de grandes latifúndios improdutivos o governo poderia dispor de 115 milhões de hectares, que num módulo de 15 hectares por famílias em média, poderia assentar mais de 5 milhões de famílias sem terras. O que atingiria 57.118 propriedades de latifundiários, algo correspondente a 2,8% das propriedades (STÉDILE, 2011, p.64). Na metodologia empregada pelo MST para definir possíveis beneficiários, incluem-se os arrendatários, meeiros e parceiros com pequenas parcelas de terra; pequenos posseiros e ocupantes de parcelas de terras com menos de 50 hectares; os minifundiários com menos de 5 hectares de terras que não conseguem renda suficiente para manter suas famílias; os filhos adultos de pequenos agricultores que não conseguem adquirir terras para reproduzir-se como agricultores e os assalariados agrícolas em geral que desejam ter seu pedaço de terra, já que parte desta categoria quer um salário melhor

e não ser proprietário de terras. Essas categorias de trabalhadores, na estimativa do MST podem chegar a 4,5 milhões de famílias aptas para a reforma agrária. Nem seria necessário desapropriar todos os latifúndios (STÉDILE, 2011).

A fome no meio rural chega a atingir 40% das 12 milhões de famílias atendidas pelos programas de segurança alimentar do governo, segundo informações de 2010. No entanto, “não chegamos a uma política de soberania alimentar, em todas as famílias brasileiras teriam trabalho e renda suficiente para elas mesmas buscarem resolver seus problemas de alimentação” (STÉDILE, 2011, p.61), o que seria viável com uma política de reforma agrária que atendesse o campesinato sem terra nessa situação.

O MST no debate da reforma agrária posiciona-se não na lógica dos argumentos dos representantes do agronegócio em parte já explicitados. Defende outra perspectiva que coloca a questão das pessoas em primeiro plano conforme seguem os argumentos. A conquista de algumas áreas, mais de 1.220 fazendas pelo país, transformadas em projetos de assentamentos representam um passo apenas, um pequeno acúmulo de forças, uma pequena vitória dos trabalhadores. O que se reivindica é um programa de reforma agrária, que implica um processo bem mais amplo de alteração na estrutura de propriedade das terras e da forma de organizar a produção no país conforme segue síntese:

- garantia de trabalho para todos os trabalhadores rurais, com distribuição de renda mais justa;
- produção de alimentação barata, farta e de qualidade pra toda a população, garantindo segurança alimentar para toda a sociedade brasileira;
- garantia de bem estar-social e de melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os trabalhadores brasileiros;
- busca permanente de justiça social e de igualdade de direitos em todos os aspectos: econômicos, político, social, cultural e espiritual;
- difusão e prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas;
- criação de condições objetivas para a participação igualitária da mulher na sociedade;
- preservação e recuperação dos recursos naturais, como solo, águas e florestas;
- descentralização da agroindústria e desenvolvimento da industrialização no interior do país, gerando maiores oportunidades de progresso, renda e emprego, especialmente para a juventude (STÉDILE, 2011, p.83).

Uma reforma agrária com as características acima vai implicar em outro ordenamento da terra muito mais democrático. Nas proximidades das grandes cidades entende o MST que as terras deveriam estar voltadas para o abastecimento local, onde uma vez reformadas facilitaria o acesso mais fácil por parte dos beneficiários aos recursos públicos e

sociais em geral tais como saúde, educação, comercialização, facilitando o abastecimento e diminuindo custos da circulação das mercadorias. Como a terra não é mercadoria, deve ser limitado o tamanho da propriedade, inibindo a sua concentração com poucos proprietários. Que proíba que empresas estrangeiras, bancos e grupos econômicos que não dependam da agricultura possuam terras. O acesso aos meios de produção para o campesinato e agricultura familiar deve ser amplo. E outro elemento importante garantido em lei, seja no Estatuto da Terra de 1964 e reafirmado na Constituição de 1988, que é a função social da terra seja cumprido no aspecto produtivo, trabalhista e ambiental, com punição rigorosa com desapropriação das terras onde não estejam sendo respeitados. Aspectos estes que estão sendo sistematicamente violados pelo agronegócio nos últimos anos, conforme apura Delgado (2012). Se isto fosse levado a efeito sobraria terra para reforma agrária, pois o discurso de produtividade e de modernidade, esconde situações de anomalia em relação a função social da terra.

Ainda é importante destacar na visão do MST de que haja garantias legais de que a função principal da agricultura seja o abastecimento interno do país em primeiro lugar, garantindo a segurança e a soberania alimentar. O associativismo e o cooperativismo sejam fomentados permanentemente com incentivos financeiros e assistência técnica especializada. Que o desenvolvimento rural seja visto conforme as características de cada região, contemplando aspectos naturais dos biomas e culturais das populações. Amplo desenvolvimento de técnicas agroecológicas com pesquisa e formação dos trabalhadores e dos técnicos, para se ter a garantia de produção de alimentos saudáveis e cuidados com o meio ambiente.

Seguem alguns posicionamentos de autores e estudiosos do tema da reforma agrária favoráveis a mesma, com argumentos que contestam os discursos contrários e entendem que o campesinato está aí, é uma realidade importante no campo e tem uma função social essencial na produção de alimentos e num futuro diferente para o campo, mais inclusivo e sustentável.

Plínio de Arruda Sampaio, com larga experiência em reforma agrária, no entanto crítica os setores contrários a mesma e afirma que não é só pela modernização já conseguida na agricultura e que segundo eles por isso não precisa mais de reforma agrária o medo é por outros motivos:

No entanto, quando você toca nesta questão, eriçam-se todos os pelos. Imediatamente nota-se a reação dos fazendeiros hidrófobos, daqueles que saem de escopeta em punho dando tiros, e dos fazendeiros modernos que reclamam do perigo

de desarranjar a situação do campo. Todo mundo lembra logo do governo João Goulart e de outros fatos similares ocorrido no passado. Se fosse tão anacrônico, tão obsoleto, não acontecia isto. Toda vez que se fala em reforma agrária, cria-se tensão, há uma elevação da temperatura política do país. Isto ocorre porque, na verdade, a estrutura social brasileira ainda repousa no escravismo, na enorme distância entre a elite e a base, e qualquer alteração nisto, provoca um efeito não apenas econômico, mas um efeito psicossocial enorme. A única coisa que a elite brasileira não aceita é o povo na rua, é a massa, é a manifestação. Isto para ela é um terror e por uma razão muito simples: por um processo inconsciente. Acho que os participantes da elite pensam que se o povo assumir o poder, se fizer com eles o que eles fizeram com o povo, estarão liquidados (*apud* LERRER, 2003, p .88).

Por outro lado, estão os movimentos sociais e sindicais camponeses, setores acadêmicos, sindicais urbanos e até membros do governo mais vinculados aos ministérios de cunho social como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que defendem um outro mundo rural, com camponeses, com agricultura familiar, com sustentabilidade e soberania alimentar, moderno, dinâmico economicamente e povoando o interior e os pequenos municípios do Brasil, como apontam as conferências de desenvolvimento rural do MDA, realizadas pelo país nos últimos anos. O governo também criou a política dos territórios da cidadania que tem em Sachs, uma autoridade internacional em desenvolvimento, como inspirador de sua criação e hoje é um defensor entusiasta, como demonstra em entrevista concedida ao SEBRAE (2013):

Os Territórios da Cidadania fazem parte de um conjunto de políticas de desenvolvimento que, ao serem bem sucedidas, contribuirão para redução do êxodo rural, e também, para a redução do déficit crônico de oportunidade de trabalho decente. O século XX viveu a ilusão de tudo o que era rural era apenas um resquício do passado, que em breve a humanidade tornar-se-ia uma civilização predominantemente urbana e fortemente industrializada, com os produtos da terra necessários para o seu sustento, fornecidos por uma agricultura altamente mecanizada, uma agricultura, por assim , sem homens. A realidade é muito mais complexa, embora tenha havido avanço espetaculares com a urbanização (*apud* SEBRAE, 2013, p.11).

Mesmo que as visões dos movimentos sociais e do governo, nem sempre convirjam, no entanto, articulam-se para apoiar a recriação do campesinato e para atuar em prol de um outro mundo rural com gente. O campesinato brasileiro, apesar de sua histórica marginalização e desconsideração política, sempre cumpriu uma importante função na produção de alimentos no nível local, regional e mesmo para abastecer centros nacionais e até internacionais. É um campesinato que se formou nas margens e misturado com o latifúndio,

tão comum no Nordeste brasileiro, do litoral ao sertão. Quando empurrado para as regiões afastadas, em terras públicas, vai se reconstituir, fenômeno este que se verifica também desde os sertões do Nordeste, do Centro-Oeste e da região amazônica, principalmente. Já no Sul e Sudeste, os sertões iam sendo ocupados por processos de colonização de imigrantes europeus, induzido pelos governos. Foi o caso dos colonos alemães, italianos, poloneses, depois japoneses e outros agrupamentos menores, no Sul do Brasil e partes do Sudeste.

O campesinato brasileiro por essas diferenças regionais e diferentes formações históricas das sociedades locais e regionais, pela marginalização e pelas lutas de resistência, muitas vezes conflituosas, constituiu-se como um campesinato diferente do tipo clássico de campesinato europeu com raízes no sistema feudal, que não precisou impor-se para constituir-se como tal. Antes de adentrarmos no tema da reforma agrária, faz-se necessário uma breve aproximação conceitual do que se entende por campesinato, aproveitando a contribuição de vários autores que aportam estudos sobre o campesinato na Coleção História Social do Campesinato no Brasil e definem como uma “categoria analítica e histórica, constituída de poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo.”(Conselho Editorial, p.9, 2009). Em várias formações econômicas históricas sempre existiu e existe até hoje o campesinato, com suas peculiaridades próprias, mesmo na forma de organizar-se para produzir sua existência, bem como, nas expressões culturais e nas formas de expressão política, ora mais visíveis, ora menos visíveis socialmente. Aqui o campesinato formou-se na exclusão e reproduziu-se, contraditoriamente também pela exclusão, na luta social e política, ou simplesmente adentrando-se pelos sertões em busca de espaços novos para refazer-se, pois onde estava já não era mais possível produzir e reproduzir-se, por diversos fatores onde normalmente ocorrem a entrada de novas culturas ou novos interesses por parte de quem tem o domínio das terras ou por mudanças e demandas do mercado regional ou de cunho mais amplo. Wanderley, ao fazer um estudo das principais contribuições de historiadores sobre o campesinato, vai afirmar:

O acesso à terra foi aqui, doloroso e restrito, do que resultou, para a historiografia analisada, as características principais do campesinato brasileiro em sua origem: a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial (WANDERLEY, 1996, p.15).

Aqui não se fez divisão das terras com reforma agrária como nos países capitalistas

das primeiras levas de industrialização, onde as contradições entre burguesia urbana e grandes proprietários de terras faz com que os primeiros se colocassem favoráveis à distribuição de terras, a fim de ampliar o mercado interno e diminuir a pressão da renda da terra levada a efeito pelos grandes proprietários que incidiria num menor lucro dos comerciantes e dos industriais. “Contrariamente ao ocorrido nos países da linha de frente do capitalismo, não houve aqui embate de classe digno de nota entre oligarquia e burguesia, pelo simples fato de a segunda ter emergido do próprio seio do latifúndio” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 12).

Conforme citado em capítulo anterior, a formação colonial brasileira desenvolve-se articulada com interesses dos colonizadores dos centros capitalistas mercantis. As possíveis rupturas políticas não aconteceram, apesar da independência política, da aprovação da Lei Áurea dando liberdade aos escravos, da proclamação da república e por fim da industrialização. Esta situação se manteve devido ao pacto de classe da elite rural e urbana, que não implicou em nenhuma mudança estrutural, seja na estrutura fundiária, seja nas classes sociais, seja nos formatos políticos. Índios, negros, escravos e depois libertos, e camponato sempre ficaram à margem de qualquer ganho ou benefícios políticos e sociais, a despeito de todas as lutas de resistência que desenvolveram, tais como de Zumbi dos Palmares, em Alagoas, Canudos de Antônio Conselheiro, na Bahia, e a guerra do Contestado, em Santa Catarina e Paraná, para mencionar algumas das mais importantes. “Aqui a industrialização não foi portadora de um processo de constituição de um amplo mercado interno, a exemplo dos países centrais. Ao contrário, avançou excluindo, porque fundada na produção dependente de tecnologias, capitais e mesmo consumidores externos para bens sofisticados, considerando o padrão de renda nacional” (Idem, p. 12) .

Quando as lutas do camponato adquirem um marco maior de articulação política e expandem-se por vários estados, ganhando contornos e impactos nacionais, como foi o caso das Ligas Camponesas na década de 50 com a bandeira da reforma agrária, que renasce em Pernambuco, depois de serem perseguidas na década de 1940, e se expande rapidamente pelo Nordeste, a União de Trabalhadores e Lavradores Agrícolas (ULTABS) no Sudeste e o MASTER no Rio Grande do Sul, ameaçando seriamente o domínio de classe das oligarquias rurais, a aliança entre oligarquias rurais e burguesia urbana restabelece-se, inclusive com apoio internacional, levando adiante o Golpe Militar de 1964. A questão agrária é reequacionada e adquire novos contornos com uma lei de reforma agrária, a Lei 4.504 do Estatuto da Terra. No entanto, tal lei não leva adiante uma ruptura na estrutura fundiária com uma alta concentração da terra. O que os militares no poder fazem, é uma brutal repressão com assassinatos, prisões, desaparecimentos e torturas de camponeses e de suas lideranças,

esfacelando as suas organizações. E levam adiante um plano de colonização das regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte do país, com deslocamento de enormes contingentes de pequenos agricultores e sem terras principalmente do Sul e do Nordeste do país. Obrigam o latifúndio por extensão e por exploração a modernizar-se sob ameaça de desapropriação, mas para isto cria vantajosos subsídios fiscais e créditos. E só fazem intervenção com desapropriação para fins de assentamento no caso de conflito pela posse da terra que venha a ganhar proporções sociais e políticas e que ameacem levar o governo a um desgaste muito grande. Em resumo, não fizeram reforma agrária, mas tiveram que criar uma lei de reforma agrária. Uma vez enfraquecido, nos finais da década de 1970 e começos dos anos 1980, o regime militar serviu de mote para retomar as lutas por reforma agrária, amparando-se em aspectos legais, tais como o Estatuto da Terra, a Lei 4.504 de 1964.

E Lerrer traz Plínio Sampaio que também fala do projeto de reforma agrária dos trabalhadores, diferente dos militares:

Eles penetram com capital no campo, sem dividir a terra. O modelo agrícola está modernizado, está pronto. A nossa reforma agrária é para atribuir cidadania política à massa rural, a fim de conseguir uma força que permita mudar o modelo agrícola. O atual é baseado no agronegócio e representa a dependência do Brasil em relação às forças externas para sua alimentação. Toda tecnologia é de fora. Todo processo é organizado e comandado pelo capital internacional, com a Nestlé, a Parmalat e a Cargill. São as grandes multinacionais que comandam a agricultura. São elas que planejam o que o país vai produzir. O Brasil é extremamente vulnerável, apesar desse montão de terra e ter hoje uma agricultura bastante desenvolvida. Ele é muito dependente, porque tudo está na mão do capital estrangeiro (*apud* LERRER, p. 89, 2003).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em 1964, herdeira das lutas camponesas dos anos anteriores, manteve sempre a bandeira da reforma agrária, de atuação mais moderada, mas no regime militar foi uma das poucas organizações do campo, mesmo sofrendo repressão com vários dirigentes perseguidos e mortos pela ditadura ou por pistoleiros a serviço do latifúndio, que se manteve defendendo os interesses dos agricultores e mantendo a bandeira da reforma agrária, conforme informa Lerrer (2003, p.133). Manoel José dos Santos, presidente por duas vezes da CONTAG, entende que reforma agrária para a entidade

[...] é a reformulação das políticas agrária e agrícola para o campo brasileiro. Entendemos que reforma agrária não é só acesso à terra nem só uma ação focada

para os assentamentos. É uma política muito mais ampla de reformulação das políticas para o campo brasileiro. O trabalhador precisa da terra e das políticas públicas para torná-lo capaz de produzir e viver do seu trabalho, da sua roça (*apud* LERRER, 2003, pp. 130-131).

Segue expondo da importância de se ter projetos com viabilidade econômica e social e diz que de fato no Brasil não há uma reforma agrária ampla com planejamento, apenas desapropriações forçadas pelas lutas dos trabalhadores. Fala de que em algumas regiões, como do Nordeste, onde há muita gente com pequenas parcelas de terra que impossibilitem progredir, que necessitam ampliar a parcela, juntando mais que uma, e recolocando famílias em outras áreas com parcelas adequadas.

Para Leonilde Medeiros, pesquisadora da reforma agrária e dos assentamentos:

Reforma agrária requer uma análise de tempo e local. Temos um país industrializado e o ciclo de reformas agrárias do mundo aparentemente se esgotou. Precisa-se pensar o que significa reforma agrária neste contexto. Ela era outra coisa nos anos 60. Como podemos pensar uma reforma – como é o argumento dos ruralistas – que tem uma agricultura de ponta, que produz soja, exporta grãos, sucos. Por que ela ainda se faz necessária? Em primeiro lugar porque o Brasil ainda é um país que tem uma distribuição de terras absolutamente polarizada, além de concentração de renda. Discutimos a necessidade de um processo de transformação neste país, que reduza as diferenças. Para mim a questão da terra está no bojo dessa questão. Temos um país onde uma classe média alta tem capacidade de consumo fantástica. Mas há 30 milhões de pessoas em estado de extrema pobreza, o que dilacera o tecido social do país. Claro que a reforma agrária não é a solução para isso, mas é uma das possibilidades... Os indicadores que temos dos assentamentos mostram que houve uma melhoria significativa nas condições de vida (*apud* LERRER, pp. 268- 269).

Sparovek que coordenou uma grande pesquisa para o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD) e FAO sobre a qualidade de vida dos assentamentos de reforma agrária, mesmo com todas as precariedades que são feitos alguns ou a maioria dos assentamentos, defende a importância da reforma agrária face à várias situações que deixam expostas as famílias frente a situações muito mais precárias, inseguras e sem perspectivas quando afastadas da reforma agrária indo para as favelas ou vivendo em condições análogas a de escravidão no interior das fazendas, fenômeno mais comum do que se pensa.

Manter uma unidade familiar. Ter uma terra e uma casa que você pode chamar de sua. A geração de subsistência é um negócio que é super fácil de fazer. Se houver uma área de 20 ou 30 hectares, em dois hectares que a família explore, ela geraria a

sua própria subsistência. Ela vai ter leite, criar galinhas e porcos, plantar mandioca, colher frutas. A segurança dela é aumentada de forma bem drástica. Eles passam a não depender da compra de alimentos. Conseguem manter uma unidade familiar maior, porque conseguiram conquistar um espaço. Não são mais obrigados a migrar a desestruturar sua família, a obter favores de ninguém. Em todos os assentamentos que eu vi é isso o que prevalece. É básico...E o que é que seria de um agricultor familiar na parte urbana?...Vá em uma favela de Belo Horizonte, de São Paulo e vá a um assentamento para ver quem é que vive melhor. Quem é que tem mais segurança para educar seus filhos? É uma solução definitiva, não tem caráter assistencialista. Ela já se deu pelo acesso à terra. Se o governo, dali prá frente, investir no assentamento, der assistência técnica, uma parte maior dessas pessoas vai ficar lá. Achamos um passivo só de 10% a 12% (*apud* LERRER, 2003, pp. 320–321).

No entender de Wanderley (2000), as famílias de agricultores que participam do projeto de reforma agrária, passam a constituir parte dos que apontam para um novo rural brasileiro, com o despontar e a emergência dos novos sujeitos do campo que teimosamente por suas lutas fazem-se visíveis.

E voltando ao autor anterior, Sparovek, que destaca a importância de mudança do regime de acesso à terra para as mudanças sociais:

O fato da eficiência da reorganização fundiária estar desvinculada de outros índices, como qualidade de vida e eficiência operacional, reforça o conceito de que o acesso à terra, mais do que benefícios indiretos, é o mecanismo mais importante do processo de reforma agrária na transformação da sociedade (SPAROVEK, 2003, p. 96).

E certamente uma reforma agrária mais ampla nos aspectos de infraestrutura, com mais créditos, fomento ao associativismo e cooperativismo desenvolvimento da agroindústria, etc.; gerariam uma lógica de desenvolvimento socialmente bem mais ampla e inclusiva.

3 O MST E O ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO

3.1 O MOVIMENTO DOS SEM TERRA NO BRASIL E NO PARANÁ

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organizou-se formalmente em janeiro de 1984, em um evento na cidade de Cascavel no Paraná, conforme Stédile (1996, p. 47) recebe esse nome por motivos ideológicos, pois era enquanto trabalhadores que os agricultores se reconheciam e não tanto como camponeses, que é a forma clássica da literatura e grande parte dos intelectuais de tratá-los. O debate na época foi para deixar um marco de pertença à classe trabalhadora, por isso, movimento dos trabalhadores, especificamente sem terras. A designação sem terras foi se afirmando pelo uso da mídia ao referir-se a este público, quando de suas lutas e manifestações e a daí também a abreviação Movimento dos Sem Terra (MST). E aqui será adotada esta forma de expressar quando referir-se a esse tema.

A gênese do MST normalmente é atribuída ao acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, RS, pelo impacto nacional que teve e simbolismo ao derrotar o coronel Curió, conhecido repressor de camponeses, designado para desmobilizar aquele acampamento. Ele foi derrotado por uma ampla mobilização social que viu nessa luta de resistência dos sem terra, antes expulsos da área indígena de Nonoai, uma oportunidade de enfrentar a Ditadura Militar. Devido ao amplo apoio social e a resistência das famílias, com a derrota do coronel Curió, é que a Encruzilhada Natalino simboliza o início do MST (STÉDILE; FERNANDES, 2005). Cabe ressaltar que outras lutas importantes de resistência estavam acontecendo nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e no Paraná, com as grandes hidroelétricas em construção, desalojando milhares de agricultores, que passaram a se organizar para lutar por terra e indenização (TORRENS, 1992).

É fundamental nesta etapa inicial do MST o intenso trabalho dos chamados mediadores tais como agentes de pastorais sociais como padres, freiras, bispos e leigos, com destaque a CPT criada em 1975 para enfrentar a violência da grilagem de terras no Norte e Centro-Oeste do país, pelos latifundiários contra os posseiros, e que foi ampliando o seu trabalho por todo o país, visto que os conflitos por terra eram generalizados. Outros mediadores também cumpriram um papel importante, como os STRs, advogados, alguns intelectuais de universidade que apoiavam a reforma agrária e agentes do Estado, também

comprometidos e solidários como a situação dramática dos agricultores expulsos das terras de trabalho.

A CPT articula as lideranças que vão se destacando nas várias lutas esparsas pelos estados do país, com mais força nos estados sulistas por razões que logo à frente se verá, promovendo debates, estudos, favorecendo o diálogo e o intercâmbio entre as experiências de luta. Aos poucos vai amadurecendo uma compreensão mais política do que estava acontecendo no país e a necessidade de enfrentar os problemas e organizar-se para tanto. São vários anos de 1979 até 1982, quando se toma a decisão de no ano de 1984, com 13 Estados presentes e mais de 70 lideranças de base de fundar oficialmente o MST, com uma plataforma de lutas, princípios organizativos e as diretrizes orgânicas. Como no processo de debates foi se adquirindo a consciência de que para realmente poder ter força e avançar, o movimento em gestação deveria ser nacional e representativo de no máximo de estratos de camponeses sem terra. Decidiu-se, então, chamar um congresso nacional para janeiro de 1985 em Curitiba, para dar ampla legitimidade ao nascente MST. Cabe destacar alguns aspectos das definições aprovadas no encontro de Cascavel e no primeiro Congresso Nacional, pois isto marca inclusive, posteriormente, as orientações da organização dos assentamentos. Durante o Congresso Nacional foram aprovados os seguintes princípios:

- 1- que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- 2 - lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- 3 - ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária;
- 4 - organizar os trabalhadores rurais na base, estimular a participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos e no partido político;
- 5 - dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- 6 – articular-se com os trabalhadores e com os camponeses da América Latina (FERNANDES, 2000, p. 93, *in* “Normas Gerais do MST”, 1989^a, cap. II, pp. 5-7) .

Percebe-se o importante trabalho ideológico da CPT, que na prática é uma forma de concretização da Teologia da Libertação, um pensamento pastoral social cristão que adota vários elementos de análise da realidade do marxismo (STÉDILE, 1999) que nasceu na América Latina após o Concílio Vaticano II, onde a igreja católica faz uma opção social de defesa dos trabalhadores frente à exploração do capitalismo (GOMES, 1996). No fundo, vários setores da igreja, se redimem pelo apoio dado pelos setores conservadores ao golpe militar de 1964, e colocam-se firmemente ao lado dos trabalhadores, por meio das pastorais

sociais, e em especial ao lado dos camponeses, com a CPT.

O pano de fundo das lutas dos camponeses e a articulação das mesmas pelos mediadores políticos decorre da política sócio econômica em implantação no país, já acima mencionado, que é a Revolução Verde, ou a modernização dolorosa do campo como sugere José Graziano. Amplia-se a concentração de terras e a riqueza no campo, expulsando milhões de camponeses rumo às novas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e do Norte do país, mesmo para os países vizinhos como Argentina e Paraguai, sendo que os maiores contingentes deslocam-se para o meio urbano com o avanço da industrialização dos anos 70. No entanto, grandes parcelas de camponeses preferem ficar na terra, resolvem resistir e lutar pela mesma e pela reforma agrária. Processo esse marcadamente verificado no sul do Brasil, daí a gênese do MST estar radicada no sul do país, e somente após sua fundação, em especial após o primeiro congresso em 85, decide pela nacionalização da luta pela terra.

Por fim não se pode deixar de mencionar o momento político em que vivia o país nos anos 80 de luta contra a ditadura e pela democratização. A articulação da luta pela terra está intimamente irmanada com as lutas operárias de fortes mobilizações já no final dos anos 70, em especial a luta dos metalúrgicos do ABC Paulista com as grandes greves de 78 e 79 (STÉDILE, 1999). É dentro deste momento de grande efervescência política no país, que acontece a retomada dos partidos de esquerda proibidos na ditadura, pela formação de novos partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e pela retomada do sindicalismo combativo que culminou com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sindicalismo combativo este que se esparrama pelo campo e que foi um mediador importante na fundação e apoio ao MST, sendo que muitas lideranças compuseram a direção do MST nos primeiros anos.

Essa dinâmica de criação nacional do MST, não ocorre de forma diferente no Paraná, em linhas gerais. Os mediadores são os mesmos, as lutas pela terra têm as mesmas características, com diferenciais específicos. O mais importante é a construção de grandes barragens, com destaque para Itaipu bi-nacional, no rio Paraná, na parceria Brasil e Paraguai. Torrens (1992, p. 50) informa que são mais de 40 mil pessoas atingidas, sendo mais de 6 mil propriedades rurais, o que elevou a tensão no campo, já latente no Paraná pela forma histórica de grilagem e violência contra posseiros no passado e ainda presentes, em um nível insustentável. Afora Itaipu, estavam sendo construídas as Usina de Salto Santiago e Salto Osório no rio Iguaçu. O caldo político e social estava dado, tanto que de 1982 a 1984 são criados vários movimentos regionais de luta pela terra, como nos informa Torrens (1992) e Pires (1996), tais como o MASTES, no Sudoeste do PR, apoiado com destaque pela

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), uma associação regional dos pequenos agricultores para organizar de diversas formas os trabalhadores da região.

O MASTRO, impulsionado pela Igreja Luterana do Brasil, tendo no pastor Fuchs um importante articulador, através do Movimento de Justiça e Paz, organiza-se no Oeste do Paraná, e assume as lutas a favor dos atingidos pela Itaipu para indenização e terra por terra. No Centro-Oeste do PR, organiza-se o MASTRECO, na região Norte do PR, próximo a Londrina, organiza-se o MASTEN e no litoral se organiza o MASTEL. O Paraná pela posição geográfica entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina ao sul, e ao norte São Paulo e a oeste o Mato Grosso do Sul, passou a ser o principal espaço das reuniões de articulação, que aconteciam em Cascavel, Medianeira ou Francisco Beltrão. Quando se decide em 1983 em Goiânia, que é a sede nacional da CPT, pela fundação do MST, com essa sigla, define-se Cascavel como local da fundação que acontece em 1984 e logo chama o Primeiro Congresso Nacional no final de janeiro de 1985, em Curitiba, no Paraná. Uma das razões para a escolha do local em Curitiba é o apoio discreto do governo do Paraná, o governador José Richa, a causa dos sem terras e principalmente do seu secretário da agricultura, Claus Germer. Neste aspecto, os vários movimentos regionais do Paraná são privilegiados, pois puderam participar amplamente deste momento histórico das definições sobre a criação do MST e logo trataram de articular-se num único movimento de luta por terra, seguindo as orientações nacionais, e também conformam o MST do Paraná, criando uma secretaria operativa em Curitiba num espaço da Igreja católica. Cabe ressaltar que a secretaria nacional do MST situava-se num primeiro momento em Porto Alegre, onde se faziam as articulações necessárias para a realização do Primeiro Congresso Nacional do MST. Depois, a secretaria é transferida para São Paulo, a fim de operar com mais eficácia no nível nacional.

3.2 O MST NA REGIÃO CENTRO SUL E NA CANTUQUIRIGUAÇU

Conforme o professor Ariel José Pires (1996, p. 90) da Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), situada em Guarapuava, no período de 1980 a 1990, foram contabilizados 87 assentamentos no Estado do Paraná, sendo que na região Centro-Sul, registraram-se 58 desses assentamentos, portanto, mais de 65% dos assentamentos feitos no

Paraná. Isto totaliza mais de 25 assentamentos no núcleo regional de Guarapuava. Para efeitos de compreensão, faz-se necessário mencionar que Guarapuava não pertence à região da Cantuquiriguaçu, mas é a cidade sede da macro região Centro-Sul e vários municípios atuais, no início dos anos 80, não eram emancipados e pertenciam ao município de Guarapuava, tais como Cantagalo e Cândói. Dos vários assentamentos feitos num primeiro momento, Cantagalo continha 10 assentamentos, com mais de 500 famílias, passando a ser um dos maiores focos de reforma agrária do Paraná, até o ano de 1996.

No ano de 1996, no dia 17 de abril, é ocupado o latifúndio da Giacometti-Marodin com 3 mil famílias sem terras, contabilizando em torno de 12 mil pessoas, de crianças a idosos. Até o ano de 2004 foram feitas sucessivas ocupações neste latifúndio, por ser considerado uma área de terra grilada, possuindo 93 mil hectares, quando foi desapropriado no ano de 1980 pelo então presidente Figueiredo. Mas nunca foi efetivada a desapropriação para fins de reforma agrária. Esta situação despertava a vontade dos sem terra de ocupar a área, que já tinha tido ocupações, mas sem forte organização, o que levou os sem terra a serem despejados. Mas com o MST já mais experiente, organizado e com boa estrutura de apoio, foi possível realizar o sonho de milhares de sem terra. Com as sucessivas ocupações, conquista-se 54 mil hectares contínuos de terra desse latifúndio. Após essas grandes conquistas compassadas em sete anos de lutas, Cantagalo que era sede regional do MST, aos poucos vai deixando de ser o centro de articulação do MST, e Laranjeiras do Sul torna-se, na região da Cantuquiriguaçu, o polo articulador das lutas e dos assentamentos, pois é a cidade que polariza essa micro-região do Centro-Sul, dentro da macro região de Guarapuava.

Esses assentamentos mencionados foram implantados na maioria pelo INCRA, órgão público federal encarregado da reforma agrária no país. Considera-se assentamento a

grosso modo, os que já cumpriram as fases de vistoria, análise pela comissão agrária, desapropriação, imissão de posse, demarcação de perímetro, elaboração do quadro natural e socioeconômico, seleção das famílias e elaboração do projeto de parcelamento (PIRES, 1996, p. 90).

Esta região, num primeiro momento, estava muito vinculada a macro região de Guarapuava, posteriormente se articula enquanto região da Cantuquiriguaçu, numa associação de prefeitos, abarcando 20 municípios. Nesse contexto, se organizou também o Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu (CONDETEC). Há então uma

desvinculação política cada vez maior da região da cidade até então referência macro regional que era Guarapuava. O MST na região decorre do Movimento dos Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO), quando se decide unificar todos os movimentos regionais de luta por terra do Paraná num único movimento. E essas organizações que constituíam os movimentos regionais, tornaram-se posteriormente apenas regionais do MST.

Por ser uma região de latifúndios, com extração madeireira e ervateira, com pecuária extensiva, muitos eram enquadrados como terras improdutivas, por isso aconteceram muitas desapropriações e efetivação de assentamentos, com sem terras provindos de outras regiões do Paraná, tanto do Oeste, como do Sudoeste do Estado. Logo que se organizou o MST na região, passa-se a articular a luta pela terra com acampamentos e ocupações a partir de 1987. Ampliam-se rapidamente as conquistas de terra e como consequência a motivação dos sem terra para novas ocupações, seguindo as diretrizes nacionais do congresso de 1985. No início dos anos de 1990, o MST já estava em vários Estados do país, já tendo sob seu controle político centenas de assentamentos. Começa a preocupação com a organização dos assentamentos nos seus vários aspectos, da produção, da educação das crianças, etc. Mas o que mais desafiava era a organização da produção. Buscavam-se muitas experiências nacionais e internacionais de organização da produção em associações e em cooperativas. Formas estas formas organizativas que são indicadas para poder resistir e buscar o desenvolvimento econômico.

Lutas nacionais unificadas são empreendidas para conseguir créditos, casa, escolas, entre outras, para desenvolver e dar dignidade aos assentados. A partir de 1994 optou-se por criar um sistema nacional de cooperativas, o Sistema de Cooperativas dos Assentamentos (SCA), envolvendo cooperativas regionais, locais e associações e mesmo até grupos informais de organização da produção e da comercialização, e onde não havia formas organizativas nos assentamentos, havia representantes na coordenação nacional do sistema. Com as lutas conseguem-se várias conquistas para investimento nas propriedades, custeio da produção e uma linha de crédito para criar cooperativas.

Um dos programas mais importantes conquistados em 1993 foi o Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), com o teto 1 para investir na propriedade e o teto 2 para criar cooperativas, isto com fortes subsídios e prazos amplos de carências. Na região da Cantuquiriguaçu, a partir principalmente de Cantagalo, Laranjeiras do Sul e Nova Laranjeiras, no ano de 1994, criaram-se cooperativas com o teto 2 do PROCERA, com a criação de uma enorme estrutura de armazéns, silos, caminhões, veículos de serviços para assistência técnica e para administração, máquinas para mecanização pesada, lojas

veterinárias e mercados. Essa estrutura toda estava vinculada a uma cooperativa regional, a COAGRI. Tudo isto já com forte polêmica sobre os rumos de organização da produção, modelo tecnológico, agroindústria, etc.

O que ainda não se tinha claro no MST, nesta fase era qual modelo tecnológico seguir, ou o convencional da Revolução Verde que se encontrava na forma de pacotes simplificados, mas voltado para a grande produção da monocultura, ou buscar outro modelo alternativo, do qual ainda não se tinha muita clareza. A prioridade era a luta pela terra e nacionalizar o MST. Mas a grande quantidade de assentamentos que se conquistava cada vez mais, forçava o debate e a definição dos rumos de como organizar os assentamentos. Estava claro que as cooperativas que estavam sendo criadas tinham um caráter de resistência e na medida do possível de promover o desenvolvimento econômico, cultural, político e social das famílias assentadas. E que deveriam apoiar da melhor forma possível a luta pela terra e pela reforma agrária e pela transformação social, conforme os objetivos gerais do MST.

A COAGRI, a despeito de todas as contradições do modelo que seguiu com forte viés da agricultura convencional, num aspecto havia consenso entre os dirigentes do MST e da diretoria formal da cooperativa, era todo apoio às lutas pela terra e pela reforma agrária e as mudanças sociais. Isto em termos de disponibilidade de infraestrutura, finanças e apoio político. Assim, após o ano de 1996, a luta pela terra ganha grande impulso na região Centro-Sul da Cantuquiriguaçu e também para todo o Estado do Paraná e com apoio às lutas nacionais do MST, visto que a COAGRI conquistou mais de 8 milhões de reais a partir de 1994 para investir em infraestrutura que foram os recursos do teto 2 do PROCERA.

É nesse contexto de vários assentamentos conquistados, na existência de muitos latifúndios e a presença de muitos sem terras na região da Cantuquiriguaçu e nas regiões circunvizinhas como o Sudoeste e o Oeste, somada a cooperativa estruturada apoiando a luta pela terra, é que teve início um forte trabalho de base em todos os espaços circunvizinhos e até com os brasiguaios (brasileiros migrados para o Paraguai e ameaçados de expulsão). Dessa organização formou-se grandes acampamentos na região, especialmente na BR 158, que num espaço de seis anos aglutinou em diferentes etapas mais de 8 mil famílias acampadas. Na primeira leva em 1996 foi ocupado o latifúndio da Giacometti – Marodin, com as três mil famílias já mencionadas. E, ano após ano, foram sendo ocupados latifúndios na região e até em outras regiões mais distantes do Paraná.

Numa dessas levadas de acampados na BR 158, que cortava a fazenda Rio do Leão ao meio, é que se decide ocupá-la, visto ser improdutiva, e ter mais de 1400 hectares. Como haviam sido ocupados muitos grandes latifúndios na região e regiões próximas, definiu-se que

era a hora desse latifúndio, pois havia também forte apoio regional das outras ocupações e assentamentos, tornando extremamente difícil a repressão por parte de pistoleiros, bem como, de despejos por parte da polícia militar, com ordens da justiça e do governo do Estado. O número de ocupantes não era muito grande, foi o que mais ou menos caberia no futuro assentamento que inicialmente ficou composto por 74 famílias. O forte apoio regional e mobilidade, proporcionado pelos caminhões (21) da COAGRI era o que dava garantias de resistência e de vitória. Assim constituiu-se o acampamento que deu origem ao assentamento Oito de Junho.

3.3 O ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO

O assentamento Oito de Junho foi implantado a partir de setembro de 2000, após três anos de acampamento às margens de Br 158, iniciado a partir de 8 junho de 1997, data esta em que os assentados comemoram como o dia da conquista e que vai dar o nome ao projeto de assentamento. O acampamento foi feito às margens da rodovia BR 158 que atravessava a antiga fazenda do Rio do Leão no sentido norte-sul, e ficava no trecho da rodovia interno à fazenda, marcando uma ocupação da mesma, pois permitia um grande controle, com uma consequente pressão permanente para a desapropriação. O proprietário não podia pedir despejo judicial, visto que o acampamento estava às margens da rodovia federal que é de domínio da união, além do que, estava praticamente abandonada, quase nada produzindo, além de 50 cabeças de cavalos e muares.

Outro aspecto a considerar de fundamental importância para a conquista de áreas na região foi um intenso processo de acampamentos nesta mesma rodovia BR 158, que em sequência, desde 1996 até 2003, chegou a organizar mais de 8.000 famílias, que ocuparam muitas áreas na região, sendo a principal o latifúndio Giacomet-Marodin, hoje Araupel. Esses enormes contingentes de famílias vão constituir uma força de apoio entre si, desde os acampamentos nas rodovias, as áreas ocupadas e os assentamentos, o que impediu despejos nesses locais e na maioria dos casos resultou em assentamentos, por força da pressão.

No assentamento foram colocadas 74 famílias, oriundas da região de Laranjeiras do Sul, do Sudoeste do PR e um grupo de famílias de Concórdia, SC, via contato de laços de parentesco, que levou o STR do referido município a trazer um grupo de agricultores para conhecer o MST da região, e que depois vieram acampar junto com as demais famílias, que já

estavam nas margens da rodovia BR 158. Atualmente o assentamento tem 71 famílias, visto que 3 foram realocadas para o assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu, visto que os assentados, juntamente com o INCRA, concordaram em doar parte do terreno do assentamento, 3 lotes, para a construção do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul. O assentamento Oito de Junho está numa localização privilegiada, além de ser cortado por uma rodovia, fica a apenas 8 km distante da cidade de Laranjeiras do Sul. Isto provavelmente facilita a comercialização da produção e acesso rápido a muitos recursos, ao mesmo tempo em que mantém as características de comunidade camponesa.

A região da Cantuquiriguaçu, onde está localizado o Assentamento Oito de Junho é a segunda região com mais baixo IDH do Paraná, composta por 20 municípios, que conformam uma associação de prefeitos, a Associação de Prefeitos da Cantuquiriguaçu, bem como um Território da Cidadania. A região tem esse nome por conta das delimitações de três rios que a circundam, a oeste o rio Cantu, ao norte o rio Piquiri e ao sul o rio Iguaçu. O território da Cantuquiriguaçu tem um conselho de desenvolvimento territorial, o CONDETEC, composto por mais de 30 entidades entre públicas e privadas que debatem e organizam aspectos do desenvolvimento territorial, muito influenciados pelas políticas públicas dos governos federal e estadual. Esta região encontra-se em transformação sócio- econômica, onde um dos fatores impactantes é a reforma agrária. São mais de 5 mil famílias assentadas, com concentração maior nos municípios do entorno de Laranjeiras do Sul, a qual constitui-se como cidade polo do território. A região é eminentemente agrícola, com cidades pequenas. O território todo chega a 232.729 habitantes, sendo pouco mais da metade da população na média geral ainda rural, ou seja, mais de 27 mil famílias de agricultores. Destes mais de 80% são pequenos agricultores. Ainda existem muitos latifúndios, áreas irregulares e não legalizadas. No território também está concentrada a maior população indígena do PR, conforme informa boletim do CONDETEC.

Por todos estes aspectos ganha relevância o tema do desenvolvimento rural no território, por ter mais da metade da população rural e por conter uma grande quantidade de famílias assentadas e em vias de serem assentadas, pois ainda estão em situação de acampamentos. Esses assentamentos e acampamentos da região estão todos vinculados ao MST. No final dos anos 80, toda década de 90 e começo de 2000 houve grandes acampamentos e grandes ocupações na região. Dessas lutas fortalece-se o MST, bem como os STRs, as cooperativas da agricultura familiar e da reforma agrária, o movimento agroecológico e na política partidária o PT.

Outro fator importante na região é o trabalho da educação do campo, entre

assentados e pequenos agricultores, casas familiares rurais, centros de formação política e técnica. Primeiro a Fundação Rureco, de Guarapuava, teve forte atuação no território, depois o MST criou o seu centro de formação, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), que além de cursos informais, realizou e realiza ainda muitos cursos em parceria com universidades (UFPR, IFPR, UFFS, UNICENTRO, UFSC). O CONDETEC e algumas prefeituras com relações próximas com os movimentos sociais da região desenvolveram cursos de educação de jovens e adultos, na modalidade do Saberes da Terra. Por conta desta atuação articulada na região e sintonizada com processos mais amplos, que a atuação no Movimento pró-universidade federal na região, resultou em um campus regional, sediado em Laranjeiras do Sul, dentro do Assentamento Oito de Junho.

É o campus da UFFS que tem seus cursos voltados para a perspectiva do desenvolvimento regional, definidos nos espaços de atuação dos movimentos sociais. Os cursos são: Agronomia com ênfase em Agroecologia, Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Alimentos, Economia Política, com foco em cooperativismo e na economia solidária, e Educação de Campo, pela forte presença de escolas no campo, municipais e estaduais, principalmente nos assentamentos e também nas comunidades indígenas e em algumas comunidades rurais. Isto se deve ainda à forte presença de pequenos agricultores no campo, como acima atestam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelas lutas por terra, tanto dos sem terra do MST, como dos indígenas, que recuperam suas áreas já perdidas, em Nova Laranjeiras, e em recuperação de uma área de 7 mil hectares em Laranjeiras do Sul.

A participação dos movimentos sociais no conselho do território, o CONDETEC, deu-se através de muito debate e choque de ideias. Havia muita resistência de representantes de prefeituras e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), quanto à ideologia mais transformadora e progressista dos movimentos sociais contra uma ideologia mais conservadora e até preconceituosa. Mas como a presença era muito grande, logo se tornou ampla maioria, aos poucos num mútuo aprendizado, com participação de representantes do governo federal e intelectuais que reforçaram uma visão mais popular do desenvolvimento regional, inclusivo, agroecológico, fazendo com que houvesse um amadurecimento nos debates e proposições. Sendo a bandeira da educação uma das que ganhou mais destaques, devido ao alto índice de analfabetismo no campo, chegando a mais de 30% em algumas situações, ao pouco acesso dos jovens do campo às escolas secundárias e quase nenhum acesso às universidades públicas. Daí por que a ênfase na luta pela universidade federal, hoje a UFFS, como já se mencionou. Outra ênfase do trabalho no

território foi o do cooperativismo solidário e o empenho em desenvolver a bacia leiteira na região, atividade esta em franco crescimento quantitativo e qualitativo, com algumas experiências em fase de agroindustrialização.

Neste trabalho interessa mais especificamente o tema da reforma agrária e por razões de tempo e limitações do trabalho, será tomado apenas o assentamento Oito de Junho como objeto de análise, por estar próximo à cidade de Laranjeiras do Sul, por ter sido conquistado mais ou menos no meio do tempo de atuação do MST na região, e onde já havia um certo acúmulo de experiências de reforma agrária, cooperativismo, agroecologia, etc.

No trabalho, já se expôs uma parte teórica inicial sobre o desenvolvimento, onde se mencionou uma rápida perspectiva histórica do desenvolvimento até chegar ao debate atual do desenvolvimento regional com ênfase no desenvolvimento territorial, com valorização dos sujeitos sociais, que por suas lutas e resistências, contra a lógica do desenvolvimento excludente, ganharam visibilidade e trouxeram contribuições importantes. Neste cenário estão os povos originários, comunidades de negros, pescadores, ribeirinhos, indígenas, movimentos sociais, camponeses, camponesas, etc. Essas lutas trouxeram na sua bagagem as preocupações com o meio ambiente, com a biodiversidade, com a soberania alimentar, com o associativismo, com o cooperativismo, com os direitos humanos e sociais, enfim, com a construção de uma sociedade humanista e com a articulação de uma relação de equilíbrio com a natureza. E o levantamento apresentado sobre o desenvolvimento na ordem do capital não é o que esses sujeitos sociais almejam. No entanto, este projeto de sociedade com outro desenvolvimento, que não o do interesse do sistema do capital, que inclua a perspectiva dos povos originários, das comunidades rurais, dos movimentos sociais, de uma relação campo-cidade, acontece não só em contradição com a lógica do desenvolvimento capitalista, está em luta sim, mas também está unido num mesmo processo que a todos envolve. Há situações de reprodução também dessa lógica do que o sistema do capital propõe, pois é o sistema dominante e controla a ideologia dominante. Controle e dominância não significam uma rigidez que impossibilita qualquer outra possibilidade, significa hegemonia onde há margem e espaços para outras possibilidades práticas e teóricas que apontem para outras visões e construções. Com estes elementos acima, que supõem a contradição entre o que está dado e o que se aponta, é que será feita uma aproximação em torno de alguns aspectos da vida das famílias do assentamento Oito de Junho, a fim de constatar ou não uma perspectiva diferenciada para os camponeses sem terra com a reforma agrária e também para as regiões envolvidas neste processo de reforma.

4 CONDIÇÕES SÓCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICAS DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO

4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS

O Assentamento Oito de Junho apresenta condições muito favoráveis no geral para as práticas agropecuárias, com boa formação dos solos, declividade pouco restritiva e clima com boa distribuição de chuvas durante todo ano, apenas sujeito a escassos períodos de estiagens irregulares, como informa o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) de 2011, elaborado pela EMATER, em convênio com o INCRA. A tabela abaixo mostra as condições de uso da área do assentamento de 1500 hectares, sendo que 60% têm aproveitamento com agricultura e pecuária, ficando os demais espaços para outros usos, principalmente em observância aos aspectos de exigências legais ambientais. Assim fica evidenciado o potencial produtivo do assentamento.

TABELA 1 - Áreas líquidas

TIPOLOGIA DE USO	ÁREA (ha)	%
Agricultura Permanente	0,2961	0,019%
Agricultura Temporária	814,5851	54,20%
Área Úmida	5,2992	0,35%
Estradas não Pavimentadas	12,3766	0,82%
Floresta Nativa Estágio Médio/ Avançado	513,5078	34,17%
Pastagem Cultivada	107,1466	7,13%
Reflorestamento com Exóticas	1,5480	0,10%
Demais Áreas	20,0525	1,33%
Área de Preservação Permanente	130,4461	8,68%
Área de Preservação Permanente Existente	74,9672	-
Área de Preservação Permanente a Restaurar	55,4798	-
Área de Reserva Legal Necessária	300,5590	20%
Área de Reserva Legal total	297,2840	19,78%
Área de Reserva Legal existente	297,1404	-
Área de Reserva Legal a restaurar	0,1433	-
Área de Reserva Legal a compensar	3,275	-

Fonte: EMATER - Levantamento de Campo (2011).

A produção no assentamento busca atender duas demandas claras das famílias, a subsistência com hortifrutigranjeiros, pequenos animais como aves, ovinos, suínos, peixes, que fornecem carnes, incluindo aí também carne bovina, ovos, leite, tubérculos como

mandioca, batata doce, batata inglesa, etc. E o principal da produção está voltado para a obtenção de renda advinda principalmente da produção leiteira e de grãos tais como soja e milho principalmente. Há um grupo significativo de assentados que vendem produtos artesanais e hortigranjeiros, principalmente nas feiras semanais na cidade, e alguns que entregam diretamente para pequenos mercados urbanos na periferia de Laranjeiras do Sul, sendo uma pequena parte diretamente a família de consumidores. Na feira participam um grupo de 11 famílias que estão organizados pela Cooperjunho, com produtos orgânicos certificados tais como frutas, verduras, geleias, queijo, nata, manteiga, frango caipira e produtos de panificação, que são produzidos em escala industrial, também para as compras públicas (PAA e PNAE) que vão para merenda escolar e instituições sociais beneficentes. Também fornecem para o comércio de Laranjeiras do Sul e vendem diretamente no panifício localizado na sede da comunidade.

Na tabela 2 que segue pode-se ver como é significativa a produção de leite no assentamento. Há uma faixa de 35% de produtores¹ com um volume significativo de produção mensal acima de 20 mil litros, o que proporcionará uma renda de destaque acima das médias normais já apontadas por outras pesquisas sobre resultados da reforma agrária no sul do Brasil, algo em torno de 2,5 salários mínimos (MEDEIROS; LEITE, 1999), no caso em análise, mais de 35% já mencionados, estão bem acima da média. A tabela também informa um grupo de produtores de 40%, entre os pesquisados, que estão numa faixa intermediária. Constata-se também uma faixa na ordem de 25% dos assentados num nível produtivo bem inicial e pouca produção que pode indicar uma fase muito inicial de envolvimento na atividade. Por fim, há um grupo menor, de 18% que não está envolvido na atividade leiteira. Isto demonstra a grande maioria, 82% dedicados em menor ou maior grau exercendo a produção leiteira no assentamento.

TABELA 2 - Produção de leite no Assentamento 8 de Junho (em litros/produtor/ano)

Faixa de produção	Número de produtores	%
1.900 a 10.000	10	25
10001 a 20.000	16	40
20.001 a 40.000	9	22,5
40.001 a 90.000	5	12,5
total	40	

Fonte: Pesquisa de Campo

1. Esse dado se refere ao universo das 49 famílias pesquisadas e não de todo o assentamento que tem 71 famílias.

Pela proximidade do assentamento com o meio urbano de Laranjeiras do Sul e incentivos da assistência técnica e da secretaria de agricultura do município, há pouco mais de três anos, um grupo de famílias mais dedicado a agroecologia, inclusive com certificação da Rede Ecovida, começou a participar da feira de produtores familiares da cidade. Já há um maior incremento das atividades ligadas aos hortifrutigranjeiros, como demonstram as tabelas abaixo. Também foi identificada a venda crescente de produtos tais como a mandioca e batata doce, bem como alguns outros produtos coloniais artesanais, tais como doces, geléias, queijos, manteiga e conservas. A pesquisa identificou serem poucos os agricultores voltados prioritariamente para a produção de grãos, tanto soja como o milho, e que em geral os que se dedicam a esta atividade alugam partes da terra de outros agricultores para ampliar sua área de produção. Estes em geral seguem o modelo convencional que implica a utilização de sementes e insumos adquiridos fora da propriedade, elevando o custo de produção e consequentemente diminuindo a renda final, visto que os lotes no assentamento no máximo atingem 15 hectares, o que não proporciona escala mínima adequada para produção de grãos. E como a margem de ganhos é relativamente pequena por área, tem-se pouca renda para a sobrevivência da família. Na produção de milho 78,9% das famílias entrevistadas comercializam menos de 50 sacas por ano. Já na produção de soja 46,9% das famílias entrevistadas afirmaram comercializar soja, ainda que em quantidades pequenas, que pouco supera os 300 sacos/ano (18% das famílias).

Outra fonte significativa de renda para 44% dos assentados é resultante de trabalho fora do lote, seja em atividades temporárias, seja em trabalhos permanentes, de um ou mais membros da família, no que constitui a chamada pluriatividade, sem que, no entanto, impliquem mudança de residência. Um dos possíveis fatores explicativos reside na proximidade com a cidade e as oportunidades de trabalho que aparecem e permitem parcialmente trabalhar no lote, ou estabelecer diversos tipos de parceria e ou arrendo para terceiros, tendo então mais do que uma fonte de renda. Outros agricultores buscam em determinadas épocas rendas ocasionais principalmente na construção civil seja na região, seja em locais mais distantes, como forma de angariarem uma renda complementar. E pôde-se constatar nas entrevistas diretas que são os assentados que se dedicam à produção de grãos, que implica em trabalho somente em alguns períodos do ano, que buscam essa forma de trabalho fora do lote.

	Frequência	% Válida
Sem Renda N.A.	27	55,1
De R\$ 1 a 6.000,00	5	10,2
De R\$ 6.001,00 a 12.000,00	7	14,3
De R\$ 12.001,00 a 24.000,00	8	16,3
Acima de R\$ 24.000,00	2	4,1

Fonte: Pesquisa de Campo

As diversas formas de acesso a políticas sociais como pensões, aposentadorias, etc., representam um importante acréscimo na renda de aproximadamente 1/3 das famílias, conforme tabela abaixo. Tal dado corrobora estudos anteriores no campo brasileiro (DELGADO; CARDOSO JR, 2000), onde parcela importante da renda das famílias rurais tende a vir de transferências públicas (aposentadorias, pensões, bolsas, etc.).

TABELA 4 - Ass. 8 de Junho: Renda proveniente de aposentadorias e pensões (R\$/ano)

	Frequência	% Válida
Não recebe	34	69,4
< 2.000	2	4,1
2.002-12.000	6	12,2
> 12.001	7	14,3

Fonte: Pesquisa de Campo

Como resumo geral no quesito renda, foi possível detectar três estratos de renda entre as famílias pesquisadas, numa proporção bastante próxima uma faixa da outra.

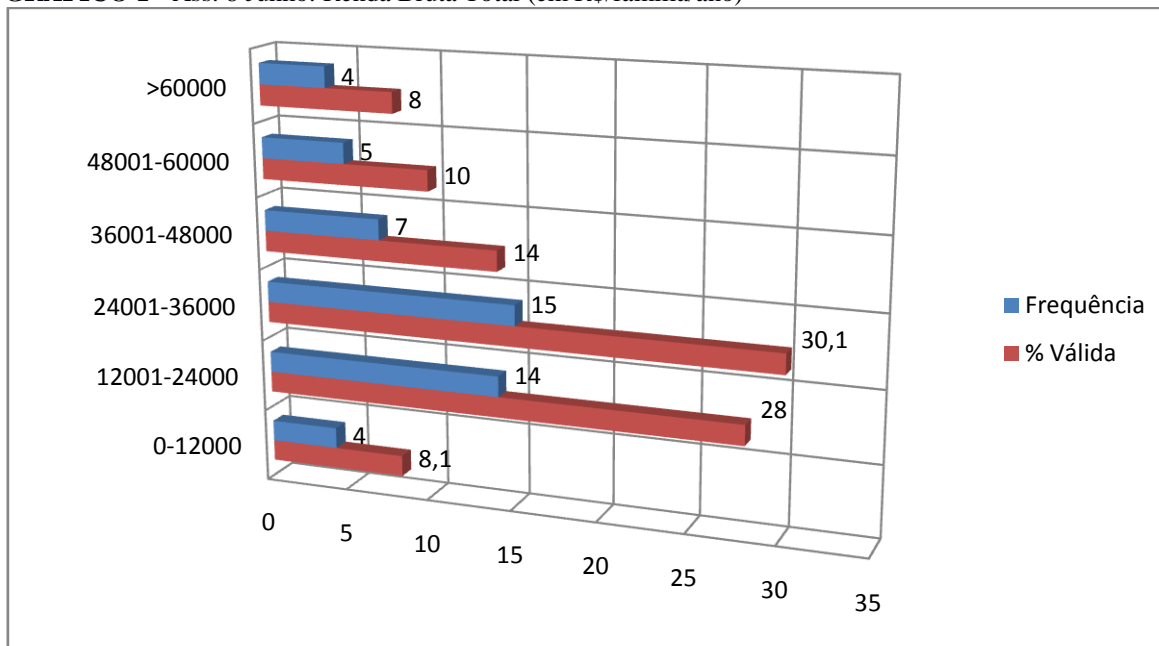
1. Os que estão melhor situados em termos de renda são também as famílias melhor estruturadas na atividade leiteira, com rendas superiores a 40.000,00 reais ano, sendo que alguns chegam a obter mais de 70.000,00 reais/ano. Inclui-se aqui alguns poucos que também têm renda extra fora do assentamento ou que arrendam terras de terceiros para plantar grãos, sejam assentados ou de agricultores da vizinhança (faixas 5 e 6 do gráfico abaixo). Cerca de 18% das famílias se encontram nessa situação.

2. Há um estrato intermediário que ainda está numa fase de implantação e melhorias na atividade leiteira, ou que eventualmente busca renda fora do lote em períodos de pouco trabalho visando complementação de renda - em geral nesta faixa a renda fica entre 20.001 reais ano a 48.000 reais/ano (faixas 3 e 4 do gráfico abaixo) e contempla 44,1% das famílias entrevistadas.

3. E por fim, há o estrato com pior situação financeira, que se concentra na produção de grãos, com arrendamento de parte da terra para terceiros ou famílias que estão em fase

inicial de estruturação da atividade leiteira. Há ainda casos onde se verifica apenas a produção de subsistência com venda esporádica de excedentes. - Este segmento se encontra numa faixa de renda menor de 24.000 reais/família/ano (faixas 1 e 2 do gráfico abaixo) e contempla 36,1% das famílias.

GRÁFICO 1 - Ass. 8 Junho: Renda Bruta Total (em R\$/família/ano)



Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto à infraestrutura produtiva, a produção leiteira já está praticamente toda mecanizada com estrebarias de ordenha e resfriadores. E no uso da mecanização para os diversos tipos de atividades como a ração, a plantação, a silagem, existe uma associação de máquinas que atende ao redor de 80% das famílias do assentamento. Alguns dispõem de equipamentos particulares e parte da demanda de máquinas é contratada de terceiros de fora do assentamento, principalmente colheita de grãos e o transporte aos armazéns de comercialização. E dentro do assentamento há ao redor de 30 km de estradas gerais, normalmente em boas condições de trafegabilidade, sendo que há problemas eventuais nos acessos às propriedades desde as estradas gerais, o que ocasiona alguns transtornos e reclamações.

Sobre o apoio em assistência técnica, a pesquisa identificou que houve e ainda há uma diversidade de organizações que atuaram e atuam no assentamento. A EMATER a partir dos convênios com o INCRA decorrentes dos programas da política de reforma agrária, os

quais nem sempre têm continuidade, mas tem sido o que mais tem atuado, o CEAGRO que, pelo fato de ter uma atuação no assentamento, contribuiu com a formação técnica de vários filhos de assentados do próprio assentamento com o curso “Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia”, no nível pós-médio, em parceria com o IFES PR. A prefeitura municipal também tem atuação esporádica e por fim o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), via convênios entre o sindicatos de trabalhadores rurais do município, com prefeitura ou com o CONDETEC, em aspectos mais pontuais.

Quanto ao acesso ao crédito, a pesquisa informa que todos acessaram aos créditos de implantação do assentamento tais como, crédito investimento e custeio via Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), crédito inicial de fomento e crédito habitação. Após este apoio inicial o acesso continuado já fica mais restritivo, alguns por inadimplência, outros por não enquadramento aos créditos normais destinados a agricultura familiar e reforma agrária, ou seja, PRONAF custeio e investimento. Ainda via cooperativas de crédito da região como a Cresol, Crenhor e Sicredi, nas quais há alguns programas acessíveis para alguns.

É importante destacar que dentro do assentamento existe uma associação de máquinas que tem mais de 60 sócios, que presta serviços em aração, plantio, silagem, pulverização, etc. Também há uma cooperativa de produção e serviços, com uma indústria de panificação que atende a feira na cidade, programas do governo como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), organiza a venda dos produtos agrícolas dos grupos de agroecologia do assentamento Oito de Junho e dos assentamentos da região, pois atende o município de Laranjeiras do Sul e algumas escolas do Estado do Paraná, conforme informou o seu presidente. Também a cooperativa presta serviço de restaurante e disputa licitações como é o caso do atendimento da cantina universitária do campus UFFS. Atende eventos no salão da própria comunidade, além de organizar algumas atividades próprias como cafés coloniais toda segunda sexta-feira de cada mês e outros serviços como solicitação externa para almoços e jantares. Emprega mais de 30 pessoas, na maioria mulheres, inclusive algumas de fora do assentamento. Encontra-se em obras um laticínio com previsão de ser concluído em 2013, com capacidade inicial de industrializar 25 mil litros de leite dia (queijos, bebida láctea e outros). Empreendimento este em conjunto com os assentamentos próximos, numa relação de inter cooperação, que focará o beneficiamento de leite orgânico. Pois conforme informaram as lideranças do assentamento, estão sendo apoiados pela assistência técnica a transição de 400 propriedades na região para

até o final de 2014 estarem certificados com o selo de produção orgânica da rede Ecovida. Sendo grande parte delas de dentro do assentamento Oito de Junho.

A pesquisa com as 49 famílias permite obter uma série de elementos qualitativos. Para os objetivos propostos, essas informações dão conta de descrever os aspectos econômicos principais quanto à renda e a produção de subsistência. Verifica-se uma situação que indica um padrão de desenvolvimento econômico das famílias assentadas considerado bom para os padrões anteriormente pesquisados acerca dos impactos da reforma agrária, (LEITE *et al.*, 2004). Aqueles autores encontraram uma estratificação de renda semelhante, sendo que no caso do assentamento Oito de Junho, supera a faixa de dois a três salários mínimos chegando entre cinco a sete salários mínimos no estrato com melhor desempenho.

4.2 ASPECTOS SOCIAIS

Neste item serão consideradas as condições de vida no tocante à moradia, bens duráveis, meios de transporte, acesso a serviços sociais e níveis de satisfação frente a situação anterior ao assentamento e na atualidade. A pesquisa identificou que em mais da metade dos lotes (59%) a carta de anuência² foi emitida em nome do casal e ainda que, em 8% dos casos, os lotes foram titulados apenas em nome da mulher, demonstrando uma conquista das mulheres como agricultoras em sua luta por reconhecimento social e institucional. Constatou-se também que em 32% dos lotes há mais de um domicílio, corroborando estudos anteriores (SPAROVEK, 2003) e demonstrando que a reforma agrária acolhe outras pessoas e tem um impacto socioeconômico que vai muito além da capacidade nominal do assentamento. Nos casos do assentamento em geral são filhos dos assentados que se casaram e passaram a residir no lote ou pais de um dos cônjuges que passaram a residir no lote. As residências na sua maior parte são de alvenaria (57,1%) ou mistas (30,8%), consideradas boas e com suficiente espaço (53% delas possuem entre 80 e 150 m² de área edificada).

No Assentamento 8 de Junho todos os lotes são todos atendidos por energia elétrica, e o abastecimento de água provém de fontes da própria propriedade ou da propriedade do vizinho (94%). Não há um tratamento padrão para a qualidade da água, ficando a critério de cada família. Mas nas visitas para aplicação do questionário, lideranças da comunidade

2 Documento emitido pelo INCRA a fim de assegurar legalmente que a família está sendo beneficiária do projeto de assentamento e autoriza a mesma a buscar financiamentos agrícolas.

falaram dos cursos sobre proteção de fontes e oficinas práticas de treinamento com os agricultores para que os mesmos cuidassem das fontes de água. E todos usam fossas para depósito de esgoto nas casas.

Quanto à posse de bens utilitários, entretenimento, comunicação, etc., praticamente todas as famílias os possuem na casa. Televisão e chuveiro elétrico todos os domicílios os possuem. Geladeira, fogão a gás, telefone celular e rádio, só em um domicílio que não tem. Computadores, 18 domicílios possuem, e constatou-se nas visitas a campo que também várias famílias acessam a internet em casa.

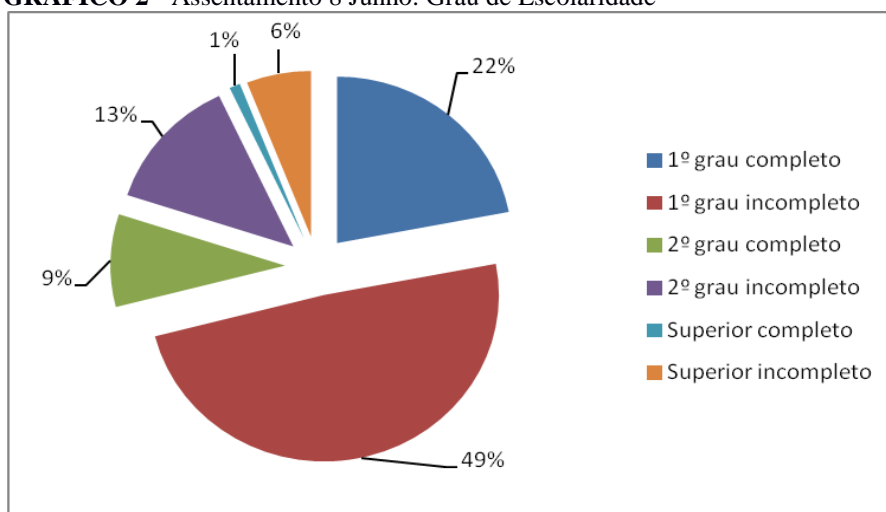
Ao compararmos com a situação antes de serem assentados em alguns itens como condições de moradia, bens uso como eletrodomésticos, veículos de transporte, etc., fica bem visível a melhora geral dos padrões de vida. Quanto aos meios de transporte próprio foi possível verificar melhoria significativa. No caso dos veículos motorizados, o índice subiu de 24,5% para 65% das famílias em relação à posse de automóveis e de 8,2% para 45% no caso de motocicletas. Alguns índices de melhoria que se destacam são os de posse de televisor (53% de aumento no número de famílias com posse desse bem depois do assentamento), geladeiras (45% de aumento), lavadora de roupas (3.300% de aumento), carros (166% de aumento) e motos (450% de incremento pós-assentamento). Ou seja, como relatado anteriormente, a reforma agrária promove a inclusão social e aumenta a capacidade das famílias pobres acessarem a bens de consumo básicos para a vida moderna. Também impulsiona o comércio local e a geração e circulação de emprego e renda em circuitos locais.

Em relação à educação, as lideranças informaram que na época da implantação do assentamento, preferiram não lutar por escola na comunidade, visto que em geral o município deslocava os professores mais despreparados para dar aula, além de ter escolas pouco estruturadas. Como havia transporte escolar acabaram optando por enviar os filhos para estudar nas escolas da cidade, já que não ficavam distantes. Toda educação primária, no nível fundamental e no nível médio são atendidas na cidade. Em geral as crianças, adolescentes e jovens em idade escolar frequentam as escolas da cidade. Hoje as lideranças entendem que foi um erro não terem lutado por escola na comunidade, luta esta que agora está sendo feita, visto que a maioria dos filhos que se casam acabam por residir nos lotes dos pais, seguindo, portanto, as demandas por educação para os filhos da nova família. A grande novidade, que orgulha os assentados, é que está em obras, mas já funcionando, um campus da UFFS dentro do assentamento. São mais de dez os filhos de assentados que estão frequentando as aulas na universidade. Alguns que tinham parado de estudar, passaram a ter a oportunidade de voltar, só que agora para o ensino superior num campus dentro do assentamento, sem que precisem

abandonar o lote ou domicílio familiar.

Na figura abaixo fornecida pelo PRA, feito pela EMATER em 2011, pode-se ver a situação dos níveis educacionais de todos os moradores do assentamento. Cabe chamar a atenção que é uma demonstração total e não parcial das quarenta e nove famílias como vem sendo feito, mas as porcentagens não devem divergir significativamente. Constata-se que praticamente metade dos assentados tem o Ensino Fundamental incompleto, que somando com os que têm esta etapa completa são o maior número chegando a 60%. Já o Ensino Médio entre completo e incompleto passam dos 20% e o nível superior chega a 7% entre completos e incompletos, nível este que tende a crescer devido a presença da universidade dentro do assentamento. Para os padrões nacionais do campo significa uma boa escolaridade.

GRÁFICO 2 - Assentamento 8 Junho: Grau de Escolaridade



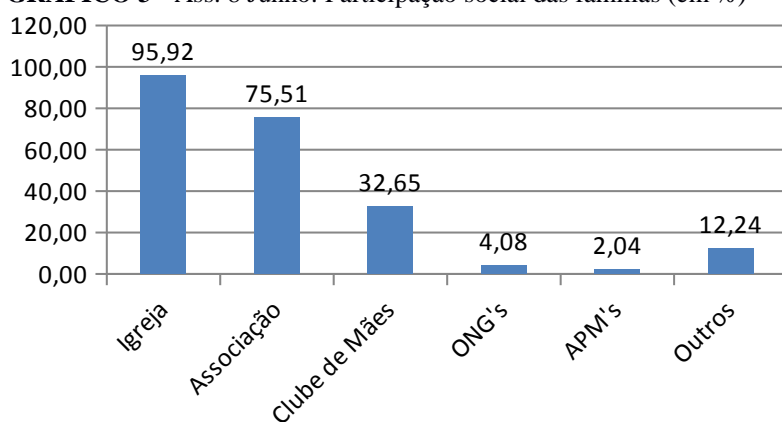
Fonte: Pesquisa da EMATER, 2011.

No item saúde, quando precisam de atendimento, os assentados recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS), nos postos ou num dos dois hospitais da cidade. No assentamento não há posto de saúde, nem médico da família. As condições de atendimento não fogem da regra geral do país. Nem sempre as pessoas conseguem atendimento pelo SUS e acabam tendo que recorrer aos serviços privados pagos, representando em oneração do orçamento familiar. O mesmo acontece na área odontológica, parte sempre acaba tendo que ir para os serviços privados pagos. Uma pequena parcela busca formas alternativas como é o caso do bioenergético, com uso de ervas medicinais, serviço este fornecido por uma família de assentados que busca conhecimento e prática a partir de uma rede nacional de medicina

alternativa. Esta atende assentados e não assentados. É importante frisar que essa prática da medicina alternativa é muito mais utilizada nas fases de acampamento do MST, conforme destacam os agora assentados nas visitas nas casas para efeitos da pesquisa. O que surpreende é a grande quantidade de doenças manifestadas nas pessoas, relatadas por cerca de 70% dos entrevistados (ver anexos).

Em relação aos aspectos de participação social, tanto comunitário como no MST, em associações, sindicatos, cooperativas e em outros espaços sociais, em geral há um satisfatório envolvimento, muito acima do normal verificado em comunidades rurais. Atente-se aos dados: 96% participam na comunidade (igreja e participação social), 65% são sócios de associações de agricultores do assentamento, 32% das famílias participam do Clube de Mães, 46% do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município e 79% participam do MST. A participação em eventos de formação também é alta: 59% participam de cursos de formação profissional e 57% de cursos de formação ligados ao MST.

GRÁFICO 3 - Ass. 8 Junho: Participação social das famílias (em %)



Fonte: Pesquisa de Campo.

Quanto às motivações que moveram as famílias para entrarem na luta pela terra é importante trazer as expectativas e o atual grau de satisfação das famílias com a situação atual em que se encontram. Fica muito claro o valor da autonomia e independência que buscavam por estar em cima de uma terra própria e outros valores considerados importantes pelo campesinato em geral. A avaliação geral dos entrevistados sobre ter valido à pena lutar pela terra fica patente: 92% avaliam que valeu à pena lutar pela terra. Seguem algumas observações (ver anexos).

TABELA 5 - Ass. 8 Junho: Razões porque valeu à pena lutar pela terra

	frequência	percentual
A condição de vida melhorou	10	20,4
Autonomia	7	14,3
Busca um futuro	1	2,0
Educação e renda	1	2,0
Moram em cima do que é deles; segurança	7	14,3

Fonte: Pesquisa de Campo

Sobre os resultados sociais podemos ver que houve uma inclusão social e cidadã. As pessoas moram confortavelmente, acessam os serviços sociais que são oferecidos aos demais habitantes do município e região. Há um nível de satisfação generalizada, uma sensação de melhora frente à situação anterior de ainda sem terras, autonomia, de segurança familiar, de poder projetar o futuro. Pode-se constatar que desfrutam no geral de um padrão de vida acima da média dos camponeses brasileiros.

4.3 ASPECTOS AMBIENTAIS

Na questão ambiental num primeiro momento faz-se necessário constatar o que diz a legislação e que o INCRA como órgão executor da reforma agrária tem que cumprir à risca. Nos levantamentos feitos a campo, como foi o caso do PRA, há uma informação desencontrada com o que informam as lideranças do assentamento. No tocante à reserva legal de 20% da área, o PRA informa que falta algo em torno de três hectares, já os assentados informam que há uma sobra de mais de 3% visto que os técnicos de campo ao fazer o PRA, não consideraram duas de reserva legal que somam mais de 35 hectares (ver tabela acima de usos da terra), que apresenta mais de 500 hectares de áreas com florestas em diferente níveis de recuperação, sendo partes nos lotes de alguns assentados. Parte não compõe o lote e sim área de reserva legal que não foi identificada. Conforme mostra ainda a primeira tabela no item 4.1, há necessidade de recuperar área de preservação permanente que em um lote foi desmatada, caracterizando uma infração ambiental. E o mais urgente previsto inclusive no PRA é a proteção com cercas às margens de rios, nascentes e das reservas legais, coibindo o acesso direto aos rios, fontes e florestas para os animais. Ficando essas áreas protegidas por si só a natureza se encarrega com muita eficiência de se recompor.

A questão do lixo não orgânico dos domicílios, não está sendo devidamente

encaminhado para evitar contaminação, como demonstram resultados da pesquisa. A maior parte das famílias queima o lixo (75,5%), parte fica esparramada, parte a prefeitura coleta (20,4%) em um único ponto do assentamento na sede da comunidade, ficando distante dos domicílios, e conseqüentemente não há uma facilitação para que se colete em mais de um ponto do assentamento, de modo que fique mais próximo para ser levado pelas famílias. Quanto às embalagens de agrotóxicos também não há um procedimento totalmente controlado, mas há uma preocupação e coleta parcial das embalagens, mas o que resta sem destino certo pode gerar contaminação. Também com relação com os agrotóxicos que ainda são muito usados, os procedimentos recomendados não são seguidos por todos, em especial quanto ao uso de equipamentos de proteção individual, quanto ao abastecimento e lavagem das máquinas pulverizadoras. São poucos os pontos de coleta organizados dentro do assentamento, o que leva a que alguns assentados procedam de forma incorreta no destino das embalagens de agrotóxicos (51%) enterrando, deixando a céu aberto ou armazenando na própria propriedade (43%), sem dar o retorno para adequado tratamento. O uso de agrotóxicos em si mesmo, constitui-se numa prática que a grande maioria segue adotando, o que de uma forma ou de outra prejudica o meio ambiente. Inclusive acaba prejudicando quem quer seguir com práticas agroecológicas, o que tem provocado problemas entre vizinhos. Quanto ao esgoto domiciliar, 100% usam fossas, mas como não há nenhuma forma de tratamento, vão acabar com o tempo contaminando solos e as fontes de água, nascentes e riachos.

Outra fonte de poluição dentro do assentamento que atinge outros vizinhos é uma indústria de farelo de osso, sebo e curtume, numa propriedade lindeira ao assentamento e acaba jogando os detritos dentro de uma sanga que nasce no assentamento, eliminando peixes e tornando a água inaproveitável. Parte do lodo é cedido para fertilização das terras, mas como não segue processos de descontaminação também acaba provocando contaminações, tanto da terra como das águas com as chuvas que escorrem até os riachos, fontes e nascentes. No entanto, o pior de todas as poluições é o mau cheiro, que cada vez que abrem-se os caldeirões da indústria para escorrer os dejetos, atingem alguns quilômetros de distância levados pelos ventos. Nas casas mais próximas o ar torna-se irrespirável e já vem causando mortes de animais como já se atestou. As lideranças da comunidade fizeram denúncias, mas as autoridades nada fazem de efetivo e o problema segue. A esperança de solução é que com o campus da UFFS no assentamento e bem próximo da indústria possa haver alguma solução, devido a pressão maior junto às autoridades, pois afetar a mesma com o mau cheiro.

Como em toda a terra que perde a cobertura vegetal, os problemas de erosão do solo são comuns. E nos lotes do assentamento constata-se a erosão laminar dos solos, de onde a

terra lentamente vai sendo levada pelas chuvas. Verificam-se sulcos em lugares de uso intensivo da pecuária e por falta de um sistema de drenagem adequado nas estradas, acaba desaguando nos lotes. Mas mesmo seguindo ainda os problemas de erosão, há uma percepção de mais 46% dos entrevistados de que houve melhoras na qualidade dos solos desde que foram assentados, devido à calagem, uso de adubo orgânico e pelas práticas conservacionistas adotadas de cobertura verde nas terras nas entre safras e adoção do piqueteamento no sistema Pastoreio Racional Voisin (PRV), que evita a formação de sulcos pelo pisoteio e movimentação do gado. Entre as práticas produtivas identificadas encontram-se:

TABELA 6 - Práticas conservacionistas adotadas pelos entrevistados

Práticas conservacionistas/produtivas	Sim	%
Terraceamento ou plantio em nível	7	14,29
Rotação de culturas	41	83,67
Queimadas	2	4,08
Adubação verde	34	69,39
Plantio direto	41	83,67
Sistemas agroflorestais e agrossilvopastoril	18	36,73
Produção agroecológica	6	12,24

Fonte: Pesquisa de Campo

Algumas das práticas descritas pelos entrevistados não se enquadram como ecológicas, é o caso do uso de queimadas e do plantio em áreas em declive. Entretanto, devido ao tamanho e localização de alguns lotes fica impossível não se utilizar área pouco apta para cultivos anuais. Quanto à presença de animais silvestres, maior diversidade e quantidade e melhoria do volume de água nas nascentes e fontes, entendem a maioria dos entrevistados que houve uma melhoria ou seguiu no mesmo ritmo, sendo muito poucos os que acham que piorou. Pois foram tomadas medidas de proteção e recuperação da mata ciliar nas fontes e riachos, ainda não concluídas e no tocante aos animais, há normas internas rígidas de proibição da caça, tanto para assentados, como pessoas de fora. Há um acordo interno de denúncia imediata para a polícia, e como o assentamento está próximo da cidade, já ocorreram prisões em flagrante devido às denúncias.

Com relação a agroecologia a grande maioria dos assentados passou a tomar conhecimento depois que veio para o assentamento com o trabalho da assistência técnica e com a formação de vários jovens do assentamento como Técnicos em Agropecuária com ênfase em agroecologia, no CEAGRO. Há um grupo de assentados que já têm os lotes inteiros ou partes certificados como agroecológicos em torno de 12,2% e um grupo grande em torno de 49% em transição ou querendo iniciar a agroecologia.

Podemos deduzir que no geral as exigências legais quanto à reserva legal, área de preservação permanente o assentamento cumpre com praticamente 100% do previsto. Há problemas quanto ao uso de agrotóxicos, no manejo e destino das embalagens, problemas com o lixo e problemas com cuidados do solo para evitar erosão, mas não de forma grave. E há uma preocupação com o modelo tecnológico mais sustentável onde se busca desenvolver uma agricultura mais agroecológica.

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS SOCIOAMBIENTAIS VERIFICADOS NA PESQUISA

Após a demonstração dos dados colhidos na pesquisa, observou-se que é grande a diferenciação de renda entre as famílias pesquisadas. Na descrição anterior foram estabelecidos três níveis de renda, porém, para simplificar a análise, optou-se por estabelecer a renda média como parâmetro e buscar entender as diferenciações e semelhanças entre os que estão acima da renda média e os que estão abaixo da renda média bruta anual, conforme tabela abaixo. Sendo que a renda média ficou em 32.530,00 reais/ano, o que dá uma média mensal de 2.718,00 reais, em torno de 4 salários mínimos mensais, podendo ser considerada uma boa renda média mensal. Mas a média oculta uma grande diferenciação de renda entre as famílias como mostram os dados da pesquisa e o elevado valor do desvio padrão encontrado (18.530,65). Vários são os fatores explicativos, conforme seguem abaixo nas tabelas apresentadas.

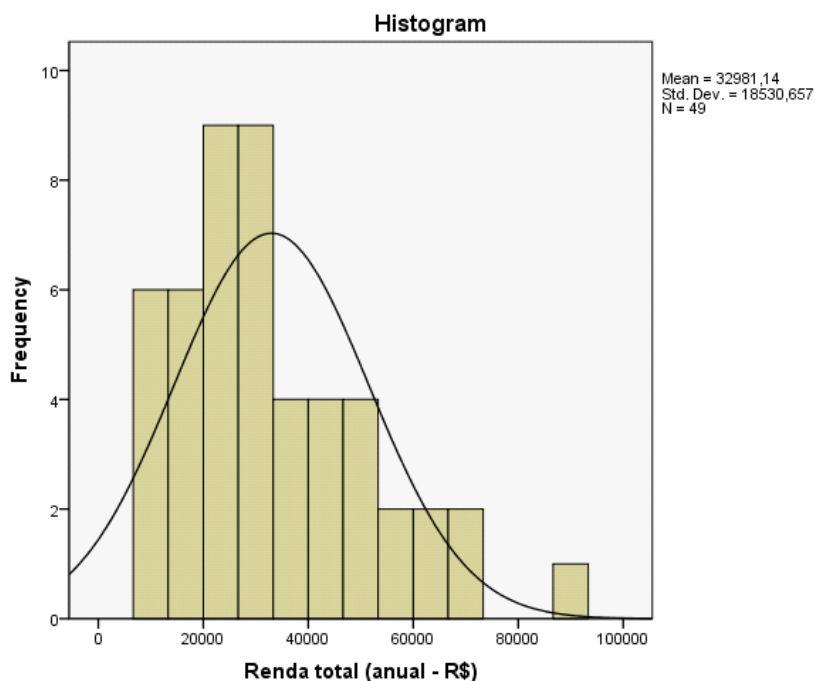
TABELA 7 – Renda total anual

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0 - 20.000	12	24,5	24,5	24,5
	20.001 - 40.000	22	44,9	44,9	69,4
	= ou >40.001	15	30,6	30,6	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 4 – Renda média anual

Renda Média Anual	
Média	32.981,14
Desvio Padrão	18.530,657



Fonte: Pesquisa de Campo

Para identificar alguns aspectos da diferenciação e compreender os fatores que levam a isto, serão vistos os dados da pesquisa. Podem ser identificados vários fatores indicativos, mas não uma só explicação cabal e nem completa, pois a pesquisa tem limites metodológicos e, certamente fatores de ordem subjetiva como determinação pessoal de elevar a renda e tempo de trabalho acima da média geral. Esses fatores influenciam e isto não é possível identificar.

As famílias que arrendam lotes de terceiros aumentam a quantidade de produção e de renda, e quem arrenda parte do próprio lote também fica abaixo da média de renda no geral, conforme verificado nas tabelas abaixo.

TABELA 8 – Renda total e área do lote

			Área total do lote (ha)			Total
			7,5 a 10	11 a 13	14 a 17	
Renda Total Anual (Abaixo e Acima da Média - Assentamento)	Abaixo da Média (Assentamento)	Count	1	14	11	26
		%	100,0%	60,9%	52,4%	57,8%
	Acima da Média (Assentamento)	Count	0	9	10	19
		%	,0%	39,1%	47,6%	42,2%
Total	Count	1	23	21	45	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Pesquisa de Campo

O cruzamento entre a renda anual e área total do lote demonstra que o tamanho do lote não necessariamente implica em uma maior renda. Outros fatores estão ligados como, estrutura, qualidade da terra, entre outros. De qualquer forma, o tamanho possui sua importância, que na faixa de até 13 hectares a ampla maioria ficou abaixo da renda média. Já para os agricultores com estabelecimento acima de 14 hectares aparentemente não há diferença significativa entre os que ficaram abaixo e acima da média.

TABELA 9 – Renda total anual e arrenda de lote de terceiros

			Arrenda lote de terceiros		Total
			Não	Sim	
Renda Total Anual (Abaixo e Acima da Média - Assentamento)	Abaixo da Média (Assentamento)	Count	29	1	30
		%	65,9%	20,0%	61,2%
	Acima da Média (Assentamento)	Count	15	4	19
		%	34,1%	80,0%	38,8%
Total	Count	44	5	49	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Pesquisa de Campo

Dos assentados que arrendam lotes de terceiros, 80% (4) estão no grupo dos que estão acima da média, aparentemente confirmando a existência de correlação entre arrendamento de terceiros e aumento de renda.

TABELA 10 – Renda total anual e arrenda o lote para terceiros

Renda Total Anual (Abaixo e Acima da Média - Assentamento) * Arrenda o lote para terceiros Crosstabulation					
			Arrenda o lote para terceiros		Total
			Não	Sim	
Renda Total Anual (Abaixo e Acima da Média - Assentamento)	Abaixo da Média (Assentamento)	Count	22	8	30
		%	57,9%	72,7%	61,2%
	Acima da Média (Assentamento)	Count	16	3	19
		%	42,1%	27,3%	38,8%
Total		Count	38	11	49
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo.

Conforme os dados da tabela anterior, arrendar o lote para terceiros parece ser um indicativo claro de queda de renda para as famílias. No caso, a ampla maioria daqueles assentados que arrendam o lote para terceiros, encontram-se no grupo de pessoas que possuem renda abaixo da média. Entretanto, os dados mostram que o simples fato de não arrendar o lote também não implica automaticamente obter condições de renda acima da média (caso de 42% de famílias que não arrendaram seus lotes para terceiros).

Estratégias familiares visando obtenção de renda não agrícola também pode ser um fator que ajuda a entender a diferenciação de renda em várias famílias.

A renda não agrícola também é significativa e poder ser um fator que ajuda a entender a diferenciação de renda e melhoria da renda em várias famílias.

TABELA 11 – Renda total anual – alguém trabalha fora do assentamento

Renda Total Anual (Abaixo e Acima da Média - Assentamento) * Alguém da família trabalha fora do lote Crosstabulation					
			Alguém da família trabalha fora do lote		Total
			Não	Sim	
Renda Total Anual (Abaixo e Acima da Média - Assentamento)	Abaixo da Média (Assentamento)	Count	15	15	30
		%	68,2%	55,6%	61,2%
	Acima da Média (Assentamento)	Count	7	12	19
		%	31,8%	44,4%	38,8%
Total		Count	22	27	49
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo.

Os dados mostram que há uma forte relação entre famílias que não têm membros trabalhando fora e a obtenção de uma renda abaixo da média do assentamento (68% das famílias

que não trabalham fora auferem renda inferior à média). Entretanto, o fato de trabalhar fora do lote, por si só, não conduz automaticamente a obter renda acima da média (caso de 55% famílias nessa situação). Obviamente a renda vai depender de qual tipo de trabalho se obtém e as condições em que o mesmo é exercido (salário, periodicidade, qualificação). Há uma necessidade de aumentar a renda, fato que leva as famílias a trabalharem fora do lote. A tabela deixa claro que a maioria das famílias possui pelo menos um membro trabalhando fora do lote.

Um fator contraditório ainda é a adoção da agroecologia que por estar em fase inicial, ainda gera menos renda bruta do que quem faz cultivos convencionais com uso intensivo de insumos agrícolas. É importante ressaltar que a pesquisa não evidenciou os custos de produção e o que sobra no final, o endividamento e o risco em caso de calamidade de qualquer ordem, etc. Fez-se apenas uma fotografia acerca da renda bruta obtida pelas famílias. Nessa renda está embutido um gasto maior com insumos adquiridos externamente na propriedade. É sabido que na agroecologia se usa bem menos insumos externos à propriedade. Ver tabelas abaixo.

TABELA 12 – Renda total anual – mudança no uso de insumos e agrotóxicos

Renda Total Anual (Abaixo e Acima da Média - Assentamento) * Mudança no uso de insumos químicos e agrotóxicos desde que a família foi assentada Crosstabulation						
			Mudança no uso de insumos químicos e agrotóxicos desde que a família foi assentada			Total
			Diminuiu	A mesma	Aumentou	
Renda Total Anual	Abaixo da Média (Assentamento)	Count	12	15	3	30
		%	66,7%	68,2%	33,3%	61,2%
	Acima da Média (Assentamento)	Count	6	7	6	19
		%	33,3%	31,8%	66,7%	38,8%
Total		Count	18	22	9	49
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo.

A tabela acima demonstra haver relação positiva entre maior utilização de insumos e a utilização de renda monetária bruta maior (66,7% de famílias que aumentaram o número de insumos obtiveram uma renda monetária superior no assentamento). Tal fato pode indicar na verdade um faturamento bruto da unidade produtiva, já que o maior uso de insumos automati-

camente eleva os custos de produção. Esses insumos, necessariamente, devem ser pagos o que afeta o equilíbrio econômico-financeiro da propriedade.

TABELA 13 – Renda total anual – mudança no uso de insumos orgânicos e verdes

Renda Total Anual (Abaixo e Acima da Média - Assentamento) * Mudança no uso de insumos orgânicos e verdes desde que a família foi assentada Crosstabulation						
			Mudança no uso de insumos orgânicos e verdes desde que a família foi assentada			
			Diminuiu	A mesma	Aumentou	Total
Renda Total Anual	Abaixo da Média (Assentamento)	Count	0	18	12	30
		%	,0%	62,1%	63,2%	61,2%
	Acima da Média (Assentamento)	Count	1	11	7	19
		%	100,0%	37,9%	36,8%	38,8%
Total		Count	1	29	19	49
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo.

A tabela acima vem na mesma direção apontada anteriormente (CRISTOFOLLI, 2008), de que a adoção de práticas agroecológicas não têm resultado num primeiro momento em aumento de renda significativo para as famílias. Entretanto os dados não deixam claro se houve melhoria dos ganhos obtidos pelas famílias via redução de gastos com insumos externos.

Existem outros fatores que a pesquisa traz que podem ajudar a entender a geração e diferenciação de renda, como participação em redes sociais, nas associações de máquinas, nas cooperativas como a Cooperjunho, Cresol, Crehnor e outras, tanto para acessar crédito como para a comercialização, beneficiamento e agroindustrialização. No caso, a Cooperjunho gera vários postos de trabalho direto, principalmente para as mulheres, ampliando a renda.

Há várias famílias que recebem benefícios sociais tais como aposentadorias e auxílios sociais o que gera mais renda, tanto para quem está abaixo da média como para quem está acima da média.

A pesquisa também indica várias famílias que já possuíam casa, alguma área de terra pequena, alguns animais e bens móveis, o que já ajudou a dar um diferencial de renda inicial.

A pesquisa indica também que todos acessam à saúde pública nos postos de saúde da cidade, nos hospitais, porém, na saúde bucal nem sempre os serviços são gratuitos. Quase

todos pagam parte desses serviços. O acesso à educação também é semelhante para todos após serem assentados. Não houve nenhum caso de assentado analfabeto, inclusive muitos com Ensino Médio completo e alguns cursando nível superior.

No item meio ambiente há situação comum para todos, como a reserva legal permanente de 20% da área, pois está delimitada fora dos lotes. Para pelo menos 70% dos lotes há problema de erosão, uma parcela pequena usa beiras de rio e nem todos têm as embalagens de agrotóxicos recolhidas, pois alguns guardam-nas em suas propriedades. Todos usam fossa séptica sem tratamento. Praticamente todos já estão usando técnicas de cultivo como plantio direto, adubação verde, rotação de culturas, entre outras. A maioria adquire os insumos agrícolas fora da propriedade no comércio local, o que indica alta dependência.

Quanto à situação das casas, no geral são boas, alguns indicaram que está regular e outros ruim. E isto em todas as faixas de renda. Mas quem tem mais renda, no geral, apresenta casas melhores e mais amplas do que os de renda menor.

A pesquisa indica que a atividade da pecuária leiteira tende a ser a que mais proporciona renda às famílias e muito poucas não estão na atividade. Porém, os níveis de produção ainda são diferenciados. E em busca de informação com lideranças do assentamento, também foi perguntado sobre o que o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), do INCRA sugeria como atividades econômicas principais. Foi informado que a pecuária leiteira seria a principal, em seguida os hortigranjeiros e por fim os grãos. Como no limite, na hora de decidir os investimentos no lote é o assentado quem define com apoio dos projetos técnicos. Grande parte dos que estão abaixo do nível de renda não seguiu as orientações do PDA na hora de fazer os investimentos, o que levou alguns a níveis mais baixos de renda.

A partir dos dados da pesquisa nos vários aspectos, econômicos, sociais e ambientais, é possível deduzir um bom padrão de sustentabilidade médio e com perspectivas de melhorias, já que vários investimentos em agroindústrias estão em andamento. Soma-se a isto a construção do campus da UFFS dentro do assentamento e recentemente a aprovação para construir uma escola de Ensino Fundamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pose-se começar a considerar por um fator qualitativo sobre o nível de satisfação e sensação de que a vida está melhor agora do que antes de serem assentados. Ao menos para 96% dos pesquisados a vida agora está melhor. E a satisfação pode ser constatada nos resultados econômicos e sociais. E isto também se confirma pelo baixo nível de desistência (venda do direito do lote) que foi menos de 10%. Alguns dos que vieram depois foi por motivos de troca de lote com assentados de outros assentamentos ou com pequenos agricultores. E houve casos de pessoas que se aposentaram por idade, não tinham sucessor no lote e foram morar com filhos que já estavam estabelecidos em outros locais.

Foram verificadas três faixas de renda: alta, acima de quatro salários mínimos que fica ao redor de 30% dos assentados; média, até quatro salários mínimos, ao redor de 50% dos assentados; e mais baixa, com menos de um salário mínimo, ao redor de 20% dos assentados. Na faixa mais alta estão os assentados que estão na atividade leiteira e conseguiram ter um padrão genético bom do rebanho, que se capacitaram, que têm boa estrutura e manejo do rebanho. Também se inclui aí quem tem um membro ou mais, em outra atividade fora do lote e tem mantido uma diversificada produção de subsistência. E todos esses também estão associados a cooperativas e/ou a associações. Destaca-se aí os membros da Cooperjunho, que já tem um amplo leque de atividades como panificação, serviço de restaurante, feira agroecológica e fornecimento de produtos orgânicos nos programas de aquisição de alimentos do governo federal, e estão se preparando para a agroindustrialização de leite convencional e orgânico. Dos que produzem grãos, poucos estão nesta faixa, somente quem presta serviço de máquinas e arrenda terras de terceiros de dentro e de fora do assentamento, mas que por dependerem totalmente de insumos e financiamentos externos, correm mais riscos de endividamento por qualquer motivo de frustração de safra.

Na faixa intermediária estão os que se dedicam à produção de grãos, que recebem uma pequena parcela de renda devido à baixa escala de produção. Também há os que estão na atividade leiteira, mas ainda com restrições genéticas, de estrutura, de manejo e rebanho ainda com capacidade de volume de produção intermediária. Aí também encontra-se parte das famílias que possuem membros em outras atividades ou que recebem alguma forma de pensão.

Na faixa de mais baixa renda, menos de um salário mínimo, estão famílias que arrendam a maior parte do lote para terceiros, que não focaram em uma ou duas atividades principais para obtenção de renda, ou que estão em fase muito inicial na pecuária e em hortigranjeiros. Há casos de doenças graves nas famílias que demandam gastos extras aos

serviços gratuitos do SUS e enfraquece a participação no trabalho. Também se verifica problema de alcoolismo em alguns poucos casos o que também diminui o trabalho no lote. Também é possível verificar pouca iniciativa em alguns casos de quem sempre foi peão ou morador de fazenda onde o trabalho estava mais vinculado à pecuária de corte extensiva ou extrativismo madeireiro. Aqui também cruzaram-se informações sobre a origem étnica (brasileiros, alemães, poloneses e italianos) e verificou-se que a proporção está muito semelhante, de modo que entendeu-se que neste caso isto não tem influência nas faixas de renda.

Quanto ao aspecto social, o acesso à terra, que proporciona renda, autonomia, poder de decisão, participação social, contribuir com o desenvolvimento da sociedade, sentir-se útil à sociedade, cumprir uma função social, proporciona um sentimento de orgulho nos assentados.

No aniversário do assentamento, todo ano é feita uma grande celebração com ato religioso e político recordando todo o processo de luta como forma de valorizar e cultivar a memória e dizer para sociedade que valeu à pena lutar por reforma agrária. Depois em reconhecimento é oferecida uma grande festa gratuita com produtos do assentamento para ao redor de dois mil convidados ou a quem queira participar, que segue pela tarde e noite adentro com danças e confraternização.

O assentamento tem uma presença política importante não só no município, mas também na região. Nele, as pessoas são convidadas para falar de sua luta e de suas experiências organizativas. Frequentemente o assentamento recebe muitas visitas e sedia eventos políticos, culturais, de lazer e acadêmicos. Hoje é a comunidade rural mais ativa e atuante do município, tornando-se uma referência de organização, de politização de acolhimento.

Vários fatores ajudam a explicar o nível de satisfação social: a localização e o fácil acesso aos serviços de saúde, educação, comunicação, comércio, lazer e deslocamento. E a presença do campus da universidade dentro do assentamento também gera grande expectativa não só para os filhos e mesmo para os adultos que queiram estudar ou voltar a estudar, pois junto também vem desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental.

Percebeu-se que no aspecto ambiental há ainda muito a fazer principalmente no tratamento de esgoto, é necessário encontrar alternativa às fossas sépticas, nos cuidados com solo, quanto a erosão, sulcos, melhoria no manejo para recuperação da fertilidade, pois a pressão resultante do uso intensivo, principalmente da pecuária leiteira, requer um melhor tratamento para essa situação. Daí que a assistência técnica, a capacitação dos assentados e a

pesquisa fazem-se muito necessários.

A questão dos agrotóxicos talvez seja a maior contradição com a proposição de uma agricultura agroecológica, com a produção de alimentos saudáveis, há um grande desconforto dos que querem produzir agroecologicamente, mas são afetados pelo uso de veneno na propriedade dos vizinhos. Há um embate de direitos, talvez, além da conscientização que precisa ser ampliada sobre os malefícios dos agrotóxicos, também as políticas ainda estão frágeis com relação ao governo federal, estadual e municipal em prol de uma agricultura alternativa convencional. Há uma grande expectativa com o trabalho de extensão da UFFS, pois o tema da agroecologia é transversal a todos os cursos e inclusive a agronomia é com ênfase na agroecologia. Começa a haver discussões no sentido de transformar o assentamento em uma área com definição legal inclusive de zoneamento agrícola agroecológico. Nas visitas nas casas durante a pesquisa já aparecia essa preocupação do zoneamento agroecológico e mais definição legal nas políticas públicas com programas mais incisivos e conversão agroecológica.

Constatou-se também o fenômeno do trabalho não agrícola que proporciona um significativo acréscimo na renda familiar . Vimos que ao redor de 20% dos assentados têm sua renda proveniente de trabalho externo ao assentamento, em empregos permanentes ou temporários na construção civil. Também tem crescido a geração de postos de trabalho na Cooperjunho que até 2011, tinha 19 mulheres permanentes em turno completo e meio turno no panifício e no restaurante. Constatações atuais já indicam mais de 30 pessoas nessas atividades que já não estão mais vinculadas ao lote ou à agricultura no sentido estrito, mesmo que ancoradas em organizações do assentamento para transformar matéria prima local e de fora do assentamento também. E quando entrar em funcionamento o laticínio industrial esse número vai duplicar conforme as previsões.

Além da pecuária leiteira que se torna a principal atividade, secundada pela produção de grãos, vem crescendo os hortifrutigranjeiros, que é uma atividade que demanda tradicionalmente muita mão-de-obra. Essa atividade possibilita que haja mais de um domicílio no lote, pois exige muita mão-de-obra e pouca área de produção. Normalmente são os próprios filhos que vão se casando e veem o assentamento como alternativa viável para estabelecerem família e residir e trabalhar. E são a garantia de sucessão no lote. E faz-se pertinente aqui trazer uma reflexão pertinente à reforma agrária e ao INCRA, como órgão responsável da mesma, que deveria criar mecanismos legais de reconhecimento ou tratamento especial para esses casos, em que os filhos de assentados passam a residir nos lotes com os pais com domicílio próprio ou não. Não há nenhuma tipo de políticas para estas situações, a

começar pela regularização como assentado, não há crédito para habitação, para investimento, para custeio. E a pesquisa indicou a presença de 30% de mais de um domicílio no lote. Este fenômeno cada vez mais presente também em outros assentamentos e com a tendência de ampliar o novo programa de agroindústria para agricultura familiar e reforma agrária, lançado pelo governo federal, deveria levar o INCRA a repensar o conceito de reforma agrária e agricultura familiar, ainda muito conservador, como assinalam os autores Campos e Navarro (CAMPOS; NAVARRO, 2013).

Os resultados econômicos, sociais e ambientais no Assentamento Oito de Junho apontam um caminho indubitável de que a reforma agrária segue atual para resolver os problemas sociais do povo brasileiro sem terra. E essa camada de camponeses sem acesso à terra anseia por um pedaço de chão que lhes possibilite autonomia para reproduzir sua família com perspectivas de futuro, com renda, criar seus filhos com segurança e sociabilidade. Mas não só do ponto de vista social, como também o problema ambiental que a sociedade tem que enfrentar no atual quadrante da história. Com a reforma agrária, fica melhor resolvido na medida que, para ser levada adiante, tem que seguir as leis ambientais da preservação de 20% de florestas e manter as áreas de preservação permanente. E no assentamento pode se verificar as preocupações com a fauna, a flora, a manutenção dos solos, com o lixo, revelam uma consciência ambiental demonstrada pelos assentados, mesmo que ainda com problemas. E possivelmente os assentados são os que mais respeitam o meio ambiente, pois além da obrigatoriedade legal, é um princípio e um valor defendido pelo MST na luta pela reforma agrária. Tudo isto assinala para um desenvolvimento mais equitativo economicamente e socialmente, e também mais sustentável ambientalmente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. C. **Estratégia de Desenvolvimento Humano e Combate a Pobreza.** Estudos Avançados, vol.9, n°24, SP, may/aug,1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10-1590/30/3-40141995000200004>.

ALENTEJANO, Paulo. **Limites da propriedade da terra no Brasil não acabaria com as grandes propriedades** .Entrevista realizada por Raquel Júnior em agosto de 2010. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=entrevista&Num=16> . Acesso 02/07/2013.

CASTANHO FILHO, E. P, FEIJÓ, L.F.C.H. **Cobertura Florestal e Considerações de Política Florestal.** Informe Ec. SP, v. 39, jul.2009. Disponível em: <http://www.sbs.org.br/destaques-> cobertura política florestal pdf.

CORONA, Hieda M. P. et all. **Questionário de Pesquisa de Campo.** MADE/UFPR, 2006. CPT. RELATÓRIO DA CPT CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2010, 26ª ed.: Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> . Acesso 07/07/2011.

CRISTOFOLLI, Pedro. **I Elementos para a formulação de políticas públicas de apoio à conversão a agroecologia na agricultura brasileira.** In.: Reforma Agrária e Meio Ambiente. Brasília: Concrab. N° 3, 2008.

DELGADO, Guilherme; CARDOSO Jr. José Celso. **Universalização de direitos sociais no Brasil:** a experiência da previdência rural nos anos 90. Políticas Sociais, n° 1. Brasília: IPEA, 2000.

DELGADO, Guilherme C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em Meio Século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil. Petrópolis.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Questão Agrária:** Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In.: STÉDILE, J.P. (Org.) A Questão Agrária no Brasil. Expressão Popular. São Paulo, 2013.

FERNANDES DIAS, Edmundo *et al.* **O Outro Gramsci.** São Paulo: Xamã, 1996.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: Sua Participação Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed, 2010.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GODOI, E. P. et alli. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social.** v,II, Coleção história social do campesinato no Brasil.SP, 2009 Ed.Unesp.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Recolocando a questão agrária: Plano de reforma agrária como fruto de uma análise equivocada.** In.: STÉDILE, J.P. (Org) A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

LANDIN, R. **Brasil já o 3º Maior Exportador Agrícola do Mundo, só Perde para EUA e União Europeia.** O ESP, caderno de economia, 06/03/2010.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis/RJ: Ed Vozes, 3ª ed. 2001.

LEITE, Sérgio e MEDEIROS, L. Sérvolo. **A Reforma Agrária e a Luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1998.

LETIE, Sérgio Pereira *et. al.* **Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: IICA: NEAD, São Paulo: Unesp, 2004.

LERRER, Débora. **Reforma Agrária: Os Caminhos do Impasse.** São Paulo: Garçonni, 2003.

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e Revolução** (Texto extraído do livro Subdesarrollo y Revolución, México, Siglo Vinteuno Editores, 1969 Tradução do espanhol de Angélica Lpvatto e Paulo Barsotti), in América Latina: história, ideias e revolução. Barsotti, P e Pericás, L. B. org. São Paulo: Xamã, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **O Manifesto Comunista 150 anos depois .** Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1997.

MENEGAT, Marildo. **O Olho da Barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZARÓS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e o Projeto de Reforma Agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do Conflito Capital X trabalho, da Gestão Territorial do Estado e do Controle social do Capital**, 2002. 230 f. Dissertação (mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 4ª ed., 2003.

O'CONNOR, James. **Desarrollo desigual y combinado y crise ecológica**. Revista Ambiente e Sociedade – Vol. VI, nº 2, jul/dez 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território: a Questão Camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIRES, Ariel J. **Assentamentos de Sem Terras em Guarapuava: Histórico e Quotidiano**, Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, para obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração História e Sociedade). Assis, SP. 1996.

MTE. **Relatório da Fiscalização Móvel - 07-05-2008**. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/trabalho.escravo.atm>; acesso: 07/07/2011.
RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2011 do PNUD. Disponível em: <http://globo.com/brasil/noticia/2011/11>.

SABOURIN, Eric. **Reforma Agrária no Brasil: Considerações sobre o Debate Atual**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Out. 2008, vol.16, n.2. ISSN 1413-0580, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

SACHS, Ignacy, **Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. Paulo Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V.(Orgs). **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SEBRAE, **Territórios da Cidadania: Ação que Transforma Vidas**. Brasília/DF, 2013.

SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO. FAO. Brasília/DF, 2003

SPHIUAN, M. **A Situação Atual do Cerrado**. Informe n° 21, set/out.98. Disponível em: <http://www.institutoaqualuz.com.br/info-desmatamento29html>.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 2011.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SWEEZY, Paul M.; HUBERMAN, Leo *et al.* **Perspectivas da América Latina**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SANTOS, Theotônio. **Integração e longa duração**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5947. Acesso: 05/02/2013. (Este texto foi publicado em espanhol no número 480-481 da revista da Alai: América Latina em Movimento, Quito, novembro-diciembre 2012.)

TORRENS, João Carlos S. **Alianças e Conflitos na Mediação Política da Luta Pela Terra no Paraná: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – 1978/90**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curitiba/PR, 1992.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

WANDERLEY, Maria N. B. **A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Soc. e Agricultura, 15, out. 2000.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu/MG, Outubro de 1996.

ANEXOS

ANEXO 1 – Doenças graves relatadas pelos entrevistados

Problema grave de Saúde (1º)					
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent	
Valid	acidentes de trabalho	1	2,0	2,9	2,9
	alergia	1	2,0	2,9	5,9
	asma	1	2,0	2,9	8,8
	avc	1	2,0	2,9	11,8
	cancer	1	2,0	2,9	14,7
	cancer de mama	1	2,0	2,9	17,6
	catarata	1	2,0	2,9	20,6
	coluna	1	2,0	2,9	23,5
	deficiência mental	1	2,0	2,9	26,5
	depressão	3	6,1	8,8	35,3
	diabetes	4	8,2	11,8	47,1
	dor cabeça	1	2,0	2,9	50,0
	emojioma no fígado	1	2,0	2,9	52,9
	estômago	1	2,0	2,9	55,9
	gripe	3	6,1	8,8	64,7
	hipertensão	4	8,2	11,8	76,5
	mal formação cerebral	1	2,0	2,9	79,4
	problema cranio facial neto	1	2,0	2,9	82,4
	problema de visão	1	2,0	2,9	85,3
	problema na coluna	1	2,0	2,9	88,2
respiratória	1	2,0	2,9	91,2	
síndrome do túnel do carpo bilateral	1	2,0	2,9	94,1	
stress	1	2,0	2,9	97,1	
transplante de fígado	1	2,0	2,9	100,0	
Total		34	69,4	100,0	
Missing	99	15	30,6		
Total	49	100,0			

Problema grave de Saúde (2º)						
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent		
Valid	alcolismo	1	2,0	5,3	5,3	
	alcoholismo	1	2,0	5,3	10,5	
	artrose	1	2,0	5,3	15,8	
	cirurgia de esofago	1	2,0	5,3	21,1	
	colesterol	1	2,0	5,3	26,3	
	coluna	1	2,0	5,3	31,6	
	diabetes	1	2,0	5,3	36,8	
	doença genética do neto	1	2,0	5,3	42,1	
	dor de cabeça	1	2,0	5,3	47,4	
	gripe	1	2,0	5,3	52,6	
	labirintite	1	2,0	5,3	57,9	
	miopia	1	2,0	5,3	63,2	
	pressão alta	2	4,1	10,5	73,7	
	psoríase	1	2,0	5,3	78,9	
	pulmão	1	2,0	5,3	84,2	
	rinite	1	2,0	5,3	89,5	
	rinite alérgica	1	2,0	5,3	94,7	
	sequela em articulação	1	2,0	5,3	100,0	
	Total		19	38,8	100,0	
	Missing	99	30	61,2		
Total	49	100,0				

Problema grave de Saúde (3º)					
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent	
Valid	adenóide	1	2,0	8,3	8,3
	arritmia	1	2,0	8,3	16,7
	bronquite	1	2,0	8,3	25,0
	coluna	1	2,0	8,3	33,3
	diabete	1	2,0	8,3	41,7
	dores em geral	1	2,0	8,3	50,0
	gripe	1	2,0	8,3	58,3
	hipertensão	2	4,1	16,7	75,0
	problemas genéticos de visão na filha do meio	1	2,0	8,3	83,3
	problemas na coluna	1	2,0	8,3	91,7
	rim	1	2,0	8,3	100,0
Total		12	24,5	100,0	
Missing	99	37	75,5		
Total	49	100,0			

ANEXO 2 – Motivos pelos quais as famílias avaliam ter valido a pena lutar pela terra.

Respostas espontâneas anotadas pelo entrevistador.

Motivo pelo qual a família avalia que valeu a pena lutar pela terra					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		23	46,9	46,9	46,9
	a condição de vida melhorou	1	2,0	2,0	49,0
	autonomia	2	4,1	4,1	53,1
	busca um futuro	1	2,0	2,0	55,1
	conseguiu dar estudo aos filhos, aumentar o capital	1	2,0	2,0	57,1
	dignidade e independência	1	2,0	2,0	59,2
	educação e renda	1	2,0	2,0	61,2
	família e moradia	1	2,0	2,0	63,3
	independencia	1	2,0	2,0	65,3
	independencia financeira	1	2,0	2,0	67,3
	independencia/autonomia	1	2,0	2,0	69,4
	independência/autonomia	1	2,0	2,0	71,4
	melhorou a moradia e a qualidade de vida	1	2,0	2,0	73,5
	melhorou a situação da família	1	2,0	2,0	75,5
	melhorou a vida	1	2,0	2,0	77,6
	mora na propriedade própria	1	2,0	2,0	79,6
	moram em cima do que é deles	1	2,0	2,0	81,6
	propriedade	2	4,1	4,1	85,7
	qualidade de vida	1	2,0	2,0	87,8
	renda e moradia	1	2,0	2,0	89,8
	segurança	2	4,1	4,1	93,9
	vida melhor	2	4,1	4,1	98,0
	vida melhor financeiramente	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

ANEXO 3 – Questionário para pesquisa de campo.

1) FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nº. Questionário _____

- 1.1) Entrevistador _____
1.2) Data entrevista _____
1.3) Comunidade: _____ Laranjeiras do Sul
1.4) Nome do responsável pelo estabelecimento _____
1.5) Tem outros domicílios no estabelecimento: sim () não (). Quem ()
(1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros
1.6) É assentado desde início do assentamento () sim () não; em que ano entrou no assentamento: _____
1.7) Carta de anuência do INCRA em nome () do homem e da mulher; () do homem () da mulher; () outro

II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

2.1) Origem étnica dos pais:

1. Do responsável:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

2. Do cônjuge:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

2.2) Composição da família

1) Membros	2) Grau de parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Horas trabalho/dia na propriedade
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						

- 1) Primeiro nome de cada membro da família, do mais velho ao mais novo.
2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros
4) Escolaridade: até que série e grau que estudou ((1): não estudando); série e grau em que está estudando ((2): estudando)
5) Residência:
(1) no estabelecimento;
(2) no meio rural: (1) da comunidade; (2) do município; ; (3) da região; (4) outros;
(3) no meio urbano: (1) do município; (2) da região; (3) outros
6) Ocupação:
(1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola;
(7) Aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro, (10) outros.

III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

3.1) Condições da moradia

() Madeira () Alvenaria () Mista

Ano de construção da casa _____

Tamanho da casa _____

Estado atual: () Bom () Razoável () Ruim

Possui forro: () Sim () Não

Banheiro: () Externo () Interno

Esgoto: () Fossa negra () Rede () Vala, sanga

- Água: Poço/vertente individual Poço coletivo comunidade Rede pública
 Encanada Puxada na mão
 Telefone Fixo Celular Público
 Luz elétrica Sim Não
 Destino lixo orgânico:
 Enterra Céu aberto/vala Compostagem/adubo Coleta pública
 Destino lixo não orgânico doméstico:
 Enterra Queima Coleta pública _____vezes/mês

3.2) Veículos e equipamentos domésticos

Tipo	TV	Geladeira	Fogão a gás	Chuveiro Elétrico	Freezer	Rádio	Parabólica	Computador	Máquina lavar/roupa	Tanquinho	Carro	Moto	Bicicleta
Quantidade													

IV. ACESSO AOS SERVIÇOS

4.1 Educação (da família)

Quantos dependentes estão estudando:_____. Eles estudam no:

1. Ensino fundamental da escola pública na comunidade sim () não ()
2. Ensino fundamental da escola pública no município sim () não ()
3. Ensino fundamental da escola privada sim () não ()
4. Ensino Médio da escola pública na comunidade sim () não ()
5. Ensino Médio da escola pública no município sim () não ()
6. Ensino Médio da escola privada sim () não ()
7. Ensino superior público sim () não ()
8. Ensino superior privado sim () não ()
9. Escola Familiar Rural sim () não () . Número de filhos _____
10. Centro de formação do MST () sim () não

4.2. Saúde

1. Cite três problemas mais graves de saúde enfrentados pela sua família:

2. Quando precisa de assistência tem sido atendido no:

1. Posto público na comunidade sim () não ()
2. Posto público na cidade sim () não ()
3. Posto público da região sim () não ()
3. Clínicas médicas particulares do município sim () não ()
4. Clínicas médicas particulares da região sim () não ()
5. Hospital pelo SUS do município sim () não ()
6. Hospital pelo SUS da região sim () não ()
7. Hospital particular do município sim () não ()
8. Hospital particular da região sim () não ()
9. Dentistas na saúde pública sim () não ()
10. Dentistas particulares sim () não ()
11. Outros _____

4.3. Assistência social

1. Cesta básica: 1. sim () 2. não ()
2. Bolsa família: 1. sim () 2. não ()
3. Bolsa Escola: 1. sim () 2. não ()
4. Bolsa do Programa de erradicação do trabalho infantil: 1. sim () 2. não ()
5. Outros benefícios: 1. sim () 2. não () _____

4.4 Transporte utilizado pela família:

1. Transporte coletivo público: 1. sim () 2. não ()
2. Transporte coletivo privado: 1. sim () 2. não ()
3. Carro próprio: 1. sim () 2. não ()
4. Moto própria: sim () não ()

4. Outros: 1. sim () 2. não ()

4.5 Participação na vida da comunidade e do município

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município
1. Igreja: sim (), qual: _____; não ()	1. S.T Rurais: filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
2. Associação agricultores: sim () não () qual: _____	2. Participa do MST: sim (); não () Condição: () militante () dirigente
3. Clube de mães: sim () não ()	3. Conselhos: sim (), qual: _____; não ()
4. ONG's: sim () não () qual: _____	4. Cooperativas: sim (), qual: _____; não ()
5. APM's: sim () não ()	5. ONG's 1. sim (), qual: _____; não ()
6. Outros: _____	6. Outros: _____
7. Não sabe ()	7. Não sabe ()

4.6 Acesso à informação:

A família:

1. Escuta rádio sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____
2. Assistem televisão sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____
3. Lê jornal sim () não (). Qual notícia mais interessa _____
4. Tem acesso à internet sim () não (). O que mais lhe interessa _____
5. Participa de cursos de formação profissional sim () não ().

6. Participa de curso de formação do MST _____

4.7 Acesso ao lazer:

Lazer dos adultos homens	Lazer dos adultos mulheres	Lazer dos jovens homens	Lazer dos jovens mulheres	Lazer das meninas (çças)	Lazer dos meninos (çças)

1. A família ou parte de seus membros frequenta as festas da comunidade promovidas pela:

- a) igreja: sim () não ();
- b) associação: sim () não ();
- c) política: sim () não ();
- d) escola: sim () não ()

2. A família ou parte de seus membros frequenta as festas em outras comunidades: sim () não ()

3. A família ou parte de seus membros visita: familiares (); vizinhos (); amigos (); outros ()

4. A família ou parte de seus membros vai à cidade em busca de lazer sim () não () raramente ().

5. A família viaja de férias: todos os anos (); poucas vezes (); nunca ().

6. Para se divertir participam de: jogo futebol (); pescaria (); jogo de cartas (); bingo (); baile () caçada (); jogo bocha (); outros () _____.

V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA DE PRODUÇÃO

5.1 Condição do produtor:

1. Está regular no lote: () sim () não; área total do lote: _____(ha)

2. Arrenda lote de terceiros () sim () não; área arrendada: _____(ha)

3. Arrenda o lote () sim () não; área arrendada _____(ha)

4. Mora no lote de outro () sim () não; de quem _____

5.2) Utilização da área (ha)

Tipo de uso	1.Área
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta, e Pomar doméstico	
4. Mata Plantada	
5. Mata Natural	
6. Pastagem plantada	
7. Pastagem natural	
8. Pousio	
9. Lagos	
10. Rios, sangas	
11. Lazer	
12. Outros usos	
13. Sem uso Motivos:	
14. Área Total	

5.3) Técnicas de uso e conservação

1. Terraceamento ou plantio no nível: sim () não ()
2. Cultiva em áreas quebradas: sim () não ()
3. Rotação de culturas sim () não ()
4. Queimadas sim () não ()
5. Adubação verde sim () não ()
6. Plantio Direto sim () não ()
7. Sistemas Agroflorestais e Agrossilvopastoril sim () não ()
8. tem produção agroecológica ()sim ()não () parte

5.4) Problemas com os recursos naturais do estabelecimento

1. Existem tipos diferentes de solos: sim () não ()
2. Existem erosões de solos: sim () não ()
3. Existem nascentes, sangas, córregos? sim () não ()
4. Existe proteção artificial nas nascentes sim () não ()
5. Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos sim () não ()
6. Se utiliza água da propriedade para que finalidade: Irrigação (); Abastecimento de pulverizadores (); Limpeza de máquinas e equipamentos (); Criação (); Outros ()_____.
7. Utiliza madeira da propriedade: sim () não ()
8. Tem 20% de preservação de reserva legal: ()sim () não

5.5) Destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários

1. Recolhido pela SEAB ou empresas : 1. sim () 2. não ()
2. Queima na propriedade : 1. sim () 2. não ()
3. Enterra na propriedade : 1. sim () 2. não ()
4. Reutiliza : 1. sim () 2. não ()
5. Deixa a céu aberto : 1. sim () 2. não ()
6. Armazena na propriedade: 1. sim () 2. não ()

5.6) Conhece a agroecologia: () sim () não;

Se sim, usa no seu lote: () sim () não; porque _____

5.7) Assistência Técnica: 1. sim () 2. não ()

1. Secretaria Municipal ()
2. Emater ()
3. Privada () _____ (nome)
4. SENAR ()
5. SEBRAE ()
6. ONG's ()
7. Universidade ()
8. MST ()
9. Entidades dos assentados ()
10. Outros () _____

5.8) Integração: 1. sim () 2. não (). Tipo ()

(1) fumageira; (2) aves; (3) outros

5.9) Utilização de mão de obra:

1) Mão de obra familiar: 1. sim () 2. não ().

2) Empregados permanentes: 1. sim () 2. não (). Número de pessoas ()

3) Empregados temporários: 1. sim () 2. não (). Número de pessoas/ano ()

4) Troca de dias: 1. sim () 2. não (). Quantidade de dias/ano ()

5) Participa de mutirão 1. sim () 2. não () Número de Pessoas/ano ()

6)alguém da família trabalha fora do lote () sim () não; quem.....

5.10. Veículos e equipamentos para produção do estabelecimento

Tipo	Caminhão	Trator	Grade	Motores	Pulverizador mecânico	Plantadeira	Colheitadeira	Micro-trator	Ordenhadeira mecânica
Quantidade									

Tipo	Pulverizador costal	Arado/aiveca	Carroça	Carpideira/cultivador	Riscadeira/ bico de pato	Aterrador	Outros
Quantidade							

2) Construções

Tipo	Silos	Galinheiros	Estrebaria	Chiqueiros	Estufas	Galpões	Tanques	Casa	Outros
Área (m²)									

5.11) Produção animal nos últimos 12 meses

Criações	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida
1. Bovino de corte			
2. Bovino de leite			
3. Suíno			
4. Ovino			
5. Caprino			
6. Equino			
7. Aves			
8. Peixe			

5.12) Principais derivados da produção animal nos últimos 12 meses

Produto	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida

5.13) Principais produtos artesanais agrícolas e não agrícolas nos últimos 12 meses

Produto	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida

5.14) Produção agrícola na última safra (2010/2011)

Culturas	1) Área plantada	2) Quantidade colhida (kg,maço,ton)		3) Para quem vende	4) Calcário	5) Adubo químico	6) Adubo Orgânico	7) Agrotóxicos			8) Sementes		
		Venda	Consumo					In	F	H	Certifi	Próp	criol
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													
21													
22													
23													
24													
25													
26													

1) Sequência de culturas por importância na geração de renda, horta e pomar caseiros

5) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) CEASA; (7) Intermediários; (8) Outros (quem?).

5.15) Renda bruta nos últimos 12 meses - em R\$

1 Produção Agrícola	
2 Produção pecuária	
3 Derivados da produção vegetal e animal	
4 Aposentadorias e pensões	
5 Renda não agrícola	
6. Arrendamento de terras	
7 Aluguel de máquinas	
8 Renda trabalho agrícola fora estabelecimento	
9. Programas sociais	
10. Outros	
Renda Total	

VI. FINANCIAMENTO.

a) Tipo de financiamento	b) Fonte financiadora	c) Valor financiado
1. Investimento		
2010/2011		
2009/2010		
2. Custeio		
2010/2011		
2009/2010		

13. Quantas cabeças de gado possuía? _____
14. Tinha acesso a créditos para financiar a produção - custeio: () sim () não; para investimento () sim () não
15. Conhecia a agroecologia () sim () não;
16. Participava de alguma organização de trabalhadores () sim () não; quais: _____
17. Tinha acesso a educação () sim () não; qual _____
18. Tinha acesso aos serviços de saúde () sim () não; qual _____
19. Tinha máquinas e equipamentos agrícolas () sim () não; quais: _____